


REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e
cultura étnico-racial

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos
organizadoras



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e
cultura étnico-racial

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos
organizadoras



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas
Campus Manaus Centro



NEABI
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena
IFAM - CAMPUS MANAUS CENTRO

REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e
cultura étnico-racial

Este e-book é mais uma produção do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC) que traz relatos de experiências e reflexões sobre ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela comunidade IFAM Campus Manaus Centro, abrangendo o contexto étnico-racial .

Os autores que assinam este e-book transitam entre discentes do ensino técnico, discentes da graduação, pós-graduação, professores e técnicos administrativos que contribuíram para a produção deste e-book relatando suas ações desenvolvidas em projetos de extensão, de ensino, de voluntariado e como monitores na organização dos eventos Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023 e Encontro do NEABI-CMC em Ensino, Pesquisa e Extensão, o ENCEPE 2024 que abordou a temática “Diversidade étnico-racial no contexto escolar”.

Site do NEABI-CMC



Repositório do IFAM



VILMA DE JESUS DE ALMEIDA SERRA
MIRLÂNDIA REGINA AMAZONAS-PASSOS
organizadoras

REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e
cultura étnico-racial

MANAUS-AM
2024



Diretor-Geral do Campus Manaus Centro do IFAM
Prof. Dr. Edson Valente Chaves

Coordenadora do NEABI-CMC
Prof. Ma. Vilma de Jesus de Almeida Serra

Organizadoras

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos

Revisão textual

Vilma de Jesus de Almeida Serra

Diagramação e normalização bibliográfica

Mirlândia Regina Amazonas-Passos

Recurso de diagramação

<https://www.canva.com/>

Dados internacionais de Catalogação na Publicação

R332 Reflexões e experiências do NEABI-CMC: educação, políticas públicas, arte e cultura étnico-racial / organizadoras, Vilma de Jesus de Almeida Serra, Mirlândia Regina Amazonas-Passos. – Manaus: NEABI-CMC, 2024.
159 p. : il. color.

Vários autores.
Publicação em meio digital (PDF).
e-ISBN 978-65-85652-75-9

1. Cotas raciais – Educação. 2. História e cultura afro-brasileira – Educação.
3. Povos indígenas. 4. Projeto de extensão. 5. Ensino contextualizado. 6. Educação profissional técnica e tecnológica. I. Serra, Vilma de Jesus de Almeida.
II. Amazonas-Passos, Mirlândia Regina. III. NEABI-CMC. V. Instituto Federal do Amazonas. VI. Título.

CDD (21. ed.) 306.9

Sumário

Apresentação, 7

1

Acesso dos alunos indígenas pelas cotas raciais no IFAM Campus Manaus Centro

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos
Cybelle Taveira Bentes, **9**

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos
Anne Yousebecca Louis, **28**

Ações de extensão via NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial

2

3
Olhares em formação: a valorização dos povos originários e a Semana dos Povos Indígenas no IFAM-CMC

Andreza de Souza Assis, **42**

Carla Monique Santos Santana, **55**

4
Entre cantos e contos: o encontro das diferenças, uma experiência de educação antirracista e valorização indígena

5

Plantas medicinais e as tradições indígenas

Renata Maria da Silva
Louisiane Torres Ribeiro, **75**

6

Jardim sensorial:
perspectivas para o ensino
contextualizado na Amazônia

Ana Graziela Gomes Travassos
Iarima Naama Ferreira Lopes
Juliana Mesquita V. M. de Lucena, **91**

Lucy Lany Ribeiro Gusmão, **109**

Experiência como ouvinte
da mesa-redonda: Educação
e inclusão no currículo
escolar da história e cultura
afro-brasileira e indígena

7

8

Vivências com povos
indígenas em Manaus

Fabrcio Filizola Souza,
Jean Negreiros Ferreira,
Juvenal Severino Botelho, **119**

Anne Yousebecca Louis, **130**

Práticas formativas sobre a
temática étnico-racial no
IFAM-CMC

9

10

Povos indígenas: uma
construção do
conhecimento literário

Sthefany Peixoto de Lima
Letícia Gabriella Castro da Silva
Marcos Tadeu Oliveira da Costa, **138**

Marcela Oliveira dos Santos, **148**

Aprendizagem baseada na
temática indígena do
Amazonas

11



Apresentação

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC) apresenta à comunidade acadêmica e aos leitores em geral este e-book como um produto informacional dos resultados das ações desenvolvidas no âmbito da promoção da educação antirracista na escola.

A construção textual desse livro digital transita em nossas várias práticas de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática étnico-racial e combate ao racismo desenvolvidas através de ações extensionistas, com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), via PROEX-IFAM, projetos de ensino, de pesquisa e por meio de eventos, como o da “Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças” e mais recentemente o “Encontro do NEABI-CMC 2024: diversidade étnico-racial no contexto escolar”, o ENCEPE 2024. Portanto, esta edição traz o resultado das ações do Projeto de extensão de 2024: “Experiências extensionistas do NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial”, e do projeto de 2023: “Políticas afirmativas raciais na educação básica no contexto do IFAM Campus Manaus Centro”.

Encontram-se, também, aqui compilados os relatos e reflexões sobre as experiências vivenciadas nas atividades desenvolvidas pelo NEABI-CMC nos anos de 2021 a 2024, envolvendo as várias ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão, detalhadas pelos autores nos capítulos correspondentes, além de relatos de experiências sobre os trabalhos de procedimento nos processos seletivos do Campus Manaus Centro, realizados pelas Comissões de Heteroidentificação, relatados conforme a visão de alunos que participaram dos processos e dos eventos de culminância realizados pelo NEABI-CMC.

É rica a exposição dos autores! E mais proveitoso, ainda, é ler os capítulos escritos pelos alunos dos 1º e 2º anos dos cursos do Campus Manaus Centro, com beleza expressiva e discursiva que denota aprendizagem significativa da literatura com a temática indígena regional. Ricos, também, são os capítulos escritos pelos acadêmicos



Apresentação

defendendo como é necessário a intertextualidade na construção e efetivação de saberes.

Além disso, brilhantes, também, estão os capítulos escritos por técnicos-administrativos e professores, com vasta atuação na docência, mas que dedicaram um pouco do seu limitado tempo para contribuir por meio da escrita, compartilhando suas experiências, visões e trabalhos que dialogam no ensino, pesquisa e extensão sobre a temática da cultura e história dos povos afro-brasileiro e indígena, trazendo a interdisciplinaridade e o pensamento complexo.

A equipe do NEABI-CMC, sente-se realizada pela compilação textual dessas temáticas dispostas nos capítulos deste e-book, que diante da exatidão com que se apresentam engrandecem nosso trabalho e enriquecem o e-book. As reflexões dos autores afastam o dilema da educação engessada e premiam o poder de compreensão das diferenças e diversidades intelectuais no contexto étnico-racial de nosso país dentro do ensino.

Caro leitor, quando você ler esses capítulos irá compreender o que é fazer educação por amor, o que é lutar por uma sociedade mais igualitária, pois ao ler textos com alta proficiência de alunos de ensino médio e graduação, você irá compreender o que é quebrar paradigma, o que é deixar de ser positivista, e assim confirmar que existem perspectivas por detrás das luzes da ribalta.

Esse e-book representa um contínuo trabalho de atividades e iniciativas de uma educação inclusiva, a fim de enfrentar os inúmeros desafios de trazer a temática étnico-racial para o contexto escolar. Nossa conquista no NEABI-CMC é ímpar e perene, pois este e-book retrata o valor de estudar, ler e escrever sobre um tema que precisa ser muito discutido.

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Professora EBTT-IFAM-CMC

Mirlândia Regina Amazonas-Passos
Bibliotecária IFAM-CMC

REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL

CAPÍTULO 1

Acesso dos alunos indígenas pelas cotas raciais no IFAM Campus Manaus Centro

VILMA DE JESUS DE ALMEIDA SERRA

Mestra em Educação, Professora EBTT,
Coordenadora do NEABI-CMC,
Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Manaus Centro

MIRLÂNDIA REGINA AMAZONAS-PASSOS

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica,
Bibliotecária documentalista,
Subcoordenadora do NEABI-CMC,
Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Manaus Centro

CYBELLE TAVEIRA BENTES

Mestra em Tecnologias Emergentes na Educação,
Bibliotecária documentalista,
Secretária do NEABI-CMC,
Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Manaus Centro

VILMA DE JESUS DE ALMEIDA SERRA
<http://lattes.cnpq.br/2919953627082825>

MIRLÂNDIA REGINA AMAZONAS-PASSOS
<http://lattes.cnpq.br/4293338940816419>

CYBELLE TAVEIRA BENTES
<http://lattes.cnpq.br/1908357432494632>

Acesso dos alunos indígenas pelas cotas raciais no IFAM *Campus Manaus* Centro

RESUMO

A escrita deste capítulo é resultado da compilação dos relatórios dos trabalhos realizados pela equipe gestora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena e pela Comissão de Heteroidentificação do Campus Manaus Centro. Tem como objetivo fornecer descrição detalhada sobre alunos indígenas, suas etnias e os cursos de ingresso no IFAM nos anos de 2021 a 2024. Descreve, também, um panorama sobre o índice de evasão desse público, além de trazer uma reflexão sobre estratégias que podem fortalecer a permanência e o êxito desses discentes.

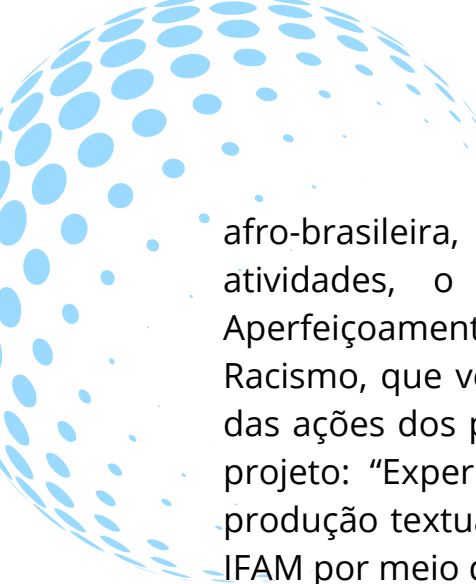
Palavras-chave: alunos indígenas; cotas raciais; Comissão de Heteroidentificação; NEABI-CMC; evasão; permanência e êxito; Educação Profissional e Tecnológica.

1 INTRODUÇÃO

A escrita desse capítulo tem o objetivo de fornecer um relato de experiência com descrição detalhada de alunos indígenas, suas etnias e os cursos pelos quais ingressaram no Campus Manaus Centro do IFAM, nos anos de 2021 a 2024. Objetiva, também, descrever um panorama sobre o índice de evasão desse público, além de reflexões sobre estratégias iniciais que podem fortalecer a permanência e o êxito desses discentes na Instituição.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC) desenvolve trabalhos de ensino, pesquisa e extensão sobre as temáticas étnico-raciais na educação, com a finalidade de combater o racismo ainda muito presente em nossa sociedade. Dentre muitas ações realizadas pelo NEABI-CMC a cada ano letivo, destacam-se o treinamento e a capacitação de discentes, docentes e técnicos administrativos no âmbito das políticas afirmativas raciais e procedimentos de heteroidentificação.

As capacitações são realizadas por meio da oferta de atividades como mesa-redonda, palestra e roda de conversa que abordam as temáticas



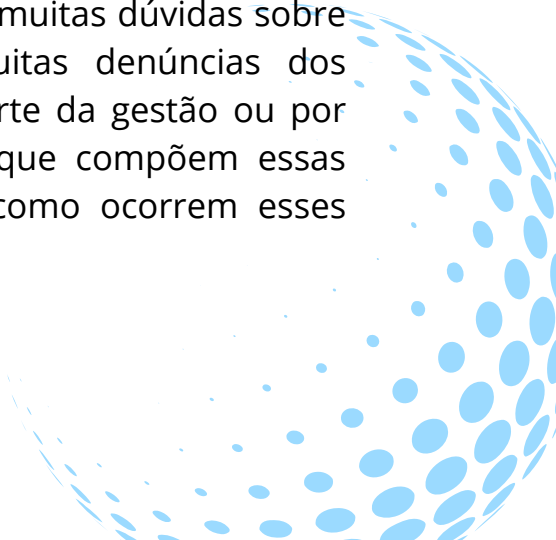
afro-brasileira, indígena e igualdade racial na educação. Além dessas atividades, o NEABI-CMC promove a Oficina Formativa para Aperfeiçoamento da Comissão de Heteroidentificação e Combate ao Racismo, que vem sendo realizada conjuntamente com a culminância das ações dos projetos de extensão, e no ano de 2024 se vinculou ao projeto: “Experiências extensionistas do NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial”, que teve apoio da PROEX-IFAM por meio do Programa Institucional de Bolsa de Extensão-PIBEX.

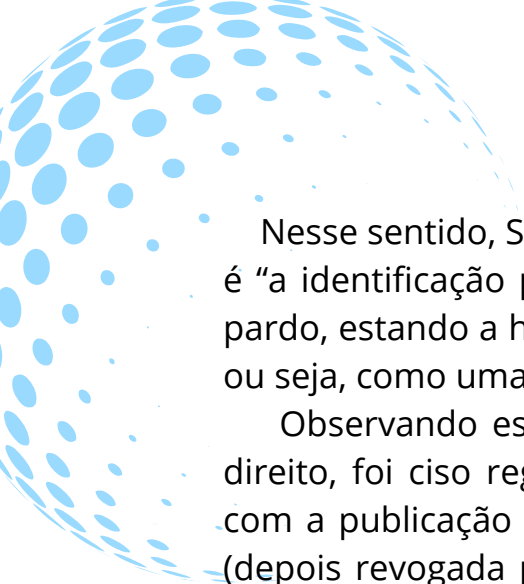
As oficinas formativas vêm ocorrendo de forma bienal, desde 2020 capacitando discentes, docentes e técnicos administrativos do Campus Manaus Centro. No ano de 2024, a inscrição de 30 pessoas na oficina formativa permitiu criar um cadastro de novos interessados em fazer parte como membros da Comissão de Heteroidentificação para o biênio de 2025 a 2026. As inscrições foram realizadas por meio de chamada pública, divulgada no site do NEABI-CMC (<http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/institucional/nucleos/neabi/nea-bi-cmc/oficina-de-heteroidentificacao/view>), concomitante a divulgação do Encontro do NEABI-CMC em Ensino, Pesquisa e Extensão (ENCEPE 2024), evento que fundamentou a oficina formativa.

Essa capacitação é necessária, pois existem resoluções que orientam esse procedimento, haja vista que onde houver acesso pelas cotas raciais, deve-se seguir o rigor normativo.

Dessa forma, essas oficinas objetivam formar agentes para atuarem como titulares e suplentes das Comissões de Heteroidentificação e da Comissão Recursal, quando da abertura de editais para processos seletivos semestrais de acesso aos IFs e também universidades públicas. Isso indica a necessária formação dos membros sobre a temática da igualdade racial, o combate ao racismo e de como proceder nas entrevistas com os candidatos, além de fornecer conhecimento e orientação sobre o uso das leis, decretos, resoluções e portarias que norteiam as políticas públicas raciais na educação.

Considerando que ainda se percebe existirem muitas dúvidas sobre o trabalho das comissões e se noticiam muitas denúncias dos candidatos, seja por falta de informação por parte da gestão ou por falta de treinamento por parte dos membros que compõem essas comissões, tem-se que é prioritário entender como ocorrem esses procedimentos nos processos seletivos.





Nesse sentido, Serra (2023, p. 10) argumenta que heteroidentificação é “a identificação por terceiros da condição autodeclarada de preto e pardo, estando a heteroidentificação conectada ao realismo fenotípico, ou seja, como uma determinada pessoa é vista pela sociedade [...]”.

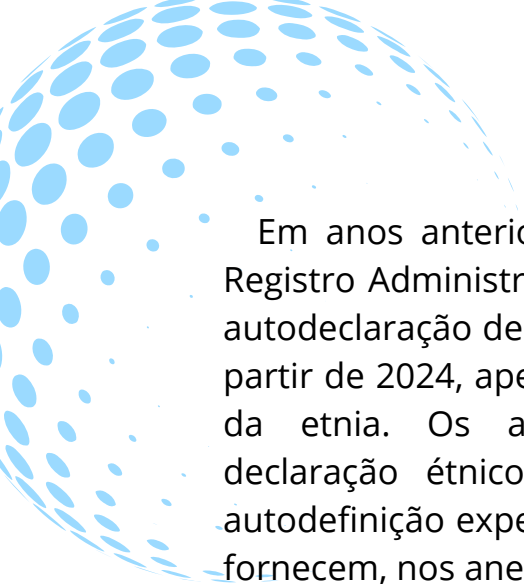
Observando esse cenário, para garantia das cotas aos sujeitos de direito, foi ciso regulamentar o procedimento de heteroidentificação, com a publicação da Portaria Normativa n. 4, de 06 de abril de 2018, (depois revogada pela Instrução Normativa MGI n. 23, de 25 de julho de 2023), em que orienta como se deve ocorrer os procedimentos dessa comissão, procedimentos estes complementares à autodeclaração dos candidatos nos concursos públicos, segundo a Lei n. 12.990, de 09 de junho de 2014, sendo também utilizada nas leis das cotas, Lei n. 12.711, de 2012 e Lei n. 14.723, de 2023, nos processos seletivos de ingresso nas universidades e institutos federais.

À vista disso, a Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023 alterou a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor

sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. (Brasil, 2023).

Diante desse cenário, as comissões de heteroidentificação são formadas para garantir o acesso às pessoas de direito, os negros (pretos e pardos), além dos indígenas e dos quilombolas às políticas de ações afirmativas, visando o ingresso em vagas estabelecidas por cotas em processos seletivos.

A Comissão de Heteroidentificação no IFAM foi instituída pela Resolução n. 52/2022-CONSUP/IFAM, onde são atribuídos procedimentos para aferição e comprovação de autodeclarações dos candidatos. Essa comissão tem a responsabilidade de deliberar, mediante a entrevista com candidatos oriundos de escola pública e inscritos nas cotas, a fim de aferir se eles pertencem ou não ao fenótipo ao qual se declararam, conforme registram os editais da Pró-Reitoria de Ensino do IFAM que orientam a necessidade de os autodeclarados pretos ou pardos passararem, obrigatoriamente, por entrevista individual gravada e/ou filmada.



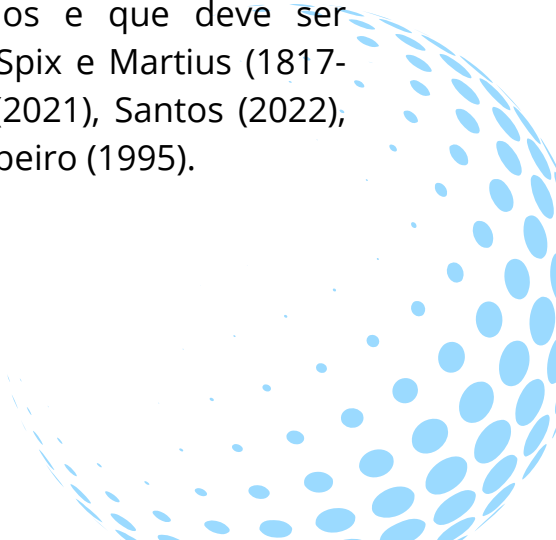
Em anos anteriores, os autodeclarados indígenas apresentavam o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) e/ou termo de autodeclaração de cor/raça ou etnia assinado por liderança indígena e, partir de 2024, apenas autodeclaração étnico-racial assinada pelo líder da etnia. Os autodeclarados quilombolas deverão apresentar declaração étnico-racial do líder do Quilombo e/ou certidão de autodefinição expedida pela Fundação Cultural Palmares. Esses editais fornecem, nos anexos, os termos de autodeclaração étnico-racial.

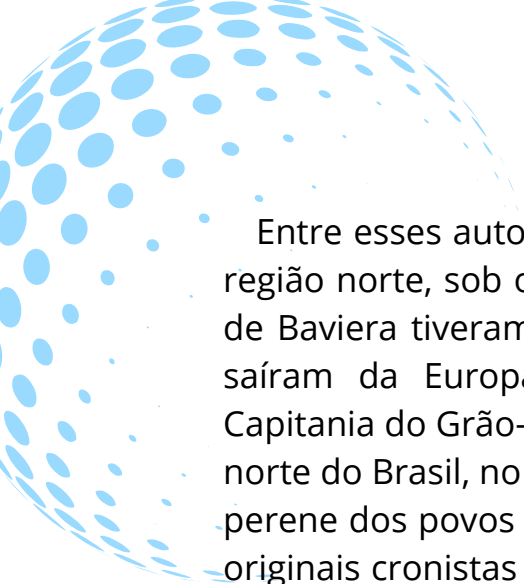
A estrutura desse capítulo de relato de experiências apresenta a seguinte configuração textual: na primeira seção consta esta introdução; na segunda seção, um breve histórico dos povos indígenas no século XIX, no Pará e Amazonas; na terceira seção, histórico sobre as políticas públicas raciais e na quarta seção, relatos sobre o acesso pelas cotas raciais de alunos indígenas no IFAM-CMC.

2 POVOS INDÍGENAS NO SÉCULO XIX, NO PARÁ E AMAZONAS: O QUE ISSO REFLETE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS RACIAIS EM EDUCAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL?

Para uma melhor compreensão sobre a importância das políticas públicas raciais em educação no contexto atual, é importante saber que essa conquista não surgiu apenas porque um ou outro governo resolveu reconhecer esses povos. O ponto importante é tentar esclarecer o pensamento ingênuo, que acaba dialogando com o preconceito étnico-racial sobre as raças e etnias em nosso país e tornar claro que a nossa visão não deve se limitar a uma ideologia, e sim conhecer a história de nosso povo e com isso compreender o passado e o presente de nossa sociedade.

É necessário esclarecer que essas políticas são resultados das lutas desses povos por reparação sobre os processos históricos de escravidão e genocídio que a colonização do Brasil e, em particular no Pará e Amazonas, trouxe aos povos originários e que deve ser reparada. É importante fazer uma leitura sobre Spix e Martius (1817-1820) em Viagem pelo Brasil (2017), Benchimol (2021), Santos (2022), Santos (2007), Cunha, 1992, Menéndez (1985) e Ribeiro (1995).





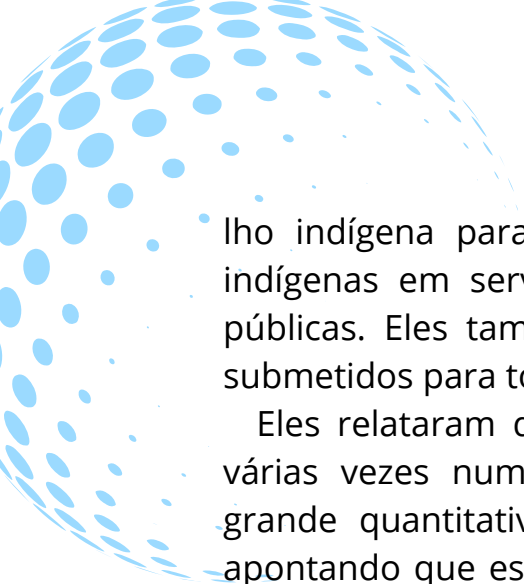
Entre esses autores, iremos destacar a visão dos povos indígenas na região norte, sob os olhares de Spix e Martius, pois esses naturalistas de Baviera tiveram uma excepcional coragem e, em nome da ciência, saíram da Europa com destino certo ao Brasil, em particular à Capitania do Grão-Pará, a fim de descrever e documentar esse lugar do norte do Brasil, no início do século XIX, em que relatam uma escravidão perene dos povos indígenas. Eles são citados – por serem excelentes e originais cronistas –, pelo antropólogo Gilberto Freire, em Casa Grande Senzala (1933). Esses pesquisadores, também citam e reconhecem o Padre Antônio Vieira no século XVII, no Barroco no Brasil, como um grande defensor dos indígenas, por suas denúncias contra as mazelas que esses povos sofreram durante a colonização.

Na história da formação do povo brasileiro é necessário lembrar que os negros foram escravizados e que também os povos indígenas do litoral, do norte e de todas as regiões do Brasil também foram submetidos ao processo de escravidão pelos colonizadores. Então, a escravidão no Brasil é bem mais abrangente do que muitos opinam sobre nossa história, considerando suas ideologias atuais e descontextualizadas, em desconsiderar que também indígenas e miscigenados não sofreram e sofrem o racismo por suas características fenotípicas e também por suas origens e histórias.

Dentro desse contexto, trazemos uma breve descrição do relato desses cronistas há duzentos anos. Eles detalham que mesmo com o aumento da importação de escravos africanos no Grão-Pará, após a proibição da escravidão indígena com a lei de Liberdade dos Índios em 1755, a principal mão de obra utilizada no território continuava sendo a dos indígenas.

O principal propósito era tornar os índios úteis e lucrativos com a menor despesa possível, então era comum encontrá-los ocupando diferentes setores do mundo do trabalho. Eles relatam que o serviço doméstico era feito quase sempre pelos índios. Para eles, essa era uma das diferenças de Belém para outras cidades do Brasil. Afinal, em outras regiões, os escravos africanos eram a principal mão de obra nesses tipos de serviço.

Aqui no norte do Brasil, havia também os indígenas que trabalhavam com pescaria e carregamento de mercadorias. Sobre isso, os naturalistas ressaltam que o maior aproveitamento da força de traba-



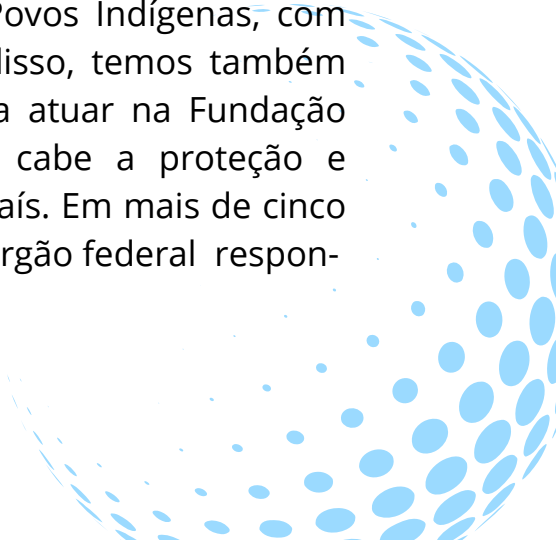
lho indígena para o atual estado se encontrava no emprego dos indígenas em serviços de pesca, na navegação fluvial e nas obras públicas. Eles também criticaram o sistema que os indígenas eram submetidos para todos esses fins.

Eles relataram que os indígenas eram retirados dos aldeamentos, várias vezes num mesmo ano, porque o governo requisitava um grande quantitativo de índios jovens para trabalharem na cidade, apontando que esse tipo de conduta do estado, promovia aos jovens sua retirada da vida conjugal e familiar em seus aldeamentos, ocasionando a depravação moral e física dessa raça. (Spix; Martius, 2017).

2.1 Políticas públicas raciais: uma reparação histórica necessária

O Brasil é formado por uma ampla diversidade cultural e étnico-racial, além de grandes indicadores de desigualdades econômicas, sociais e de ingresso ao trabalho e ao ensino de qualidade das populações negras (preto e pardo) e indígenas. Dentro dessa realidade, surgem as Políticas Públicas Afirmativas Raciais, a fim de contribuir com a equidade racial na educação. Também na busca de equidade social, surgiu a Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, que garante o acesso por cotas a negros no serviço público federal, sendo alterada em maio de 2024, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado que concluiu a votação do Projeto de Lei n. 1958/2021, que reserva 30% das vagas em concursos públicos para negros e incluindo os povos indígenas. (Brasil, 2024).

Podemos observar que muitas conquistas estão surgindo devido aos movimentos e reivindicações dos povos indígenas, realizadas durante os governos anteriores e atual de Luiz Inácio Lula da Silva. Políticas públicas afirmativas raciais como reconhecimento e valorização desses povos continuam sendo desenvolvidas. Hoje, pela primeira vez em cinco séculos, o Brasil tem um Ministério dos Povos Indígenas, com uma ministra indígena, Sonia Guajajara. Além disso, temos também uma indígena, Joenia Wapichana, nomeada para atuar na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a qual cabe a proteção e promoção dos direitos das diferentes etnias do país. Em mais de cinco décadas de existência, será a primeira vez que o órgão federal respon-



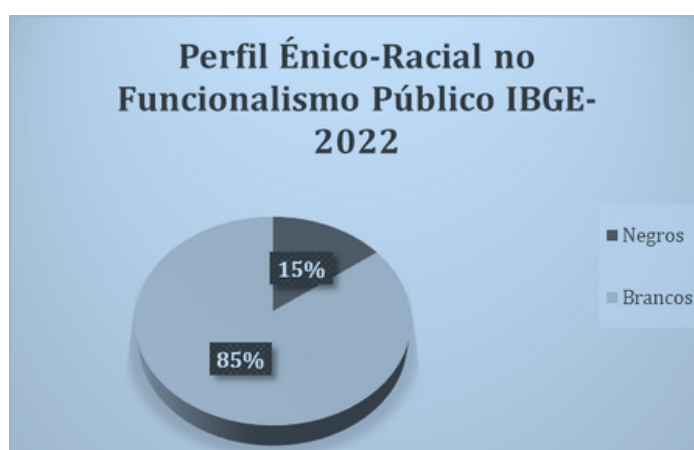
sável pela política indigenista brasileira será presidido por uma mulher indígena.

Já faz 14 anos, que temos a lei das cotas que trouxe e traz a oportunidade de acesso aos candidatos indígenas, oriundo de escolas públicas, no ingresso das universidades e institutos federais de nosso país. Muitas vezes, a sociedade não compreende a motivação das cotas para negros e indígenas no Brasil, quanto ao acesso à educação e ao trabalho. Então, é bom refletir que isso, além de ser uma reparação histórica devido à escravidão e ao extermínio de negros e indígenas, além da necessária empatia acima da leitura da nossa história.

Trazemos outra reflexão importante sobre os atuais dados do Censo do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, que apesar de 7 anos da existência da lei das cotas nos concursos federais, ainda há uma profunda falta de equidade entre negros e brancos no funcionalismo público em nosso país.

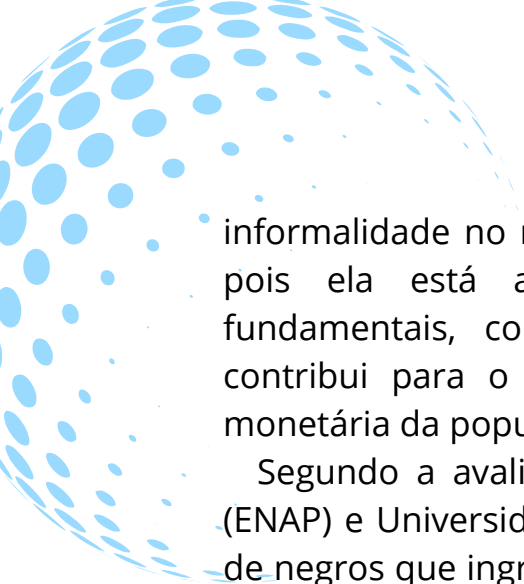
Observe no gráfico 1, à medida que o rendimento aumenta a proporção de pessoas pretas ou pardas diminui. Em 2021, na classe de rendimento mais elevada, apenas 14,6% das pessoas ocupadas em cargos gerenciais eram pretas ou pardas, em contraste com os 84,4% de indivíduos brancos nesses mesmos cargos.

Gráfico 1 – Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil



Fonte: Adaptação das autoras, baseadas em IBGE (2022).

Apesar do censo do IBGE-2022 apontar que pela primeira vez desde 1991 a maior parte da população brasileira se autodeclara parda, a



informalidade no mercado de trabalho se apresenta mais acentuada, pois ela está associada à ausência de acesso aos direitos fundamentais, como salário mínimo e benefícios trabalhistas, e contribui para o agravamento das vulnerabilidades e da pobreza monetária da população negra. (IBGE, 2022).

Segundo a avaliação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e Universidade de Brasília (UNB) de 2021, sobre o quantitativo de negros que ingressou nos concursos público entre 2014 e 2019 teve um indicativo reduzido no acréscimo de pessoas negras ao quadro de estoque funcional da administração pública federal para Professor do Magistério Superior. Esses dados justificaram a continuidade da Lei n. 12.990 de 2014, que neste ano 2024, já teve aprovada sua alteração pelo Senado Federal.

Já as políticas de ações afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas foram regulamentadas pela Resolução n. 52/CONSUP/IFAM, de 02 de junho de 2022, e orienta para ações de inclusão nas atividades de ensino, pesquisa e extensão com a promoção de respeito à diversidade étnico-racial, linguística, socioeconômica e à diversidade de gênero, sexualidade e de necessidades específicas para a defesa dos direitos humanos. Portanto, entende-se por políticas afirmativas, no âmbito do IFAM, todas as ações que permeiam o acesso de servidores e o acesso, permanência e êxito dos discentes que se enquadrem nas seguintes categorias étnico-raciais e sociais: indígenas, negros (pretos e pardos), quilombolas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e estrangeiros. (Serra; Amazonas-Passos, 2023a).

3 ACESSO PELAS COTAS RACIAIS DE INDÍGENAS NO IFAM-CMC

O NEABI-CMC tem como finalidade estabelecer ações de inserção da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Campus, defendendo a igualdade étnico-racial da educação e combate ao racismo. Para tanto, promove oficinas formativas para capacitar e treinar pessoas na realização de procedimentos referentes às temáticas étnico-raciais junto aos processos seletivos.

Em 2024 a formação foi convenionada para ocorrer durante o evento intitulado ENCEPE 2024: Encontro do NEABI-CMC em Ensino,

Pesquisa e Extensão, que envolveu a temática “Diversidade étnico-racial no contexto escolar”. O evento foi amplamente divulgado, visando atingir o maior número possível de público interessado em participar das discussões, bem como em realizar a oficina.

A figura 1 apresenta o cartaz de divulgação do evento.

Figura 1 – Cartaz de divulgação do ENCEPE 2024



Fonte: NEABI-CMC (2024a)

A nomenclatura ENCEPE foi estabelecida objetivando criar uma identidade para os eventos bienais do Núcleo, convencionada pela coordenadora e subcoordenadora do NEABI-CMC, Vilma Serra e Mirlândia Amazonas, respectivamente. Vale ressaltar que a logomarca do evento foi criada por Felipe Lobão, aluno do curso de Produção Publicitária do Campus Manaus Centro do IFAM. Foi estilizada apresentando três bonecos nas cores que representam o contexto étnico-racial das políticas afirmativas raciais.

O evento ENCEPE permitiu promover a oficina de heteroidentificação, tendo em vista a necessidade de formar um cadastro de pessoas habilitadas entre servidores e alunos para comporem as Comissões de Heteroidentificação, que são formadas para atuar nos processos seletivos de acesso aos cursos técnicos, especialização técnica, graduação e pós-graduação do Campus do IFAM.

Nesse contexto, a Resolução n. 52, de 2022, na Seção II, no Art. 8º, inciso XI, traz diretrizes que dialogam com as atividades desenvolvidas no ENCEPE-2024, ao passo que ressaltam o dever de “instituir pro-

cessos permanentes de formação de discentes, docentes e técnicos administrativos na temática da educação das relações étnico-raciais e do direito das minorias”. (Serra; Amazonas-Passos, 2023a, p. 54). Por conta disso, fez-se ampla divulgação da oficina formativa, utilizando cartaz próprio afixado nas dependências do Campus Manaus Centro e também reproduzido na internet na página oficial do NEABI-CMC.

A figura 2 apresenta o cartaz que foi elaborado para divulgação da oficina formativa.

Figura 2 – Cartaz de divulgação da Oficina de Heteroidentificação



Fonte: NEABI-CMC (2024b)

A aplicação da oficina formativa dos procedimentos de heteroidentificação permite compreender como ocorrem na prática as entrevistas de heteroidentificação nas formas presencial, híbrida e remota com os candidatos das cotas raciais.

Relatam Serra e Amazonas-Passos (2023b, p. 57) que “nos processos seletivos de acesso ao IFAM-CMC são convocados um percentual de 50% dos candidatos dos cursos técnicos integrado e subsequente, especialização técnica e de graduação de alunos que estudaram, integralmente, em escola pública”, nos termos da Lei 12.711/2011, logo é necessária a existência de formação de pessoas para melhor atender esse público, uma vez que os dados de acesso da Comissão de Heteroidentificação do IFAM-CMC de 2020 a 2024 transitam na faixa percentual de candidatos convocados: pardos com 85%, pretos 10% e indígenas 5%, isso varia por ano, mas não se distancia muito.

3.1 Considerações sobre acesso de alunos indígenas no IFAM-CMC

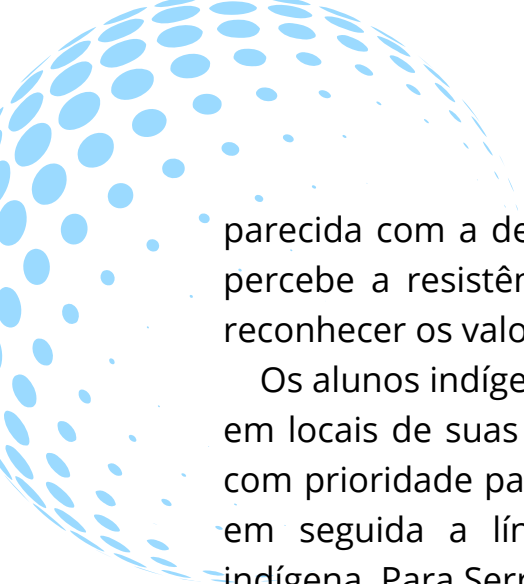
Durante os processos seletivos dos editais da PROEN a Comissão de Heteroidentificação utiliza para fins de comprovação a autodeclaração étnico-racial, assinada pela liderança da etnia dos candidatos indígenas. Essa comissão tem um papel fundamental na garantia da vaga aos sujeitos de direitos das leis de cotas raciais.

Nesse contexto, sabe-se que o racismo no Brasil acontece de várias maneiras, por exemplo: a democracia racial, que segundo Nogueira (2005, p. 56), é compreendida “[...] como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento [...]”. Enquanto que o racismo estrutural, segundo Silvio Almeida (2016), é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertença. Dentro desse contexto, observa-se que racismo na sociedade brasileira acontece na marca fenotípica das pessoas, ou seja, o racismo de massa.

Para Osório (2004, p. 114-115)

[...] há uma categorização sociocultural [...] onde vige o preconceito de marca, é a carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas de potenciais de discriminação.

Por outro lado, temos os povos indígenas que estão na perene luta por direitos à terra, à educação de qualidade. No IFAM a formação desses alunos pode ser mais sistematizada, contribuindo com processos educativos que abordam em suas práticas de ensino a pesquisa e a extensão, com temas que tratem sobre a cultura étnica. Para Serra e Esteves (2021, p. 8) “[...] é algo desafiador produzir novas práticas sobre a realidade da escola indígena no Brasil que talvez seja



parecida com a de muitas escolas de zona rural, mas ainda assim, se percebe a resistência para alcançar um modelo de ensino capaz de reconhecer os valores culturais presentes no contexto local.[...]”.

Os alunos indígenas, em sua maioria, estudam o ensino fundamental em locais de suas etnias, em salas de aula multisseriadas e bilíngues, com prioridade para sua aprendizagem que ocorra na língua materna, em seguida a língua portuguesa, por isso o professor deve ser indígena. Para Serra e Esteves (2021, p. 14) não se pode “[...] pensar em construir uma escola indígena diferenciada, se não lutarmos, realmente, por sua melhoria e contribuir com o contexto histórico desses povos em suas comunidades e também na diversidade cultural do Amazonas”.

Para estudar o ensino médio, muitos jovens alunos indígenas deixam suas comunidades e vão para o município mais próximo de sua etnia ou vem para a capital do estado. Isso é um dilema vivido por gerações de indígenas que deixam seus costumes para se adequarem ao contexto de uma cidade, na maioria das vezes, sem a companhia da família.

Essa mudança traz um impacto sem precedência para os jovens indígenas, na dificuldade de se adequar ao ensino nas escolas da cidade, muitos ainda negam sua identidade por medo de discriminação e racismo. O mesmo ocorre no mercado de trabalho mantendo o jovem indígena em trabalhos informais e precários. Para uma melhor compreensão sobre essa realidade, a terceira seção deste capítulo, intitulada “Adolescentes e jovens indígenas em conflito com a lei: desafios e perspectivas”, traz informações sobre tal contexto.

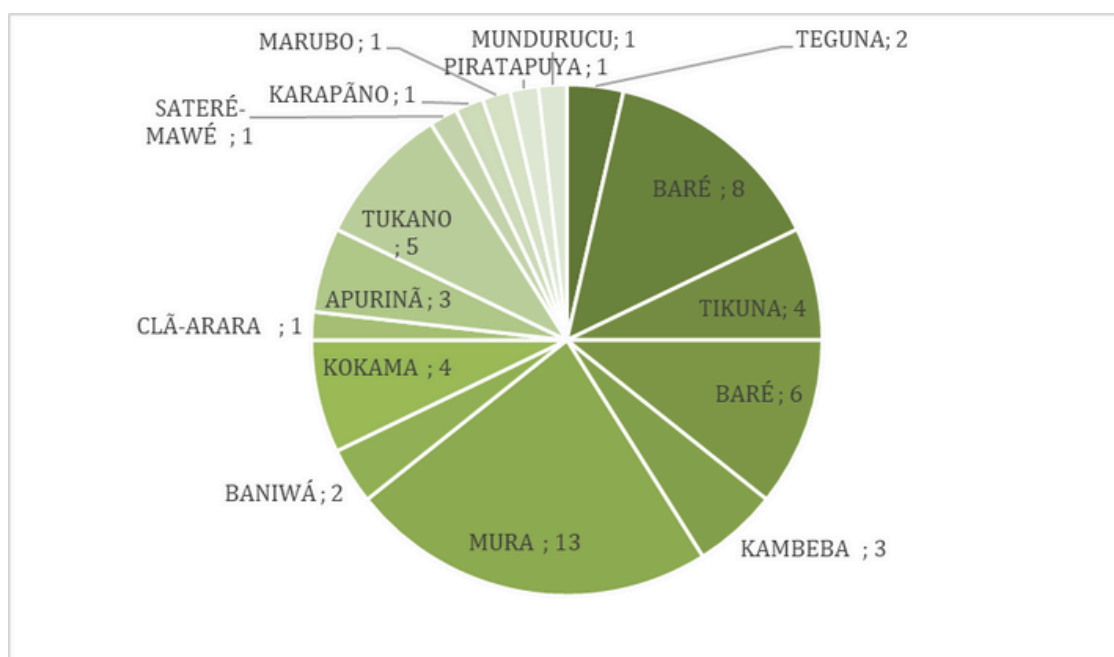
Considerando a realidade mencionada, desde 2021 a equipe gestora do NEABI-CMC, em conjunto com a Comissão de Heteroidentificação, tem encaminhado à Direção de Ensino e aos Departamentos do Campus Manaus Centro relatórios que indicam o contexto de acesso ao Campus de candidatos cotistas (preto, pardo e indígena) e mais atual sobre os quilombolas.

A partir do ano de 2024, a equipe do NEABI-CMC seguiu as indicações da Resolução n. 052/CONSUP/IFAM, Art. 62, inciso III, que orienta sobre comprovação de autodeclaração dos candidatos cotistas, observando que é de responsabilidade do “[...] membro do NEABI: a aferição das

comprovações dos candidatos indígenas [...]”, (Serra; Amazonas-Passos, 2023a, p. 85). Sendo assim, ao final do processo seletivo de cada semestre, a equipe gestora se encarrega de realizar o envio à Direção de Ensino e aos Departamentos do CMC um relatório, apenas, com o nome dos candidatos indígenas, sua etnia e o curso de ingresso, mas sempre destacando sobre a necessidade de acompanhamento desses alunos indígenas, a fim de manter a permanência e o êxito desse aluno no Campus que escolheu para estudar, e igualmente com relação aos quilombolas.

Apresentamos no gráfico 2 um panorama geral de candidatos indígenas e suas etnias, que ingressaram nos últimos quatro anos no Campus Manaus Centro do IFAM e que compareceram para a entrevista com a Comissão de Heteroidentificação para apresentar os documentos comprobatórios do direito às cotas, como RANI e/ou autodeclaração étnico-racial. O total foi de 56 candidatos.

Gráfico 2 – 56 candidatos indígenas e suas etnias – Anos 2021 a 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras, com dados da Comissão de Heteroidentificação do Campus Manaus Centro do IFAM, processo seletivo 2024.

No relatório, a equipe gestora do NEABI-CMC detalha as orientações, destacando a necessidade de acompanhamento da equipe pedagógica e constam, também, orientações aos docentes. A saber:

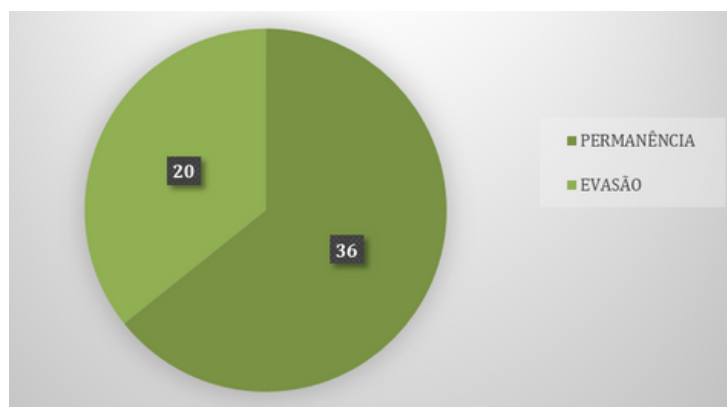
1) Os coordenadores de curso, pedagogos e professores de turmas que têm alunos indígenas devem ser comunicados para que eles possam acompanhar de forma diferenciada e mais sistemática alunos indígenas;

2) A função do NEABI-CMC quanto à permanência e êxito é orientar que os alunos indígenas precisam de um monitoramento especial no ensino, considerando suas peculiaridades;

3) Os alunos indígenas, em sua maioria, trazem um histórico de estudo de salas de aula multisseriadas, pois é assim que é ofertado o ensino na escola indígena dentro de suas comunidades. Acredita-se que no Campus Manaus Centro, muitos deles não se autodeclaram aos professores e colegas, porque têm medo do racismo e preconceito.

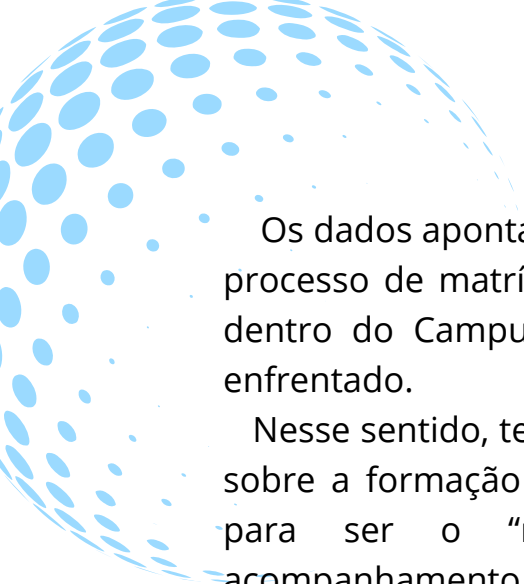
O gráfico 3 aponta o levantamento que a equipe do NEABI-CMC fez junto à Diretoria de Registro Acadêmico, sobre a situação de permanência dos 56 candidatos indígenas.

Gráfico 3 - Índice atual dos alunos indígenas em permanência no CMC



Fonte: Elaborado pelas autoras, com dados da Comissão de Heteroidentificação do Campus Manaus Centro do IFAM, processo seletivo 2024.

Índices de referência de 2021 a 2024, em que 36 alunos estão estudando no Campus, isso indica a necessidade de criação de estratégias de ensino para esse público a fim de evitar evasão e/ou retenção escolar.



Os dados apontam que 20 alunos evadiram e/ou não concluíram seu processo de matrícula. Por isso, ter um olhar para o aluno indígena dentro do Campus Manaus Centro é um desafio que precisa ser enfrentado.

Nesse sentido, tem-se que a Resolução n. 052, orienta no Art. 10, § 1º sobre a formação do Comitê Gestor das Ações Afirmativas do IFAM, para ser o “responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e assessoria às ações relacionadas à política de inclusão no Instituto.” (Serra, Amazonas-Passos, 2023a, p. 85).

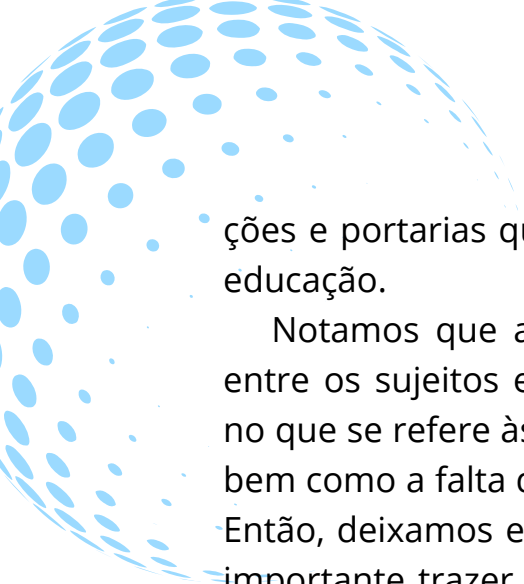
Então, é importante que exista um processo permanente de formação de servidores dentro do Campus, com interesse em contribuir com a educação no que se relacionar com as relações étnico-raciais.

3 REFLEXÕES

As atividades desenvolvidas pela equipe gestora do NEABI-CMC nesses quatro anos de trabalho no IFAM Campus Manaus Centro têm contribuído para trazer reflexões sobre o contexto étnico-racial na educação, conforme foi exposto acima. Além de publicações anuais como e-books que tratam da temática étnico-racial e da escrita da minuta da Resolução n. 052/CONSUP/IFAM, essas ações além de visarem ao alcance mais abrangente do nosso trabalho dentro do Núcleo, colaboram para divulgar as diretrizes instituídas na resolução para combate à discriminação racial. Portanto, considera-se que foram trabalhos de grande conquista no contexto das ações afirmativas no IFAM.

Em 2024, o evento ENCEPE consolida-se em promover a reflexão sobre a igualdade racial e enfrentamento ao racismo a partir de palestras, mesa-redonda, momentos culturais que abrangem apresentação de expressões artísticas no Sarau Literário, comandado pelos alunos do Campus Manaus Centro, numa demonstração de interesse em contribuir para a disseminação da arte e da cultura pluriétnica.

As palestras e a oficina têm a finalidade de orientar os participantes sobre a importância da igualdade racial, fortalecendo o combate ao racismo e dar oportunidade aos participantes em conhecer leis, resolu-



ções e portarias que orientam sobre as políticas afirmativas raciais na educação.

Notamos que ainda se constitui um verdadeiro desafio o diálogo entre os sujeitos envolvidos na educação no Campus Manaus Centro no que se refere às ações afirmativas que estão sendo implementadas, bem como a falta de fomento para manter e gerir as ações afirmativas. Então, deixamos essa reflexão ao Ministério da Educação (MEC) que é importante trazer as políticas afirmativas para as instituições federais de ensino, mas é necessário, também, trazer recursos financeiros para efetivar seu funcionamento.

Se faz oportuno registrar que o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena está ligado à Diretoria Geral do Campus Manaus Centro e em abril de 2024, o Núcleo recebeu uma sala equipada para funcionamento imediato que abriga a equipe gestora na realização dos trabalhos necessários ao desenvolvimento das ações afirmativas. Isso trouxe uma grande importância para nossa identidade junto aos alunos e servidores. Agradecemos ao Diretor-geral do Campus Manaus Centro, Professor Dr. Edson Valente Chaves, que atendeu nossa solicitação e proveu de imediato a alocação da equipe.

Nossas atividades são desenvolvidas por meio de submissão em editais do PIBEX, sempre muito concorridos entre os 17 campi do IFAM, pois ofertam bolsa financeira de R\$ 2.400,00 como ajuda para desenvolver ações de extensão. No caso do NEABI-CMC, essa ajuda financeira colabora bastante para que se desenvolvam as ações sobre a temática étnico-racial, igualdade racial e combate ao racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvia. O que é racismo estrutural? In: RENZO, Artur. **Boitempo editorial**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU> Acesso em 10 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei n. 12.711, de 29, de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14723.htm. Acesso em: 5 nov. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **CCJ conclui votação de cotas para negros e indígenas em concursos públicos**. Sítio eletrônico, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/05/08/ccj-conclui-votacao-de-cotas-para-negros-e-indigenas-em-concursos-publicos>. Acesso em: 9 set. 2024.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

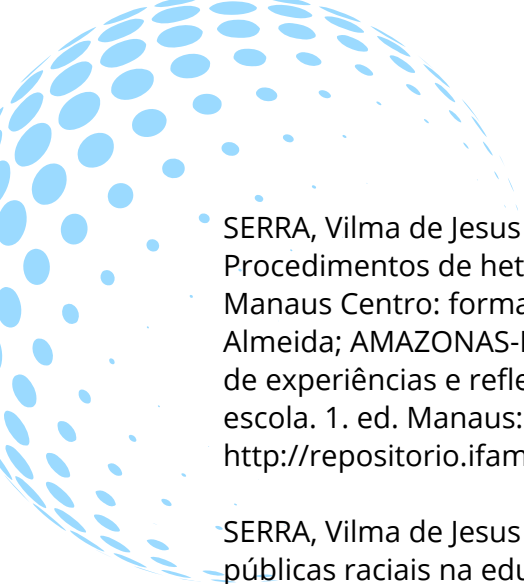
NEABI-CMC. **ENCEPE**. Notícias, 2024. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/institucional/nucleos/neabi/neabi-cmc/encepe-2024/view>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NEABI-CMC. **Oficina de heteroidentificação**. Notícias: 2024. Disponível: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/institucional/nucleos/neabi/neabi-cmc/oficina-de-heteroidentificacao/view>. Acesso em: 10 nov. 2024.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de "cor ou raça" no IBGE. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela. **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; ESTEVES, Carlos Dinely. Formação de Professores Indígenas, contextualizando o ensino às práticas culturais da etnia Satere-Mawe. **Educitec – Revista de estudos e pesquisas sobre ensino tecnológico**. Manaus-AM, v. 7, p. e172221, jan./dez. 2021. DOI: 10.31417/educitec.v7.1722. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1722>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; AMAZONAS-PASSOS, Mirlândia Regina (org.). **Políticas afirmativas raciais e procedimentos de heteroidentificação: coletânea de leis, resoluções e portarias**. 1. ed. Manaus: EDIFAM, 2023a. E-book. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1380>. Acesso em: 11 jul. 2024.



SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; AMAZONAS-PASSOS, Mirlândia Regina (org.). Procedimentos de heteroidentificação nos processos seletivos do IFAM Campus Manaus Centro: forma remota, híbrida e presencial. *In*: SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; AMAZONAS-PASSOS, Mirlândia Regina (org.). **Negritude em pauta**: relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola. 1. ed. Manaus: NEABI-CMC ; EDIFAM, 2023b. E-book. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1463>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SERRA, Vilma de Jesus de Almeida. A cor cabocla do amazonense e as políticas públicas raciais na educação. *In*: SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; AMAZONAS-PASSOS, Mirlândia Regina (org.) **Negritude em pauta**: relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola. 1. ed. Manaus: NEABI-CMC ; EDIFAM, 2023b. E-book. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1461>. Acesso em: 11 jul. 2024

SPIX, F., Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v. (Edições do Senado Federal ; v. 244-A). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991>. Acesso em: 15 ago. 2024.

REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL

CAPÍTULO 2

Ações de extensão via NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial

VILMA DE JESUS DE ALMEIDA SERRA

Mestra em Educação, Professora EBTT,
Coordenadora do NEABI-CMC,
Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro

MIRLÂNDIA REGINA AMAZONAS-PASSOS

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica,
Bibliotecária documentalista, Subcoordenadora do NEABI-CMC,
Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro

ANNE YOUSEBECCA LOUIS

Aluna do curso Técnico em Edificações na forma integrada,
bolsista do PIBEX-2024, Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro

VILMA DE JESUS DE ALMEIDA SERRA
<http://lattes.cnpq.br/2919953627082825>

MIRLÂNDIA REGINA AMAZONAS- PASSOS
<http://lattes.cnpq.br/4293338940816419>

ANNE YOUSEBECCA LOUIS
Bolsista do PIBEX-2024,
Edital n. 002/2024-PROEX/IFAM

Ações de extensão via NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial

RESUMO

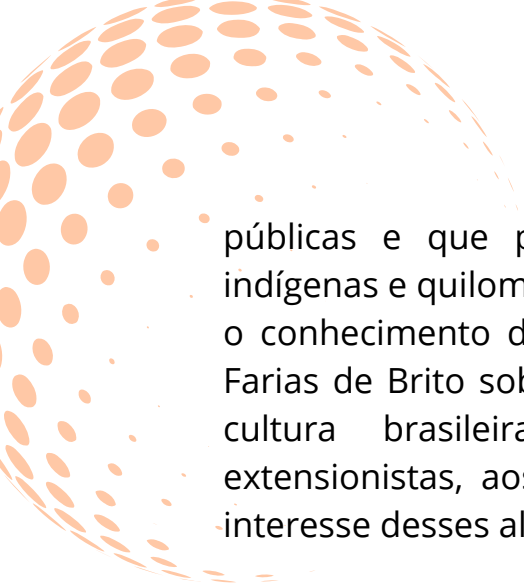
Este relato detalha as ações do projeto de extensão, vinculado ao Edital n. 002/PROEX/IFAM-2024, realizadas em conjunto com NEABI-CMC que ocorreram na Escola Estadual Farias de Brito, tendo como público-alvo os alunos dos 7º, 8º e 9º anos. A metodologia desenvolvida abordou a concepção da prática interdisciplinar sobre educação, ciência, cultura, artes, políticas públicas raciais. Nesse viés, a aplicação das atividades de extensão dialogou com o ensino, pesquisa e extensão numa articulação entre saberes nas seguintes práticas: oficinas de desenho, produção textual, roda de conversa e palestra com abordagens sobre as questões étnico-raciais no combate ao racismo na escola.

Palavras-chave: ações extensionistas; étnico-racial; arte; produção textual; educação profissional técnica; PIBEX.

1 INTRODUÇÃO

O projeto “Experiências extensionistas do NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial” foi desenvolvido com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) via Pró-Reitoria de Extensão do IFAM (PROEX-IFAM), permitindo a continuidade das ações de ensino, pesquisa e extensão do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI-CMC), que vêm se desenvolvendo nos anos de 2021, 2022 e 2023. Essas ações têm incentivado o interesse da comunidade acadêmica do Campus Manaus Centro do IFAM e, conseqüentemente, da sociedade manauara sobre a importância das ações afirmativas raciais na educação.

Em 2024, o NEABI-CMC trabalhou as ações do projeto de extensão buscando promover um diálogo reflexivo sobre as questões étnico-raciais no contexto das artes e cultura brasileira, das legislações e orientações sobre o ingresso de candidatos que estudam em escolas



públicas e que podem ingressar pelas cotas de pretos, pardos, indígenas e quilombolas. Dessa forma, o objetivo do projeto foi ampliar o conhecimento dos alunos dos 7º, 8º e 9º anos da Escola Estadual Farias de Brito sobre questões étnico-raciais, no contexto das artes e cultura brasileira, conduzindo-os, por meio das atividades extensionistas, aos caminhos da escrita, bem como para motivar o interesse desses alunos em ingressar no Campus Manaus Centro.

2 TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL PRESENTE NOS PROJETO DE EXTENSÃO DO IFAM

As atividades de extensão estão sendo desenvolvidas desde 2010 no IFAM, e acontecem por meio de submissão de projetos aos editais anuais ofertados pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/IFAM), os chamados PIBEXs, tendo como protagonista o aluno de nível médio técnico e/ou de graduação participando como bolsista ou voluntário.

O PIBEX incentiva os docentes na submissão como coordenador de uma ação de extensão, apoiado por colaboradores internos e externos, além de parcerias institucionais externas, tendo como finalidade desenvolver uma ação que contribua de forma significativa com o público a que se destina, que são as populações na territorialidade da instituição promotora ou de instituições externas.

Segundo o Fórum de Extensão de Educação Tecnológica, extensão é “[...] um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade”. (Forproex, 2015, p. 2). Mais além, na Resolução n. 7, do Ministério de Educação e Cultura (MEC), define-se a extensão como

atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação de conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (Brasil, 2018, p. 2).

Nesse sentido, o projeto de extensão 2024 foi desenvolvido com a colaboração de uma aluna bolsista do curso Técnico em Edificações na

forma integrada, que teve a companhia de três alunos voluntários do mesmo curso, de mais cinco voluntários da graduação, além de colaboradores internos e a parceria externa da Escola Estadual Farias de Brito.

No quadro 1, faz-se uma demonstração de temáticas propostas nos dois editais que foram lançados para o nível médio e graduação no ano de 2024 e que dialogam com nossa intenção de promoção de ações antirracistas. Nesses editais foi realizada uma triagem nos resultados, a fim de aferir se as ações do NEABI da Reitoria e do NEABI dos campi têm instigado docentes na proposição de projetos que abordem a temática étnico-racial.

O resultado aponta que das 80 (oitenta) bolsas concedidas aos proponentes, sete delas contemplaram a temática em questão. Considerando a diversidade de temas tratados pelos professores e sua área de conhecimento, podemos inferir que os sete projetos trazem um resultado positivo para essa temática que só era tratada em dias pontuais como o dia dos Povos Indígenas, em 19 de abril, e dia da Consciência Negra, em 20 de novembro.

Quadro 1- Temática étnico-racial presente no PIBEX 2024

EDITAL	TEMAS DO PIBEX	PROPONENTES	CAMPUS
Edital n. 002, de 15 de fevereiro de 2024, PROEX/IFAM 50 bolsas	Experiências Extensionistas do NEABI/CMC: Arte, Cultura e Produção Textual no Contexto Étnico-Racial	Vilma de Jesus de Almeida Serra	Manaus Centro
	Educação para as relações étnico-raciais indígenas e afro-brasileiras no IFAM/CMZL e escolas do entorno	Claudemir Sousa	Manaus Zona Leste
Edital n. 006 de 18 de março de 2024, PROEX/IFAM 30 bolsas	Capoeira no IFAM/CMZL: Pratique Nossa Ancestralidade.	Claudina Azevedo Maximiano	Manaus Zona Leste
	História e Cultura Africana na Sala de Aula: Desconstruindo Estereótipos e Preconceitos com os Alunos do Ensino Fundamental Anos Iniciais.	Wendell Emmanuel Brito De Sousa	Itacoatiara
	Promovendo a Equidade Étnico-Racial de Povos Originários E Tradicionais do Amazonas a Partir de seu Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico em Espaços Não-Formais De Educação.	Paulo Marreiro Dos Santos Junior	Manaus Centro
	I Evento de Confluências Negras E Indígenas do IFAM-Campus Lábrea	Patrícia Pereira Da Silva	Lábrea
	Fortalecendo a Associação UICAM: Resistência Indígena em Coari-AM.	Stephany Farias Cascaes	Coari

Fonte: As autoras (2024).

2.1 Metodologia e objetivo das ações do projeto de extensão 2024

As políticas afirmativas no âmbito do IFAM tratam das “ações de inclusão nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para a promoção do respeito à diversidade cultural, étnico-racial, linguística, socioeconômica e à diversidade de gênero, sexualidade e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos”. (Serra; Amazonas-Passos, 2023, p. 50).

As ações extensionistas de 2024, centraram-se na temática étnico-racial, então foi realizada uma pesquisa de campo através do contato com a gestão de escola parceira juntamente com alunos. Essa articulação consistiu em saber as demandas sociais que esse projeto de extensão poderia contribuir com o público-alvo.

Para aplicação de uma das ações extensionistas, além da pesquisa documental, os participantes realizaram uma pesquisa bibliográfica, em que os alunos se apropriaram de material já publicado e de registros disponíveis decorrentes das pesquisas anteriores sobre a temática central da abordagem do projeto de extensão.

Nosso objetivo foi ampliar o conhecimento dos alunos da escola parceira sobre questões étnico-raciais, incentivando-os à pesquisa dessa temática no contexto das artes e da produção escrita, por meio de atividades de desenho e produção textual. Os resultado da ação contribuiu para produzir o e-book “Expressões artísticas do aluno autor: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial”, no qual os alunos podem apreciar suas obras, tanto de desenho quanto de produção textual, uma vez que está em acesso aberto por meio do Repositório do IFAM.

Dessa forma, acreditamos que foi ampliado o conhecimento sobre as artes, a cultura dos povos afro e indígenas, bem como sobre as políticas afirmativas raciais que estão contidas nas leis e que na maioria das escolas ainda não constam como práticas nos currículos, portanto, sendo de muita importância o desenvolvimento de atividades no âmbito escolar que prezem pelo diálogo sobre questões

étnico-raciais, melhor ainda quando a atividade é desenvolvida de forma dinâmica e interativa como foram as oficinas.

A foto 1 registra o momento da apresentação da proposta de ações extensionistas para 2024 pela equipe gestora do NEABI-CMC para apreciação pelos professores e equipe gestora da Escola Estadual Farias de Brito, onde estiveram presentes a bolsista do PIBEX e voluntários do projeto, no dia 22 de fevereiro de 2024, momento que firmaram a parceria.

Foto 1 - Momento da parceria



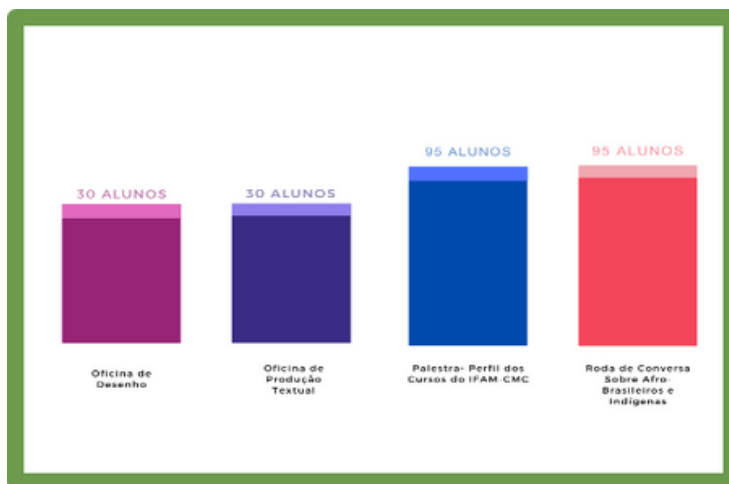
Foto: As autoras (2024).

Nosso viés é promover discussões e produções sobre a temática afro-brasileira e indígena, beneficiando toda a comunidade escolar com a entrega de produtos informacionais, como os e-books, pois, por estarem armazenados no Repositório do IFAM, podem ser acessados pelo público em geral. O e-book “Expressões artísticas do aluno autor...” contém produções iconográficas, textos dissertativos, crônicas e poemas elaborados pelos alunos das escolas estaduais Farias de Brito, Djalma da Cunha Batista e alunos do Campus Manaus Centro.

Na figura 2, estão apresentadas as tipologias das ações desenvolvidas e o quantitativo de alunos participantes em cada uma

delas, onde houve diálogo interativo e troca de saberes que um projeto de extensão deve cumprir.

Figura 2 - Intercâmbio de conhecimento com 250 alunos



Fonte: Dados do relatório parcial da aluna bolsista do PIBEX-2024.

Entende-se que as ações extensionistas dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no item 4 (Educação de qualidade) que prezam por garantir, o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, e com ODS 10 (Redução das desigualdades sociais), que privilegiam o empoderamento e promovem a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra, em conformidade com a Agenda 2030 dos países membros da Organização das Nações Unidas (Nações Unidas, 2024).

Figura 3: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas (2024).

3 AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO COM A ESCOLA PARCEIRA

A metodologia aplicada abordou a concepção da prática interdisciplinar sobre educação, ciência, cultura, artes, políticas públicas raciais que, segundo Fazenda (2011, p. 81-82) “[...] recupera a ideia primeira de cultura (formação do homem total), o papel da escola (formação do homem inserido em sua realidade) e o papel do homem (agente das mudanças no mundo)”.

Então, nesse viés, a aplicação das atividades de extensão dialogaram com o ensino, pesquisa e extensão numa articulação entre saberes nas práticas descritas a seguir.

3.1 Roda de conversa

Ocorreu no auditório da Escola Estadual Farias de Brito, onde 95 alunos estiveram presentes para assistir a palestra e conversar com a representante do movimento afro-brasileiro Professora Luene Cristina Santos, e a representante da cultura indígena do Alto Rio Negro, Joana Montanha Galvão, da etnia Tucano e vice-presidente da AMARN.

Naquele momento houve a declamação de poemas autorais sobre os povos indígenas do Amazonas, declamados pelas alunas do 1º ano do curso de Edificações Letícia Grabriella Castro, com o poema “Alma resistente”, e Letícia Rabelo que declamou o poema “loroque cari”.

3.2 Palestra sobre o perfil dos cursos técnicos do CMC IFAM

Nessa ação palestraram os alunos dos cursos técnicos do Campus Manaus Centro, que expuseram com maestria o perfil dos cursos: Edificação, Mecânica, Eletrotécnica, Informática e Química, detalhando seus conhecimentos sobre as disciplinas técnicas dos cursos, suas experiências nas atividades práticas de laboratório, bem como nas atividades esportivas e de lazer, como JIFAM, Circuito Cultural, Grêmio Estudantil, além de explicarem sobre os projetos de pesquisa e de extensão, auxílio de bolsa estudantil e com as ações do NEABI-CMC.

Ao final da palestra, a coordenadora do NEABI-CMC fez uma orientação sobre o acesso ao IFAM pelas cotas raciais e os critérios necessários para realização da inscrição, conforme garantido na Lei n. 12.711, de que as “instituições federais de ensino técnico de nível médio, reservarão [...] no mínimo, 50% [...] de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas”. (Brasil, 2012, p. 33).

Explicou, também, como ocorre o procedimento de heteroidentificação dos candidatos negros (preto e pardo), além de explicar sobre como se procede a entrega de documento pelo autodeclarado indígena e ou quilombola nos processos seletivos do IFAM, que são regidos por editais, publicados no final do mês de outubro e/ou início do mês de novembro de cada ano e divulgados no site do IFAM.

A figura 5 expressa o momento das palestras.

Figura 5 - Palestra sobre o perfil dos cursos técnicos da forma integrada



Foto: Andreia Kamilly (2024).

3.3 Oficina de produção textual

A oficina foi realizada sobre a temática étnico-racial em que os alunos foram orientados a produzir um texto expositivo e argumentati-

vo. Segundo Othon Garcia (2010), num texto expositivo há um “predomínio da atitude comunicativa de informar” e no argumentativo há a atitude de persuadir o leitor, o que corresponde com a nossa intenção de disseminar informações sobre as questões antirracistas. Para isso, os professores da disciplina Língua Portuguesa, Juarez Roberto de Oliveira Júnior e Lissandra de Freitas Brandão realizaram uma oficina de produção textual, divididas em várias etapas: a primeira oficina envolveu a pesquisa bibliográfica sobre a temática em que utilizaram o espaço da Biblioteca da escola; oficina sobre a comunicação expositiva-dissertativa; oficinas de escrita e redação de texto. Desse trabalho renderam 18 textos, devidamente selecionados pelos professores dos alunos de 7º, 8º e 9º anos para constarem no e-book.

Figura 6 - Oficina de pesquisa bibliográfica



Foto: Andreia Kamilly (2024).

3.4 Oficina de desenho

A oficina de desenho foi desenvolvida com base na diversidade étnico-racial do país. Para a efetivação da oficina, a equipe do PIBEX-2024 entregou à professora de arte, Firleila Mascarenha, quites de material para desenho, contendo resmas de papel e lápis de cor adequados para a produção dos desenhos. A professora Firleila utili-

zou o espaço da Biblioteca da escola para orientar os alunos sobre com realizarem a pesquisa sobre a arte e cultura dos povos afro e indígena para poderem realizar a produção dos desenhos. A oficina se dividiu em quatro etapas, sendo a primeira orientação correspondente a forma correta de buscar a informação nos livros disponíveis na Biblioteca da escola para conhecer o contexto da temática, realizarem a leitura do material selecionado para então decidirem sobre o que poderiam produzir de desenho. A segunda parte constou da escolha do contexto do desenho que desejariam produzir, seguindo com o rascunho do desenho e por final a pintura do desenho escolhido.

Figura 7 - Oficina de desenho



Foto: Andreia Kamilly (2024).

O objetivo das oficinas foi estimular os alunos à prática do desenho e produção textual sobre a temática da cultura afro-brasileira e indígena visando ampliar o conhecimento desses alunos sobre a história, arte e cultura desses povos.

3.5 IX Mostra de Extensão do IFAM-CMC

A IX Mostra de Extensão do IFAM-CMC e II Jornada de Integração: promovendo o Empreendedorismo, aconteceram nos dias 5 e 8 de

novembro de 2024, onde a bolsista Anne Yousebecca Louis socializou as ações do projeto “Experiências extensionistas do NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial”.

A bolsista do PIBEX-2024 detalhou que o projeto primou pelos aspectos culturais, sociais e educacionais para incentivar e sensibilizar o público-alvo, a comunidade acadêmica e a sociedade manauara sobre a importância das Políticas Afirmativas Raciais na Educação.

Figura 9 - Defesa do PIBEX 2024



Foto: Andreia Kamilly (2024).

A imagem registra a bolsista do PIBEX-2024 juntamente com a equipe do NEABI-CMC no momento da culminância do projeto de extensão, com exposição de banner que divulgou as ações realizadas junto à Escola Estadual Farias de Brito, escola parceira, momento em que a bolsista Anne Yousebecca expôs com maestria sobre as ações desenvolvidas no projeto de extensão que teve o apoio da PROEX-IFAM.

4 REFLEXÕES

Além de contribuir para favorecer a ampliação de conhecimentos e reflexões sobre a temática étnico-racial, conforme a Lei n. 12.711/12, bem como colaborar com a propagação de informações necessárias para orientar o ingresso de alunos da Escola Estadual Farias de Brito nos cursos do Campus Manaus Centro do IFAM, as ações desenvolvidas com a aplicação do projeto de extensão proporcionaram à comunidade escolar a publicação de gêneros textuais e artísticos de autoria dos alunos da escola parceira em 2024. O projeto proporcionou a divulgação das expressões artísticas desses alunos, pois, na maioria das vezes, os trabalhos desenvolvidos em sala de aula servem apenas para uma nota na disciplina, sendo assim, o público externo não tem acesso aos excelentes trabalhos elaborados pelos alunos.

Dessa forma, podemos concluir que o projeto de extensão desenvolvido pelo NEABI-CMC, com o apoio da PROEX-IFAM, alcançou seu objetivo ao desenvolver as ações de inserção da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na comunidade externa e no Campus Manaus Centro, com isso priorizando a igualdade étnico-racial na educação e combate ao racismo.

Ações do projeto de extensão foram apreciadas durante a realização do ENCEPE 2024: Encontro do NEABI-CMC em Ensino, Pesquisa e Extensão, que abordou a temática diversidade étnico-racial no contexto escolar, evento em que houve o lançamento deste e-book e do e-book "Expressões artísticas do aluno autor: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial".

O ENCEPE é um evento que promove um rico aprendizado aos participantes, com palestras, mesa-redonda, relato de experiência, sarau literário, feira de produtos indígenas e oficina de heteroidentificação. Um conjunto de atividades que colaboraram para a promoção da educação antirracista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 29 outubro. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 3 jun. 2024.

FAZENDA, Ivani. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FORPROEX, 13., 2015, Brasília. **Contribuições para a política de extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília: Conif, 2015. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/886/XIII_Forproext_-_Contribuicoes_2015.pdf, Acesso em: 4 jun. 2024.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna.** 27. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Site eletrônico, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 3 jun. 2024.

SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; AMAZONAS-PASSOS, Mirlândia Regina (org.). **Políticas afirmativas raciais e procedimentos de heteroidentificação: coletânea de leis, resoluções e portarias.** 1. ed. Manaus: EDIFAM, 2023. E-book. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1380>. Acesso em: 2 nov. 2024.



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL




CAPÍTULO 3

Olhares em formação: a valorização dos povos originários e a Semana dos Povos Indígenas no IFAM-CMC

ANDREZA DE SOUZA ASSIS

Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas
e voluntária do NEABI-CMC
Instituto Federal do Amazonas
Campus Manaus Centro





ANDREZA DE SOUZA ASSIS
<http://lattes.cnpq.br/3893991949822491>

Olhares em formação: a valorização dos povos originários e a Semana dos povos indígenas no IFAM-CMC

RESUMO

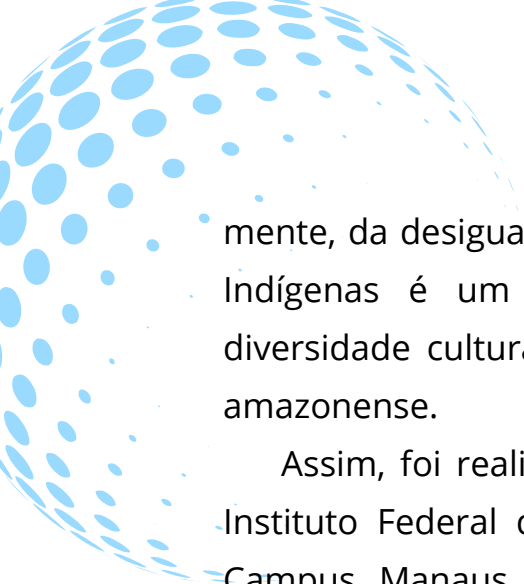
A história indígena é marcada por enésimos desafios, evidenciando, atualmente, a vigência da desigualdade racial. Nesse raciocínio, a Semana dos povos indígenas é um período crucial para a valorização da diversidade cultural e da contribuição desses povos para a história amazonense. Este trabalho tem por objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento sobre os povos originários para a comunidade em geral. Para a coleta dos dados, foram utilizados dois métodos: a observação-participante e a revisão de literatura. Através deste relato, nota-se a imprescindibilidade da compreensão da pluralidade cultural da sociedade para uma formação cidadã baseada no respeito às diferenças.

Palavras-chave: história dos povos indígena; diversidade cultural; formação cidadã.

1 INTRODUÇÃO

“Cultura” é um vocábulo que pode ser conceituado como um agrupamento de tradições, crenças e costumes de um dado grupo social, sendo repassada de geração para geração. Partindo disso, com a existência de diversos aglomerados sociais, possuindo doutrinas distintas em um mesmo território, se obtém a “diversidade cultural”, termo que segundo Ramalho (2017) é compreendido como as variáveis culturais existentes em um mesmo espaço.

Nesse sentido, as comunidades indígenas, sobretudo amazonenses, possuem valores, filosofias, histórias, línguas, crenças, costumes, tradições e manifestações artísticas imprescindíveis para a construção da história local. (Villares, 2013). Todavia, o legado dessas etnias é marcado por enésimos desafios, como a desvalorização das suas diversidades étnicas e culturais, reforçando, a vigência, atual-

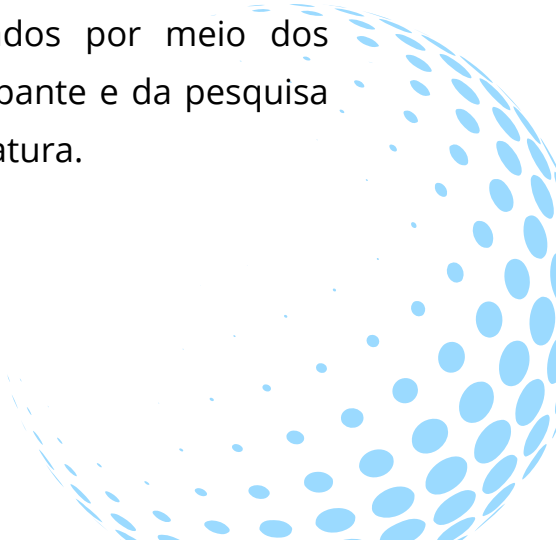


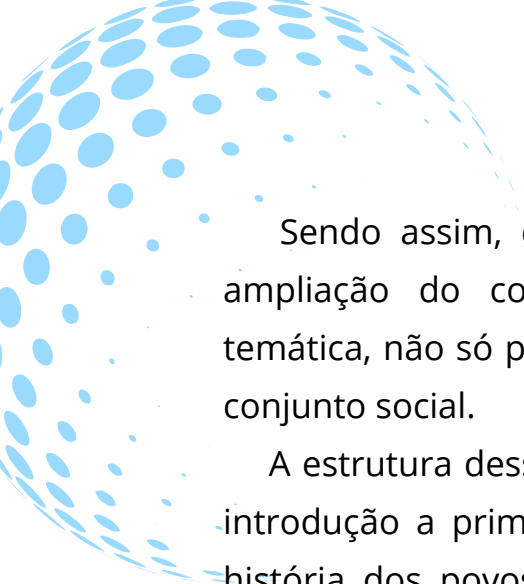
mente, da desigualdade racial. Nesse raciocínio, a Semana dos Povos Indígenas é um período imprescindível para a valorização da diversidade cultural e da contribuição desses povos para a história amazonense.

Assim, foi realizado, nos dias 09 e 10 de novembro de 2023, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro (IFAM-CMC), o evento sobre a temática “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: Encontro das Diferenças”, tendo como público-alvo a comunidade em geral.

A minha participação nesse evento como monitora, parte do meu interesse por pesquisa sobre educação e relações étnico-raciais, uma vez que eu já participei de outros eventos sobre cultura afro-brasileira e indígena, como, por exemplo, o “I Encontro do NEABI-CMC e Mês da Consciência Negra: por uma educação antirracista”, ocorrido em 2022; o “Seminário Interno de Educação Profissional e Povos Indígenas e III Encontro dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena: NEABIs do IFAM”, acontecido em 2022; o evento “Apresentação dos povos originários”, realizado em 2023, e a “Oficina de capacitação para formação da Comissão de Heteroidentificação”, – experiência que relatei em outro capítulo de livro, intitulado “Comissões de heteroidentificação e universidade pública: processo e percepções de licenciados do IFAM-CMC”, que pode ser acessado via Repositório do IFAM. As participações nesses eventos estimularam meu interesse em conhecer mais e melhor a história dos povos indígenas, principalmente no âmbito amazonense.

Dessa forma, os dados que colaboraram para relatar as experiências vivenciadas nos eventos foram coletados por meio dos métodos de procedimento da observação-participante e da pesquisa bibliográfica para a elaboração da revisão de literatura.





Sendo assim, este trabalho tem por objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento, reflexão e sensibilização sobre a temática, não só para a comunidade acadêmica, mas também para o conjunto social.

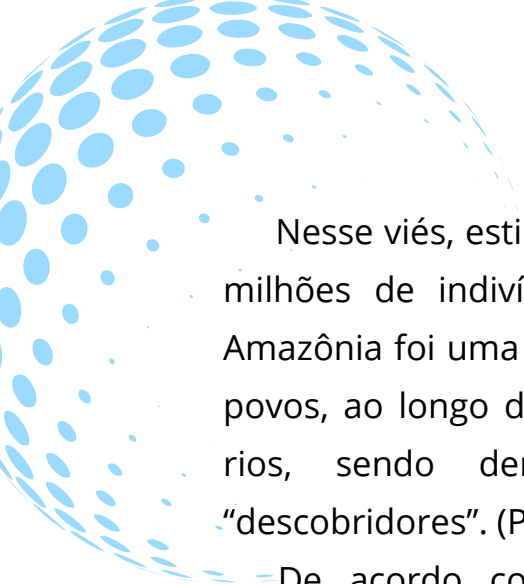
A estrutura desse capítulo foi dividida em cinco partes, sendo esta introdução a primeira, a segunda contém um breve relato sobre a história dos povos indígenas, na quarta parte consta o relato dos aprendizados com a participação nos eventos e a quinta parte contém uma reflexão geral sobre o contexto étnico-racial.

2 POVOS ORIGINÁRIOS E A SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS NO IFAM-CMC

O descobrimento do Brasil foi um período de intensa destruição étnico-racial de uma das populações fundamentais para a existência e diversidade cultural da sociedade atual: os povos originários. Atualmente, os povos originários lutam pelo respeito e valorização da sua cultura e identidade histórica Brasil (2018). Logo, a Semana dos Povos Indígenas é uma oportunidade para propiciar o conhecimento sobre a importância da contribuição desses povos para a compreensão da nossa própria história.

2.1 Contexto histórico dos povos originários

De acordo com Brasil (2018), as primeiras descrições históricas acerca dos índios brasileiros foram realizadas pelas cartas e diários dos navegadores e por cronistas do século XVI, como Hans Staden e Jean de Lery. Staden apresenta uma visão detalhada e confiável do mundo indígena nas suas obras, enquanto Lery apresenta histórias entusiasmantes em relação ao novo mundo e seus habitantes. (Ribeiro; Moreira Neto, 1993).



Nesse viés, estima-se que em 1.500 viviam cerca de quatro a cinco milhões de indivíduos no âmbito brasileiro. (Cerqueira, 2018). A Amazônia foi uma das regiões do país que mais acolheu parte destes povos, ao longo de sua história, que residiam próximos às matas e rios, sendo denominados, em 1.500, de indígenas pelos “descobridores”. (Picanço, 2022).

De acordo com Brasil (2018), Pedro Álvares Cabral e suas embarcações chegaram no país no dia 22 de abril de 1500, dando início a colonização do dado território. No entanto, a partir do contato entre portugueses e índios, houve a redução e submissão desta população devido inúmeros fatores como: desmatamento florestal, escravização, imposição de cultura e demarcação de território.

Primeiramente, a extração do pau-brasil implicou no desmatamento de grandes áreas de matas. Nesse sentido, no período de 1500 e 1822, Portugal implantou sua política de colonização, demarcando os territórios a serem explorados. Desta forma, os povos indígenas foram destituídos de suas terras sem nenhum tipo de “consideração”.

Outro fator desfavorável para os povos originários é a implantação do sistema de escambo, caracterizado pela troca de mercadorias europeias pelo trabalho pesado, ou seja, os índios eram obrigados a realizar, por exemplo, todo o processo de produção da madeira e, em troca, recebiam objetos europeus como vestimentas, facas e outros utensílios. (Ribeiro, 1970).

Portanto, o domínio dos europeus sobre o território brasileiro deixou traços incorrigíveis na história dos índios, os quais foram dizimados em sua maioria, sendo obrigados a modificarem seus valores e a se adaptarem a vida padrão dos “não indígenas”.

2.2 Distribuição populacional originária no Brasil e no Amazonas

De acordo com o Censo 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a população indígena contava com 1.693.535 pessoas, o que corresponde a 0,83% da população brasileira, sendo 753.357 residentes na região norte. (FUNAI, 2023), conforme quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição da população indígena no Brasil

Região	População
Região Norte	753.357
Região Nordeste	528.800
Região Centro-Oeste	199.912
Região Sudeste	123.369
Região Sul	88.097

Fonte: Adaptado pela autora (2024), baseada nos dados da FUNAI (2023).

Desse total, o estado do Amazonas concentra 28,98% da população originária, sendo Manaus, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga as cidades que concentram maior parcela desse quantitativo. Desta forma, através do Censo realizado em 2022, conclui-se que o Amazonas é o estado que mais possui residentes indígenas, conforme demonstra o quadro 2.

Quadro 2 – Estados brasileiros com maior quantidade de residentes indígenas

Estado	Quantitativo de residentes
Amazonas	490.854
Bahia	229.103
Mato Grosso do Sul	116.345
Pernambuco	106.634
Roraima	97.320

Fonte: Adaptado pela autora (2024), baseada nos dados do IBGE/Censo (2022).

O quadro apresenta os cinco estados brasileiros com maior concentração de povos indígenas.

2.3 Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças

O evento “Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças”, foi realizado nos dias 09 e 10 de novembro de 2023, nas instalações do Campus Manaus Centro do Instituto Federal do Amazonas, com o intuito de ampliar o conhecimento da comunidade acadêmico-escolar do Campus sobre a importância das políticas afirmativas raciais na educação, com ênfase nos povos indígenas do Amazonas, bem como dar visibilidade às ações do NEABI-CMC, referente ao PIBEX-2023 e também dos resultados das ações do PIBEX-2022, cujos resultados foram apresentados por meio do lançamento de e-books que registram e contextualizam as ações afirmativas raciais no contexto do Campus Manaus Centro do IFAM.

2.3.1 Atividades desenvolvidas durante o evento

O evento “Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças” contou com diversidade de atividades como palestras, mesas-redondas, relatos de experiências, momento cultural, exposições e lançamento de e-books.

• Lançamento dos e-books

Os e-books lançados no primeiro dia do evento, intitulados “Políticas afirmativas raciais e procedimentos de heteroidentificação: coletânea de leis, resoluções e portarias”; “Negritude em pauta: expressões artísticas: aluno autor por uma escola antirracista” e “Negritude em pauta: relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola”, são produtos do engajamento da equipe gestora do NEABI-CMC em reunir material que registram as ações do projeto de extensão dos anos de 2021 e 2022, as quais envolveram estudantes do *Campus* Manaus Centro do ensino médio integrado e graduação e alunos das escolas parceiras do ensino fundamental. A figura 1 mostra as capas dos e-books.

Figura 1 – Capas dos e-books



Foto: Damião Vasconcelos (2023)

O resumo dos conteúdos dos e-books é apresentado no quadro 3.

Quadro 3 – Resumo dos conteúdos dos e-books

Título	Resumo
Políticas afirmativas raciais e procedimentos de heteroidentificação: coletânea de leis, resoluções e portarias	O e-book traz uma legislação robusta, iniciando com a Lei 12.288/2010 responsável por instituir o estatuto da igualdade racial e outras leis, resoluções e portarias institucionais que possibilitam o processo de cotas para pretos, pardos e indígenas, abrindo um espaço de discussão e ampliação dessas questões legais. A abordagem desse e-book possibilita conhecer toda uma legislação que trata do respeito aos direitos étnicos, do combate à discriminação racial e intolerância étnica.
Negritude em pauta: expressões artísticas: aluno autor por uma escola antirracista	O e-book é resultado da chamada pública n. 01/2022-DG/CMC/IFAM, vinculada ao PIBEX-2022, para produção de pinturas, desenhos e poemas, tendo como público autor os alunos do ensino integrado, subsequente e acadêmico dos cursos do <i>Campus</i> Manaus Centro do Instituto Federal do Amazonas (CMC-IFAM). A mostra das produções foi realizada durante o I Encontro do NEABI-CMC e Mês da Consciência Negra/2022. O evento foi organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI-CMC) e contou com parcerias internas e externas que muito contribuíram para a discussão e divulgação do tema Educação antirracista na escola.
Negritude em pauta: relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola	O e-book é uma coletânea que reúne relatos de experiências e reflexões sobre as ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do <i>Campus</i> Manaus Centro (NEABI-CMC) e do PIBEX dos anos de 2021 e 2022. Tem como objetivo servir como fonte de informação e disseminação das experiências e reflexões de profissionais e alunos diante das ações realizadas pelo NEABI-CMC, com abordagens sobre as políticas afirmativas raciais e os procedimentos de heteroidentificação, bem como ações realizadas durante o I Encontro do NEABI-CMC e o Mês da Consciência Negra no contexto da educação antirracista na escola.

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base em informações extraídas do Repositório do IFAM.

Esses e-books foram organizados pela Professora Vilma de Jesus de Almeida Serra e pela Bibliotecária Mirlândia Regina Amazonas Passos.

Os desenhos e produção literária foram coletados durante o desenvolvimento das ações por meio de oficinas temáticas. Fizeram parte dos materiais reunidos para compor os e-books relatos de experiência de membros da comissão de heteroidentificação e outros participantes do evento “I Encontro do NEABI-CMC e Mês da Consciência Negra: por uma educação antirracista”, realizado em 2022.

Sendo assim, os e-books possuem vários autores que relatam suas vivências nos eventos e nas ações extensionistas realizadas pelo NEABI-CMC, em 2021 e 2022, por meio de expressões artísticas e relatos de experiências.

• Exposições

No dia 09 de novembro de 2023, houve a exposição de pinturas em tela produzidas pelos alunos da Escola Estadual Djalma da Cunha Batista, sendo um dos resultados do PIBEX 2023, intitulado “Políticas afirmativas raciais na educação básica no contexto do IFAM *Campus* Manaus Centro”, realizado pelo NEABI-CMC em parceria com o Projeto Tons da Terra, de autoria da professora Fernanda Villani, professora do *Campus* Manaus Centro do IFAM, projeto que consiste na produção de tinta ecológica tendo como matéria prima os solos amazonenses.

Figura 2 – Pintura utilizando as tintas do projeto Tons da Terra

Autoria de Yan da Silva Lima, estudante do 9º ano, turma 4, da E.E.T.I. Professor Djalma da Cunha Batista



Ainda, no mesmo dia, ocorreu a mostra e venda de artesanato indígena e de comidas típicas, com o intuito que o público conhecesse mais sobre a cultura originária local. A figura 3 ilustra o momento.

Figura 3 – Utensílios artesanais indígenas

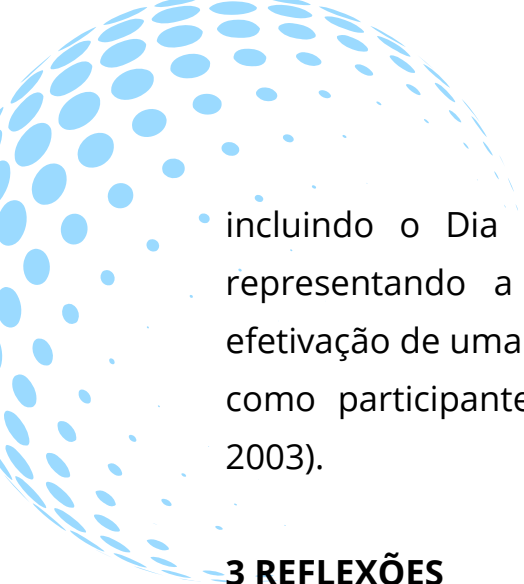


Foto: Própria autora (2023)

• Mesa-redonda

Essa atividade ocorreu no dia 10 de novembro com o tema “Educação: inclusão no currículo escolar da história e cultura indígena”, que teve como palestrantes Estélio Lopes Cardoso, da etnia Munduruku, membro do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM); Maryluce Pereira de Almeida, guia do Museu do Índio, e Clarice Duhigó Gama da Silva Arbella, da etnia Tukano, diretora-presidente da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN).

A discussão teve como abordagem a Lei n. 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas brasileiras, desde o ensino fundamental até o médio,



incluindo o Dia da Consciência Negra no calendário acadêmico, representando a vitória do Movimento Negro na conquista da efetivação de uma política educacional que reconheça os povos negros como participantes da formação histórico-cultural do país. (Brasil, 2003).

3 REFLEXÕES

Por meio deste trabalho, pode-se afirmar que as comunidades indígenas, sobretudo amazonenses, possuem costumes, tradições e manifestações artísticas que os distinguem das demais comunidades, evidenciando a importância da valorização e reconhecimento desses povos para a efetivação da “igualdade racial”.

Nesse sentido, compreendemos que as homenagens à Semana dos Povos Indígenas propiciam uma jornada de empoderamento e reconhecimento dessas etnias. Ainda, práticas de realização de eventos, projetos extensionistas e demais ações antirracistas são essenciais para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde as identidades raciais sejam valorizadas e respeitadas (Santana, 2023).

Logo, a compreensão da pluralidade cultural da sociedade é essencial para uma formação cidadã baseada no respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL, D. S. S. **A história do descobrimento do Brasil na perspectiva dos indígenas Kaká Werá Jecupé e Daniel Munduruku**. 2018. 39 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/7884>.

BRASIL. **Lei. n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

CERQUEIRA, W. A. **População indígena no Brasil**. Portal Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-populacao-indigena-no-brasil.htm>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FUNAI. Assessoria de Comunicação. **Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas**. Site eletrônico da Funai, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 20 maio. 2024.

PICANÇO, N. F. **Centro de arte e cultura dos povos indígenas em Manaus-Amazonas**. 2022. 52 p. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2022. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6291>.

RAMALHO, L. S. Diversidade cultural na escola. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 6, p. 29–36, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6376>. Acesso em: 26 jun. 2024.

RIBEIRO, D. **As Américas e a Civilização**. 3. ed. São Paulo: Brasileira, 1970.

RIBEIRO, D.; MOREIRA NETO, C. A. M. **A Fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTANA, C. M. S. Reflexões sobre o mês da consciência negra e experiências de heteroidentificação: uma jornada de empoderamento e reconhecimento. *In*: SERRA, V. J. A.; AMAZONAS-PASSOS, M. R.; (org.). **Negritude em pauta: relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola**. 1. ed. Manaus: EDIFAM, 2023, p. 61-69. *E-book*. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1379>. Acesso em: 15 jun. 2024.

VILLARES, L. F. **Estado Pluralista?** O reconhecimento da organização social e jurídica dos povos indígenas no Brasil. 2013. 460 p. Tese (Doutorado em Direito) Universidade de São Paulo (USP), 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-10012014-163451/pt-br.php>.



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL



CAPÍTULO 4

Entre cantos e contos: o encontro das diferenças, uma experiência de educação antirracista e valorização indígena

CARLA MONIQUE SANTOS SANTANA

Graduanda em Licenciatura em Física

Instituto Federal do Amazonas

Campus Manaus Centro





CARLA MONIQUE SANTOS SANTANA
<http://lattes.cnpq.br/4873966670570105>

Entre cantos e contos: o encontro das diferenças, uma experiência de educação antirracista e valorização indígena

RESUMO

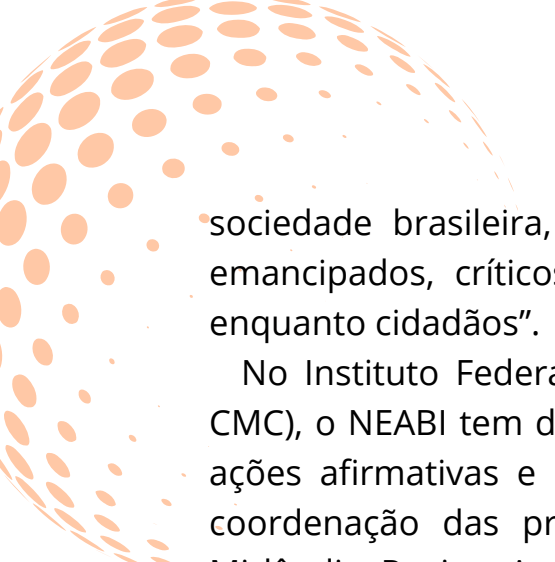
Este capítulo contém o relato de experiência sobre o evento “Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças” e emerge como uma ação de extensão profundamente enraizada no compromisso educacional e social do Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro (IFAM-CMC). Esse evento, organizado e realizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI-CMC), representou um marco na valorização da diversidade cultural e no fortalecimento das políticas afirmativas no âmbito educacional.

Palavras-chave: povos indígenas; políticas afirmativas raciais; arte e cultura afro; diversidade cultural; sarau literário; mesa-redonda; educação profissional e tecnológica.

1 INTRODUÇÃO

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) são espaços institucionais criados para fomentar o estudo, a valorização e a difusão das culturas afro-brasileira e indígena no contexto educacional brasileiro. Instituídos em consonância com a Lei n. 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas (Brasil, 2008), os NEABIs têm como principal missão promover uma educação antirracista e inclusiva. Esses núcleos atuam em diversas frentes, como na elaboração e efetivação de projetos de extensão, pesquisa e ensino, dialogando com as políticas afirmativas e contribuem para a redução de desigualdades raciais e culturais. Além disso, servem como espaços de formação para estudantes, professores e a comunidade, estimulando o debate sobre questões étnico-raciais, direitos humanos e cidadania.

Para Silva Martins (2021, p.12) “o trabalho teórico e prático do NEABI é de suma importância para a educação das relações étnico-raciais na



sociedade brasileira, uma vez que auxilia na formação de sujeitos emancipados, críticos e capazes de se manifestarem publicamente enquanto cidadãos”.

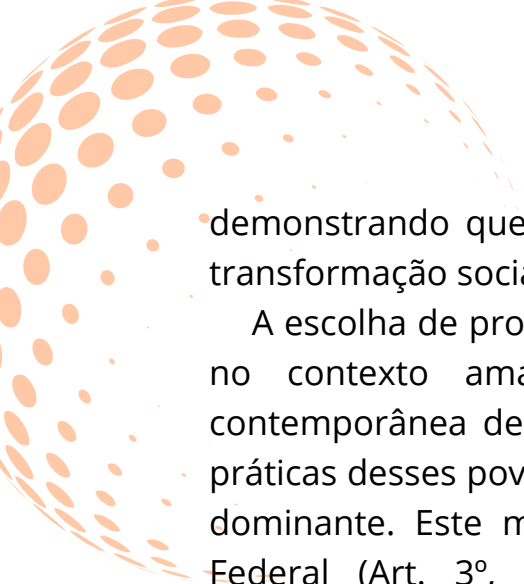
No Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro (IFAM-CMC), o NEABI tem desempenhado um papel central na promoção de ações afirmativas e no fortalecimento da educação inclusiva. Sob a coordenação das professoras Vilma de Jesus de Almeida Serra e Mirlândia Regina Amazonas Passos, o Núcleo tornou-se um agente ativo na realização de projetos inovadores, como a “Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças”.

A professora Vilma Serra, que implementou esse Núcleo, e é atual coordenadora do NEABI, traz uma sólida experiência na área de Letras e Educação, destacando-se pela sua capacidade de articular atividades interdisciplinares que conectam literatura, história e questões étnico-raciais. Já Mirlândia Amazonas, subcoordenadora do Núcleo, contribui na gestão e organização, assegurando que as ações planejadas sejam implementadas de forma eficiente e com impacto significativo.

Sob essa liderança, o NEABI-CMC tem promovido iniciativas que vão além do espaço escolar, envolvendo a comunidade local e outras instituições em atividades que valorizam as culturas afro-brasileira e indígena. Entre os principais resultados está a conscientização, pois o Núcleo tem promovido com suas ações uma maior compreensão sobre a importância das políticas afirmativas e o reconhecimento das contribuições culturais afro-brasileiras e indígenas.

O NEABI-CMC cria um ambiente mais inclusivo e respeitoso, onde as diferenças culturais são celebradas e valorizadas. O fortalecimento de identidades, via iniciativas, ajudam a fortalecer a autoestima e o sentimento de pertencimento de estudantes e comunidades que se identificam com as culturas afro-brasileira e indígena. A transformação social ocorre ao se promover debates e reflexões, assim o Núcleo contribui para a formação de cidadãos críticos e engajados na luta contra o racismo e a discriminação. Desta forma compreendemos que a transformação social está diretamente relacionada à educação. (Freire, 2005).

Liderado por Vilma Serra e Mirlândia Amazonas, o NEABI-CMC tem se consolidado como uma referência no IFAM e na região amazônica,



demonstrando que a educação pode e deve ser um instrumento de transformação social e promoção da justiça racial e cultural.

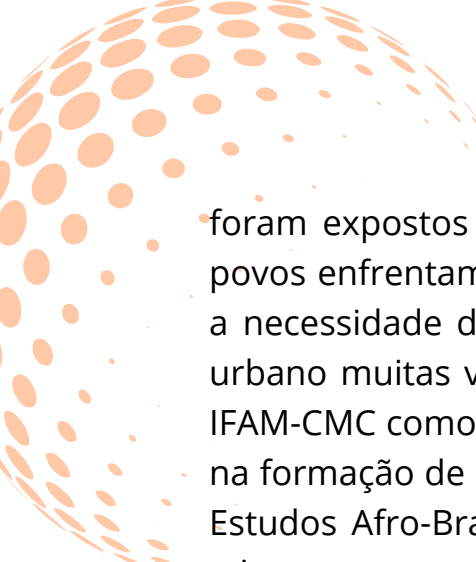
A escolha de promover a cultura dos povos indígenas, em particular no contexto amazônico, reflete uma necessidade histórica e contemporânea de resgatar e dar visibilidade às histórias, saberes e práticas desses povos, frequentemente marginalizados pela sociedade dominante. Este movimento, alinhado às diretrizes da Constituição Federal (Art. 3º, incisos III e IV), atende à missão de reduzir desigualdades sociais e regionais e combater qualquer forma de discriminação.

O evento “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças” transcende a esfera acadêmica. Trata-se de um esforço para conscientizar e educar a comunidade sobre a importância das políticas afirmativas raciais e culturais como ferramentas para a inclusão e igualdade. Nesse sentido, a ação dialoga diretamente com a Lei n. 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, reafirmando o papel da educação na promoção de uma cidadania plena e consciente. (Brasil, 2008).

O projeto se insere em um contexto educacional mais amplo, em que a escola é percebida como o principal espaço de formação de valores, conhecimentos e atitudes. A proposta metodológica do evento, que integrou ensino, pesquisa e extensão, buscou aproximar diferentes saberes — científicos e tradicionais —, fomentando um diálogo intercultural que enriquecesse o aprendizado dos participantes, tendo em vista que a cidade de Manaus, situada no coração da Amazônia, é palco de uma riqueza cultural imensa, com influências indígenas profundamente enraizadas.

Apesar de sua urbanização, a cidade mantém uma forte ligação com as populações indígenas, pois Manaus abriga comunidades indígenas urbanas que, ao longo das décadas, migraram de áreas rurais para a cidade em busca de melhores condições de vida, acesso à educação, saúde e trabalho.

Segundo Nhambiquara (2023, p.21) “os povos indígenas têm sido vítimas de diversas violências que não comovem a população por não enxergar neles (nós) seres humanos, e parte se deve à visão ao qual



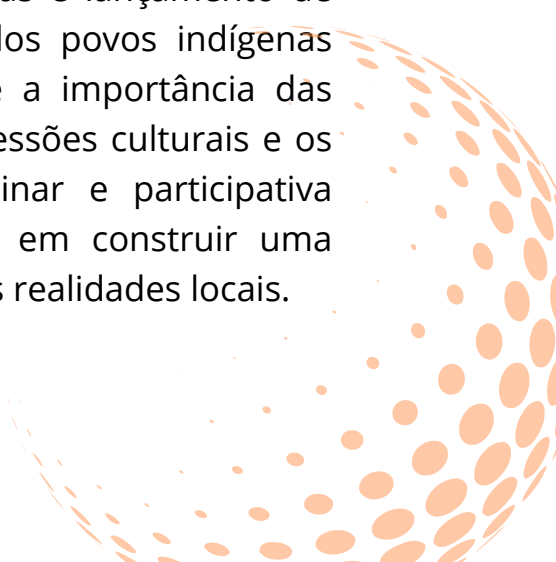
foram expostos por séculos sobre quem seriam os indígenas”. Esses povos enfrentam desafios como a invisibilidade social, discriminação e a necessidade de preservar sua identidade cultural em um ambiente urbano muitas vezes hostil às suas tradições. Diante desse cenário, o IFAM-CMC como instituição educacional, desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e conscientes. Por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI), o Campus Manaus Centro cria um espaço de diálogo, aprendizado e valorização das culturas afro-brasileira e indígena, destacando-se em um cenário onde a educação se torna ferramenta essencial para combater a exclusão social e a discriminação.

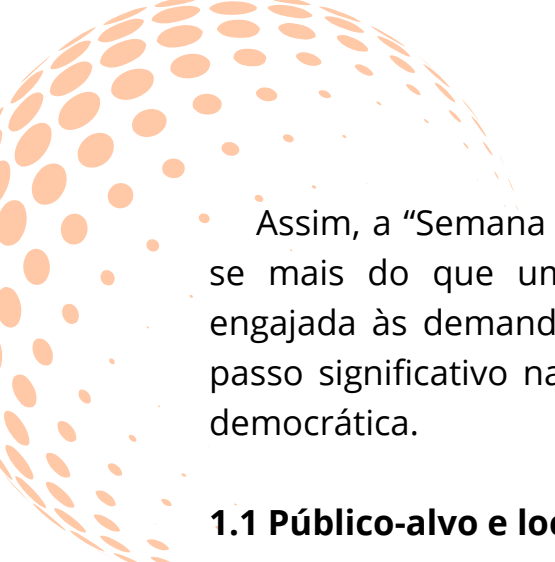
Nesta perspectiva:

As lutas de resistência organizada têm encontrado na educação formal um importante aliado dos índios e possibilitando o conhecimento e domínio dos códigos da sociedade nacional e evitado sua assimilação e/ou transformação do índio em marginalizados nos centros urbanos, apesar desse fenômeno já ser realidade em cidades como Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Maués Eirunepé, Rio Preto da Eva, dentre outras. De todo modo, a presença do índio na cidade só tem reforçado o processo de aculturação e sua fragilidade enquanto sujeito de direito, ou seja, sua dependência da ação do poder público.

De maneira algum queremos negar o espaço urbano ao indígena mas constatar que a sua posição social na cidade tem sido de marginalização, e nisso, todavia, não difere dos outros moradores das periferias urbanas, marcados por lutas diárias pela simples sobrevivência, muitas vezes dependente de caridade e piedade, que mais servem para mantê-los onde e como estão do que a promoção e a valorização de sua identidade e culturas étnicas. (Sá Pitanga, 2006, p. 1).

Por meio de palestras, apresentações artísticas e lançamento de e-books com literatura antirracista, a Semana dos povos indígenas buscou não apenas sensibilizar o público sobre a importância das ações afirmativas, mas também valorizar as expressões culturais e os saberes indígenas. Esta abordagem interdisciplinar e participativa reafirma o compromisso do NEABI e do IFAM em construir uma educação inclusiva, transformadora e conectada às realidades locais.





Assim, a “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023” tornou-se mais do que um evento cultural. Foi uma resposta prática e engajada às demandas sociais, uma celebração da diversidade e um passo significativo na construção de uma escola antirracista, plural e democrática.

1.1 Público-alvo e local de realização

O evento, realizado nos dias 9 e 10 de novembro de 2023, trouxe para os espaços do IFAM-CMC cerca de 275 participantes, entre alunos, servidores e representantes da comunidade. O público interno incluiu estudantes e servidores do próprio IFAM, enquanto o público externo contou com a participação dos alunos dos 7º e 8º anos da Escola Estadual de Tempo Integral Bilíngue Professor Djalma da Cunha Batista, situada no bairro do Japiim, em Manaus. A escolha de engajar tanto a comunidade acadêmica quanto estudantes da educação básica de uma escola bilíngue reflete a intenção de ampliar o alcance das discussões sobre diversidade e inclusão, impactando diferentes faixas etárias e contextos educacionais.

Os espaços utilizados no evento, como os auditórios Jorge Alberto Furtado e Mini-3, a sala VIP, a área conhecida como “Palco da Mangueira”, o espaço Moronguetá, laboratórios e quadras esportivas foram cuidadosamente escolhidos para proporcionar uma experiência dinâmica e interdisciplinar. Essa diversidade de ambientes permitiu que as atividades fossem realizadas de forma criativa e interativa, promovendo maior engajamento do público.

A realização no Campus Manaus Centro do IFAM também possui um significado simbólico importante. Localizado em Manaus, uma cidade marcada por sua riqueza cultural e diversidade étnica, o Campus é um espaço onde as culturas indígenas e afro-brasileira podem ser valorizadas e promovidas. Além disso, o envolvimento da escola bilíngue reforça a conexão com o contexto multicultural da cidade, trazendo jovens que vivem essa pluralidade em seu cotidiano para um ambiente de aprendizado mais amplo.

Com uma programação que uniu palestras, atividades artísticas e culturais e momentos de reflexão sobre as políticas afirmativas e a

valorização dos povos indígenas, o evento buscou promover uma integração significativa entre os diferentes participantes.

A realização do evento contou com uma programação rica e diversificada, cuidadosamente elaborada para promover a valorização da cultura indígena e o debate sobre educação antirracista. Reuniu diferentes linguagens culturais, acadêmicas e pedagógicas, criando um espaço de diálogo, aprendizado e reflexão.

1.2 Planejamento e organização

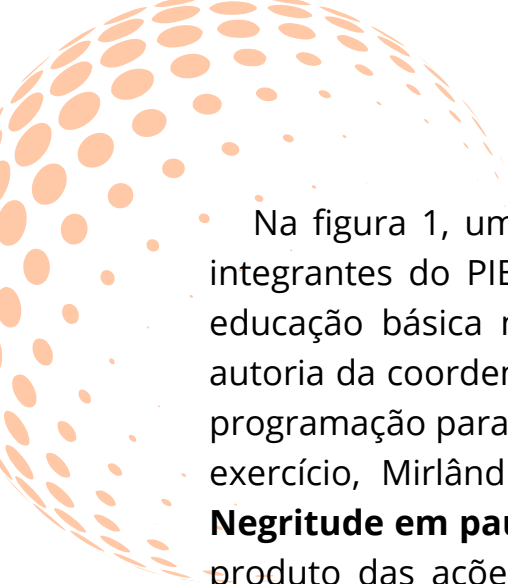
Antes da execução do evento, foi necessário um intenso processo de planejamento conduzido pelas coordenadoras do NEABI-CMC, professoras Vilma Serra e Mirlândia Amazonas, juntamente com uma equipe composta por membros do Núcleo, monitores e colaboradores voluntários. Diversas reuniões foram realizadas para alinhar os objetivos do projeto, definir a programação e coordenar as responsabilidades de cada envolvido. Essas reuniões permitiram ajustar detalhes operacionais, como a logística de espaços, a articulação com palestrantes, a seleção de atividades culturais e a preparação dos materiais de divulgação.

A figura 1 registra o momento das reuniões.

Figura 1- Reunião com os membros do NEABI-CMC e do PIBEX 2023



Foto: A própria autora (2023)



Na figura 1, uma das reuniões com os membros do NEABI-CMC e integrantes do PIBEX 2023, intitulado “Políticas afirmativas raciais na educação básica no contexto do IFAM Campus Manaus Centro”, de autoria da coordenadora Vilma Serra, onde ocorreu a apresentação da programação para os monitores. Na oportunidade, a coordenadora em exercício, Mirlândia Amazonas, noticiou o lançamento dos e-books **Negritude em pauta**, e explicou que a publicação se concretiza como produto das ações do PIBEX 2022, sendo o primeiro livro intitulado “Relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola”, e o segundo livro, “Expressões artísticas: aluno autor: por uma escola antirracista”, além de orientar sobre demais ações pertinentes ao evento.

Os encontros também reforçaram o caráter colaborativo do evento, com destaque para o envolvimento dos estudantes-monitores, que contribuíram para a organização e execução das atividades. Essa participação proporcionou a eles uma experiência de protagonismo, conectando-os aos objetivos educacionais e culturais do projeto.

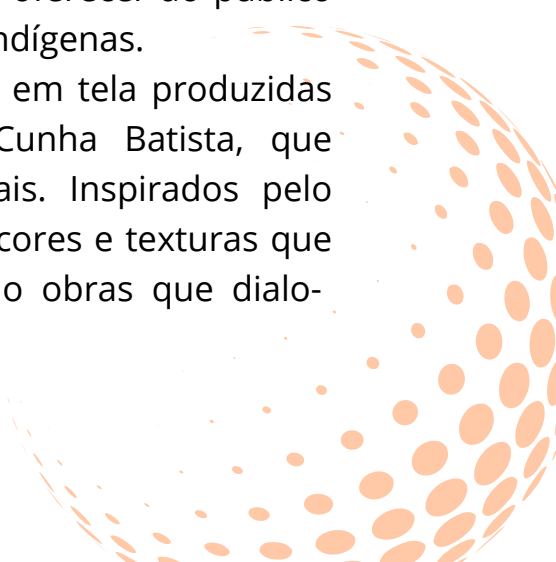
2 O EVENTO SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS DO AMAZONAS 2023: ENCONTRO DAS DIFERENÇAS

O evento apresentou uma programação ampla, que incluiu palestras, mesas-redondas, atividades culturais e artísticas, exposição de trabalhos e lançamento de e-books.

2.1 Exposição de artes, artesanato indígena e comidas típicas

A exposição de artes, realizada no Palco da Mangueira durante o evento, foi um dos momentos mais envolventes e representativos. Essa exposição foi cuidadosamente pensada para oferecer ao público uma imersão nas expressões culturais dos povos indígenas.

Um dos destaques foi a exposição de pinturas em tela produzidas pelos alunos da Escola Estadual Djalma da Cunha Batista, que utilizaram tintas extraídas de pigmentos naturais. Inspirados pelo Projeto Tons da Terra, os estudantes exploraram cores e texturas que remetem à biodiversidade e à cultura local, criando obras que dialo-



gam diretamente com a temática “Vida de Caboclo e Povos Indígenas do Amazonas”, escolhida para nomear a exposição. Essas telas foram dispostas em um ambiente convidativo, onde o público pode apreciar cada detalhe das criações, refletindo sobre as histórias e significados que elas carregam. O momento da produção das telas na figura 2.

Figura 2 - Produção das telas em oficina



Foto: A própria autora (2023).

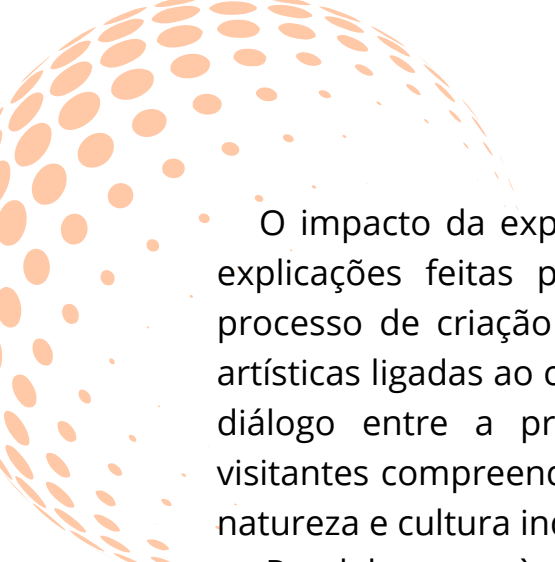
Alunos da Escola Estadual de Tempo Integral Professor Djalma da Cunha Batista produziram as telas para compor a exposição no espaço Moronguetá do CMC, como mostram as figuras 3 e 4.

Figuras 3 e 4 - Exposição das pinturas no Espaço Moronguetá



Fotos: A própria autora (2023)





O impacto da exposição foi amplificado pelo acompanhamento de explicações feitas por monitores do evento, que apresentaram o processo de criação das obras e a importância de resgatar técnicas artísticas ligadas ao contexto amazônico. Esse momento promoveu um diálogo entre a produção artística e o público, permitindo que visitantes compreendessem mais profundamente a relação entre arte, natureza e cultura indígena.

Paralelamente à exposição, foi realizada uma mostra e venda de artesanato indígena, que trouxe ao público a riqueza e a singularidade das técnicas manuais dos povos originários do Amazonas. Este espaço reuniu artesãos de diferentes etnias, que apresentaram peças como colares, pulseiras, cestos, cerâmicas e outros itens feitos com matérias-primas naturais, como sementes, palhas e fibras. Cada peça, além de sua beleza estética, carregava um significado cultural, simbolizando histórias, mitos e tradições ancestrais.

Os visitantes tiveram a oportunidade de dialogar com os próprios artesãos, que compartilharam as histórias por trás de suas criações, fortalecendo o entendimento sobre a importância de preservar e valorizar os saberes tradicionais. A venda das peças também teve um caráter social, contribuindo diretamente para a economia das comunidades indígenas envolvidas e reforçando a conexão entre o público e os povos originários.

Outro ponto, foi a oferta de comidas típicas indígenas, que despertaram os sentidos dos visitantes e os conectam de maneira única com a cultura amazônica. Pratos tradicionais como mingau de banana, beijus, tapiocas e tacacá preparados com temperos locais foram disponibilizados em um ambiente acolhedor, onde os sabores falavam tanto quanto as histórias. A pintura corporal indígena também foi uma das atividades realizada tanto no palco da Mangueira quanto no auditório Jorge Alberto Furtado. Essa prática, carregada de significados culturais e espirituais, foi disponibilizada aos participantes como uma forma de conexão direta com as tradições dos povos originários da Amazônia.

Monitores e representantes indígenas realizaram as pinturas no público, utilizando tintas naturais extraídas de sementes e frutos como o jenipapo, preservando as técnicas e os traços característicos de cada

etnia. Os padrões e desenhos escolhidos carregavam simbolismos ligados à natureza, ao pertencimento comunitário e à proteção espiritual. Cada participante que recebeu a pintura foi inserido em uma narrativa que transcende a simples estética, tornando-se parte de uma tradição milenar.

Essa interação entre os indígenas e os participantes promoveu não apenas a valorização cultural, mas também a troca de conhecimentos. Enquanto realizavam as pinturas, os representantes indígenas explicavam o significado de cada traço e os contextos nos quais essas pinturas eram usadas.

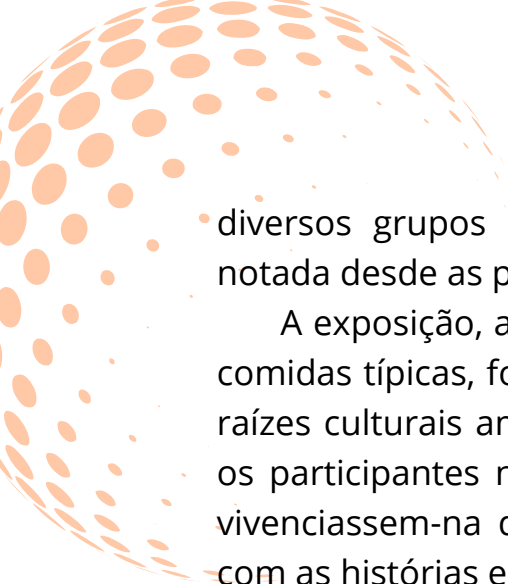
No auditório, o grafismo indígena também teve um papel simbólico, marcando a abertura e o encerramento de algumas atividades, criando uma atmosfera de acolhimento e respeito à diversidade cultural. Essa experiência foi mais do que um ato artístico, foi uma oportunidade de vivenciar a cultura indígena de maneira íntima e autêntica, fortalecendo o entendimento sobre a riqueza cultural que os povos indígenas trazem para a sociedade.

Figuras 5 e 6 - Alunas monitoras realizando a pintura corporal indígena



Foto: A própria autora (2023)

Segundo Mello (2021, p. 15) “de todas as práticas capazes de promover a representação cultural por meio da identidade, certamente o grafismo corporal, tem grande importância no fortalecimento cultural dos povos indígenas, estando presente em



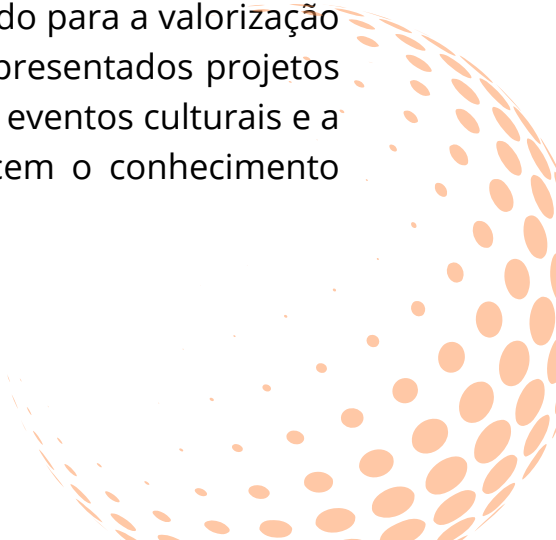
diversos grupos humanos espalhados ao redor do mundo, sendo notada desde as primeiras formações humanas até os dias atuais”.

A exposição, aliada à mostra de artesanato, grafismo indígena e às comidas típicas, foi mais do que uma exibição, foi uma celebração das raízes culturais amazônicas. Esse conjunto de atividades permitiu que os participantes não apenas vissem ou consumissem a cultura, mas, vivenciassem-na de forma profunda, conectando-se emocionalmente com as histórias e tradições dos povos indígenas.

2.2 A mesa-redonda

Um dos momentos de destaque foi a mesa-redonda que abordou a Lei n. 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. O debate foi enriquecido por relatos de líderes indígenas como Estélio Lopes Cardoso (Munduruku), Ana Luíza Muniz de Sá (Movimento Indígena do Amazonas), Duhigó Clarice Gama da Silva Arbella (Tukano, Diretora da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro-AMARN). Com o objetivo de discutir os avanços, desafios e perspectivas dessa legislação, os participantes destacaram a importância de uma abordagem pedagógica que vá além da simples aplicação curricular, promovendo, de fato, o respeito às diferenças e o combate ao racismo estrutural. Dessa forma, trouxeram à tona a importância de uma educação que contemple os saberes tradicionais e a luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas.

Outro ponto marcante foi a fala da professora Vilma Serra, coordenadora do NEABI-CMC, que reforçou o papel do Instituto como um espaço de resistência e construção de uma sociedade mais inclusiva. Os diálogos também exploraram as ações que têm sido implementadas no IFAM, em especial no Campus Manaus Centro, para efetivar a educação antirracista e o ensino voltado para a valorização das culturas originárias. Nesse contexto, foram apresentados projetos desenvolvidos pelo NEABI, como a organização de eventos culturais e a produção de materiais pedagógicos que fortalecem o conhecimento sobre a história indígena e afro-brasileira.



Outro destaque foi a interação entre o público e os palestrantes. Estudantes e professores da rede básica de ensino participaram ativamente, trazendo questionamentos e relatos que enriqueceram o debate. Esses momentos de diálogo possibilitaram uma troca de experiências valiosa, fortalecendo a percepção de que a construção de uma educação antirracista exige um esforço coletivo e contínuo.

As mesas-redondas também cumpriram um papel importante ao integrar as perspectivas acadêmicas e culturais, mostrando que o diálogo entre saberes científicos e tradicionais é fundamental para a construção de políticas educacionais inclusivas. Assim, esses espaços se consolidaram como um marco do evento, reafirmando o compromisso do IFAM e do NEABI com a valorização da diversidade e o combate às desigualdades.

A figura 7 registra a coordenadora e subcoordenadora do NEABI-CMC com os convidados da mesa-redonda.

Figura 7 - Coordenadora e subcoordenadora do NEABI-CMC juntamente com os convidados da mesa-redonda



Foto: A própria autora (2023)

2.3 As atividades culturais

Momentos culturais foram distribuídos ao longo do evento, incluindo apresentações de canto, dança e declamação de poemas. Entre os destaques estavam a dança do grupo indígena Tukano e as performan-

ces de canto de Anne Yousebscca Louis e Antônio Pereira, que trouxeram expressões artísticas que dialogam com as raízes culturais da região. A dança Tukano, realizada por mulheres da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), é uma manifestação cultural de profunda significação que reflete as tradições e a ancestralidade do povo Tukano.

Ao som de cânticos e instrumentos típicos, as mulheres recriam histórias e práticas que remontam às suas origens, promovendo o fortalecimento da memória coletiva. Cada movimento, trajetória e melodia carrega simbolismos que representam elementos naturais, como os rios, a floresta e os animais, além de evocar a sabedoria ancestral.

Os trajes, geralmente ornamentados com elementos naturais como penas, sementes e fibras, expressam a relação simbiótica com o meio ambiente e a identidade cultural de cada grupo. A dança é marcada por movimentos circulares, ritmados pelo som dos instrumentos tradicionais, como maracás e tambores, que guiam os passos e reforçam.

A participação ativa dessas mulheres também reforça seu protagonismo nas lutas pela preservação cultural e pelos direitos indígenas. A dança, nesse contexto, torna-se uma linguagem de resistência e valorização de suas identidades, ecoando a importância de suas vozes no fortalecimento das tradições.

Figura 8 - Dança Tukano da Associações das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro



Foto: A própria autora (2023)

2.4 O Sarau Literário

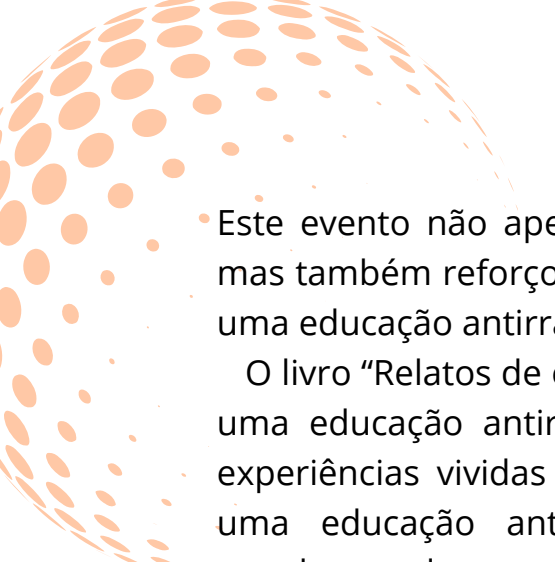
O Sarau Literário, realizado durante a Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023, foi um momento singular dentro da programação, onde as palavras ganharam vida e se transformaram em uma poderosa ferramenta de expressão e resistência. No espaço Moronguetá, reuniu alunos, professores e convidados em torno de apresentações literárias marcadas pela força da oralidade e pela profundidade dos textos.

A proposta do sarau foi criar um ambiente que unisse a literatura com a valorização das identidades indígenas e afrodescendentes, alinhando-se ao propósito central da Semana: promover uma educação antirracista e inclusiva. Inspirados pelas vivências dos povos indígenas e pela pluralidade cultural amazônica, os participantes declamaram poemas autorais, narrando histórias ao compartilhar experiências que exaltavam a ancestralidade, a resistência e a beleza de suas tradições.

Entre os destaques do evento, estavam os poemas escritos e apresentados por estudantes do curso de Edificações do IFAM/CMC. As produções abordaram temas como o pertencimento, a força dos povos indígenas e os desafios enfrentados na luta por reconhecimento e direitos. As vozes desses adolescentes trouxeram ao público uma perspectiva renovada sobre questões antigas, conectando as tradições às demandas contemporâneas.

2.5 Os relatos de experiência e o lançamentos de e-books

Relatos de experiência, como o da professora Renata Ferreira, abordaram práticas pedagógicas voltadas à educação indígena. Além disso, foram lançados e-books que sistematizaram os resultados das ações do NEABI e do PIBEX-2023, reforçando o compromisso do IFAM com a disseminação do conhecimento, momentos que se configuraram numa oportunidade ímpar para refletir sobre os frutos do trabalho desenvolvido pelo NEABI-CMC e pelos alunos do Campus.



Este evento não apenas celebrou conquistas acadêmicas e culturais, mas também reforçou a relevância de ações práticas na construção de uma educação antirracista e inclusiva.

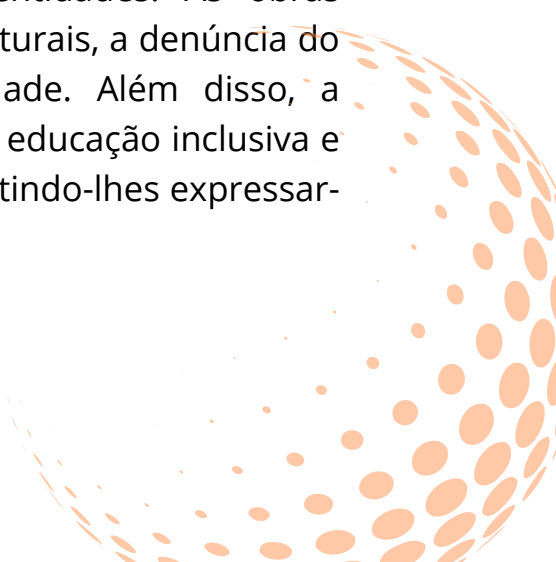
O livro “Relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola”, é uma coletânea que reúne experiências vividas e ações realizadas pelo NEABI-CMC em prol de uma educação antirracista. Nele, professores, coordenadores e estudantes descrevem iniciativas desenvolvidas no âmbito do IFAM-CMC, abordando desafios enfrentados e os resultados alcançados.

Os relatos destacam como o NEABI tem atuado como um agente transformador dentro e fora do espaço escolar, promovendo discussões sobre identidade racial, representatividade e combate ao racismo. A obra também documenta como as ações impactam diretamente a vida dos estudantes e da comunidade, trazendo à tona histórias de empoderamento, reconhecimento cultural e desenvolvimento acadêmico.

Com uma abordagem reflexiva e prática, o livro é um convite para que outras instituições educativas se inspirem a adotar práticas semelhantes. Ele funciona como um guia e uma memória das atividades do NEABI, reforçando a importância do diálogo contínuo sobre questões raciais e sociais na educação básica.

O outro livro, “Negritude em pauta: expressões artísticas do aluno autor por uma escola antirracista”, um e-book fruto direto do protagonismo estudantil, destacando as expressões artísticas produzidas pelos alunos do IFAM-CMC. Este livro representa uma coletânea de produções literárias e artísticas que revelam as vozes dos estudantes em suas lutas, percepções e sonhos por uma sociedade mais justa e igualitária.

Os textos, poemas e ilustrações que compõem o e-book refletem o olhar dos jovens sobre suas realidades e identidades. As obras exploram temas como a valorização das raízes culturais, a denúncia do racismo estrutural e a celebração da diversidade. Além disso, a coletânea é um registro vivo do impacto que uma educação inclusiva e antirracista pode ter na vida de estudantes, permitindo-lhes expressar-se de maneira criativa e autêntica.



A figura 9 registra o momento de alegria de algumas autoras dos capítulos do e-book dos relatos de experiência.

Figura 9 - Alunas autoras de capítulos do e-books dos relatos



Foto: A própria autora (2023)

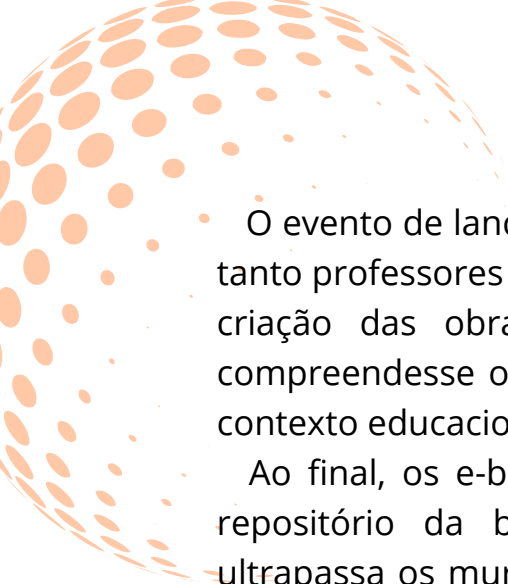
O lançamento dos livros foi um momento de grande simbolismo, pois reforçou a ideia de que a educação é um campo fértil para a transformação social. Além disso, os e-books são um marco para a história do NEABI-CMC, consolidando o trabalho realizado ao longo do tempo e oferecendo subsídios teóricos e práticos para que outras instituições possam replicar ou adaptar essas experiências.

A figura 10 mostra o registro da companhia das autoras com a equipe gestora do NEABI-CMC.

Figura10 - Equipe gestora do NEABI e alunas autoras dos e-books



Foto: A própria autora (2023)



O evento de lançamento foi marcado por apresentações dos autores, tanto professores quanto alunos, que compartilharam os bastidores da criação das obras. Este diálogo aberto permitiu que o público compreendesse o processo criativo e a relevância das publicações no contexto educacional e social.

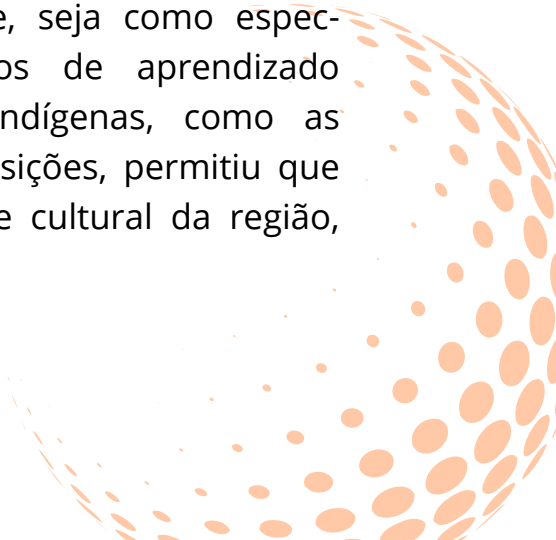
Ao final, os e-books foram disponibilizados para acesso digital, no repositório da biblioteca do IFAM, garantindo que seu alcance ultrapassa os muros do IFAM-CMC. Assim, os relatos de experiência e as expressões artísticas reunidas nessas obras se tornam ferramentas de sensibilização e aprendizado para uma sociedade que busca reconhecer e valorizar suas diferenças.

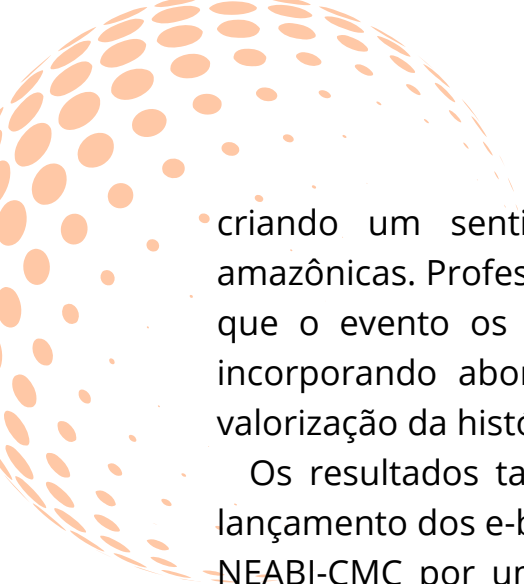
3 IMPACTOS E RESULTADOS

Os impactos e resultados da Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023 foram profundamente sentidos tanto no âmbito acadêmico quanto na comunidade escolar e local. A realização do evento trouxe reflexões e transformações que ultrapassaram os dias de sua execução, consolidando-se como um marco no compromisso com a educação antirracista e a valorização das culturas indígenas no campus.

Entre os principais impactos, destaca-se o fortalecimento do diálogo entre a comunidade acadêmica do IFAM-CMC e os povos indígenas do Amazonas. As atividades culturais, palestras, mesas-redondas e relatos de experiência proporcionaram um espaço de visibilidade às questões indígenas, reforçando a relevância das ações afirmativas para combater preconceitos e desigualdades históricas. O evento mostrou que as culturas originárias, além de ricas em conhecimentos e tradições, possuem contribuições essenciais para a construção de uma sociedade mais plural e justa.

Os estudantes que participaram diretamente, seja como espectadores ou monitores, vivenciaram momentos de aprendizado transformador. A interação com lideranças indígenas, como as realizadas durante a pintura corporal e as exposições, permitiu que muitos ampliassem sua visão sobre a diversidade cultural da região,





criando um sentimento de pertencimento e respeito às raízes amazônicas. Professores e demais profissionais da educação relataram que o evento os incentivou a repensar suas práticas pedagógicas, incorporando abordagens mais inclusivas e comprometidas com a valorização da história e cultura dos povos originários.

Os resultados também foram tangíveis na produção intelectual. O lançamento dos e-books "Relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola" e "Expressões artísticas: Aluno autor: por uma escola antirracista" evidenciou o potencial de ações como a Semana dos Povos Indígenas para gerar materiais educativos e acadêmicos que impactam o ensino na prática. Essas publicações, além de servirem como registro do evento, consolidam-se como ferramentas para a disseminação de um ensino antirracista e culturalmente sensível.

Outro ponto importante foi a integração da comunidade externa ao campus. A presença de alunos da rede pública, representantes de movimentos culturais, artesãos indígenas e demais participantes trouxeram um sentimento de pertencimento ao espaço acadêmico. A exposição de artes visuais e a comercialização de artesanatos e comidas típicas, por exemplo, fomentam a valorização econômica e cultural das comunidades indígenas envolvidas.

Por fim, o evento Semana dos Povos Indígenas reforçou o papel do IFAM e do NEABI como agentes ativos na construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente. Ao promover a interação entre saberes científicos e tradicionais, o evento demonstrou que a valorização das diferenças não é apenas uma proposta teórica, mas uma prática que transforma vidas e promove mudanças reais. A semana foi, acima de tudo, um encontro de aprendizagens mútuas, que continuará ecoando em projetos futuros e nas ações cotidianas dos envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.645 de 2008**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica pública e privada.

Disponível em: Acesso em: 23 set. 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 9 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MELLO, Marciel Oliveira et al. **O grafismo indígena do povo Marubo de Atalaia do Norte-AM: arte e cosmologia marcadas no corpo**. 2021. Monografia (Antropologia) –

Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Natureza e Cultura, Benjamin

Constant-AM, 2021. Disponível em:

https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6060/4/TCC_MarcielMello.pdf. Acesso em 5 set. 2024.

NHAMBIQUARA, Budga Deroby. **Educação decolonial: grafismo indígena como**

caminho para (des) construção de olhares. 2023. Dissertação (Mestrado em

ProArtes) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/items/4289c90d-9db6-4b7e-a455-44d4e704337d/full>.

Acesso em: 5 set. 2024.

SÁ PITANGA, Maria Eunice; DE SOUZA LIRA, Rosenir. Os (des)caminhos da educação indígena no Amazonas: o papel da universidade na formação dos professores.

Revista Iberoamericana de Educación, v. 39, n. 4, p. 1–6, 2006. DOI:

10.35362/rie3942563. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2563>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA MARTINS, L. H.; SOUZA, V. R. de. O NEABI e a educação para as relações

étnico-raciais. **RELA Cult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e**

Sociedade, v. 7, n. 4, 2021. DOI: 10.23899/relacult.v7i4.1983. Disponível em:

<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1983>. Acesso em: 16 out. 2024.



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL



CAPÍTULO 5


Plantas medicinais e as tradições indígenas

RENATA MARIA DA SILVA

Zootecnista, Mestre e Doutora em Aquicultura,
Licenciada em Ciências Biológicas,
voluntária do NEABI-CMC

LOUSIANE TORRES RIBEIRO

Graduanda em Licenciatura em Química
Instituto Federal do Amazonas
Campus Manaus Centro





RENATA MARIA DA SILVA

<http://lattes.cnpq.br/3612977128851022>

LOUISIANE TORRES RIBEIRO

<http://lattes.cnpq.br/7728849548103372>

Plantas medicinais e as tradições indígenas

RESUMO

Este capítulo aborda o estudo da botânica e as plantas medicinais no contexto das tradições indígenas. Tem como objetivo apresentar um relato sobre a origem da botânica, o papel fundamental das plantas na vida das pessoas, evidenciando a agricultura, a farmacologia, os tipos de plantas medicinais, tanto no Brasil quanto em outros países e o ensino de botânica na sala de aula do ensino fundamental. Aborda o uso das plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, o consumo de fitoterápicos como tradição familiar, a relação dos povos indígenas com as plantas, refletida nas lendas sobre a origem de várias espécies nativas, evidencia a importância cultural dessas espécies.

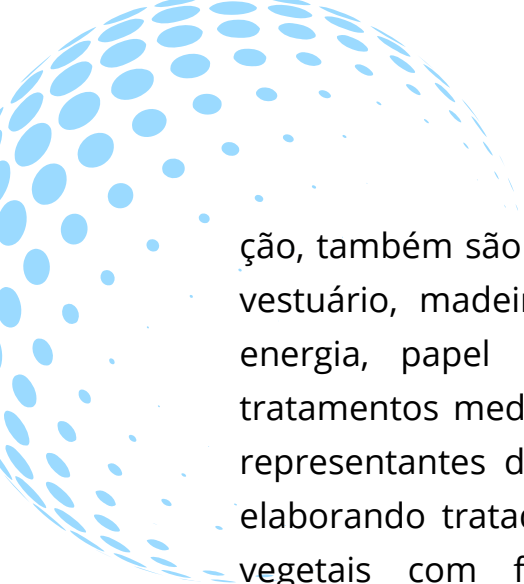
Palavras-chave: botânica; plantas medicinais; farmacologia; conhecimento indígena.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da botânica nasceu, através da busca do homem em explicar os acontecimentos, e relacionar a natureza que o cerca. Em sua maioria, as ciências (física, química, biologia), foram desenvolvidas por meio dos métodos científicos. Assim a botânica, que tem origem do grego “botané”, tem como significado planta, segundo Ferreira (2002) é a ciência que estuda os vegetais.

O estudo das plantas, ou botânica, possui uma história rica em detalhes que remonta aos primórdios da humanidade. Desde os tempos antigos, a botânica tem sido essencial para a sobrevivência e o desenvolvimento humano, pois as plantas foram fundamentais para alimentação, medicina, e construção de ferramentas e habitações (Youngken, 1956).

As plantas desde a antiguidade já desempenhavam papel fundamental na manutenção da vida, além de fornecer oxigênio para respira-

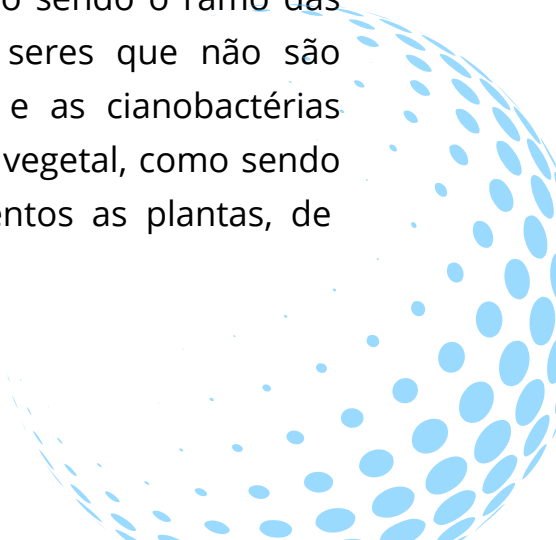


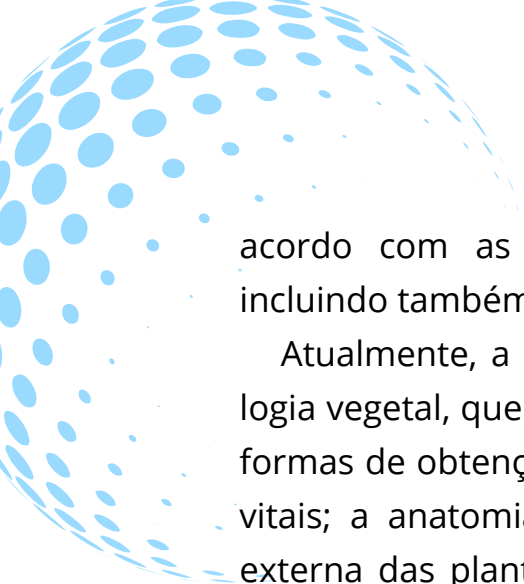
ção, também são fontes de alimento, mas também como fibras para vestuário, madeira para construções, combustível como fonte de energia, papel para livros, temperos e ervas para culinária e tratamentos medicinais (Raven, 2014). Os chineses são os primeiros representantes da humanidade que cultivaram plantas medicinais, elaborando tratados para cura de doenças. Os egípcios usavam os vegetais com finalidades diferentes daquelas relacionados a medicina, como na produção de roupas, cosméticos, tinturas e objetos mitológicos (Pharaoh's, 2016). No mundo greco-romano, a botânica era praticada por agricultores e farmacologistas que detalharam as características e usos medicinais das plantas. Nesses escritos, temos ilustrações e descrições de plantas e acerca dos hábitos e culturas da época (Beaujeu, 1959).

Na era pré-colombiana e no Brasil, os povos indígenas, desenvolveram um conhecimento botânico empírico avançado, utilizado para a caça, pesca, alimentação e medicina. Nesse aspecto destacamos a domesticação de plantas selvagens como a batata, o milho, a mandioca, o feijão, o tomate, o abacaxi entre outros cultivares (Stresser-Péan et al., 1959).

Com a chegada do Renascimento, a botânica começou a se estabelecer como uma ciência a partir do século XVIII, a ciência botânica passou por uma fase de especialização, com a transição de naturalistas polímatas para cientistas com conhecimentos profundos em áreas específicas. Esta evolução contínua da botânica reflete a constante busca humana por entender e aproveitar os recursos naturais, destacando a importância dessa ciência tanto historicamente quanto atualmente (Santos, 2006).

Assim, o estudo da Botânica, destaca-se como sendo o ramo das Ciências que estuda todos os vegetais e os seres que não são considerados vegetais como as algas, fungos e as cianobactérias (Raven, 2014). Acerca disso, existe a sistemática vegetal, como sendo a parte da botânica que organiza em agrupamentos as plantas, de





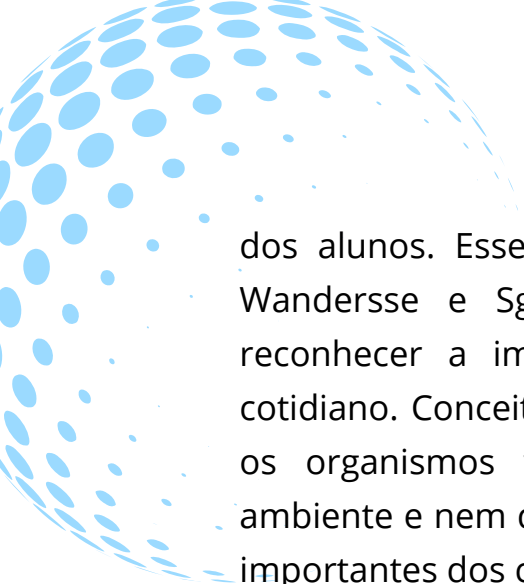
acordo com as suas características morfológicas e anatômicas, incluindo também os aspectos genéticos (Mendes, 2015).

Atualmente, a biologia vegetal, é uma disciplina dividida em fisiologia vegetal, que é o estudo de como funcionam as plantas, sobre as formas de obtenção de energia para a manutenção das suas funções vitais; a anatomia vegetal, que é o estudo da estrutura interna e externa das plantas; a taxonomia e sistemática vegetal, estudo que envolve a nomenclatura e a classificação das plantas e o estudo de suas relações entre si; citologia vegetal, o estudo da estrutura, função das células dos vegetais; genômica e engenharia genética vegetal, que é a manipulação de genes para o melhoramento genético das características vegetais; a biologia molecular vegetal, que é o estudo da estrutura e função molecular; a botânica econômica, o estudo dos usos e função ao longo do tempo das plantas pela humanidade; a etnobotânica, o estudo dos usos das plantas com propósitos medicinais, entre outros, por populações indígenas; ecologia vegetal, que é o estudo das relações entre os organismos e seu ambiente; e paleobotânica, que é o estudo da biologia e evolução de plantas fósseis (Raven, 2014).

O ensino de botânica no ensino fundamental tem sido bastante desafiador, tanto para alunos como professores. Barbosa e Ursi (2021), indicam que o ensino de botânica, ainda hoje, caracteriza-se como conteudista, sendo desenvolvida com muitas teorias tendo como base os livros didáticos, criando um cenário de pouco interesse e desestimulante para alunos.

As terminologias e nomenclaturas botânicas e os vocabulários da área do ensino da botânica, torna-se uma barreira para o entendimento pelos alunos, e por vezes, recorrem a memorização o que causa bastante desinteresse (Ursi et al., 2018). Assim o ensino de botânica, assim como o de outras disciplinas, é reprodutivo, com ênfase na repetição, e não no questionamento.

Outra dificuldade está relacionada o distanciamento a botânica do cotidiano, e sem a devida sugestão de aplicação prática no dia a dia

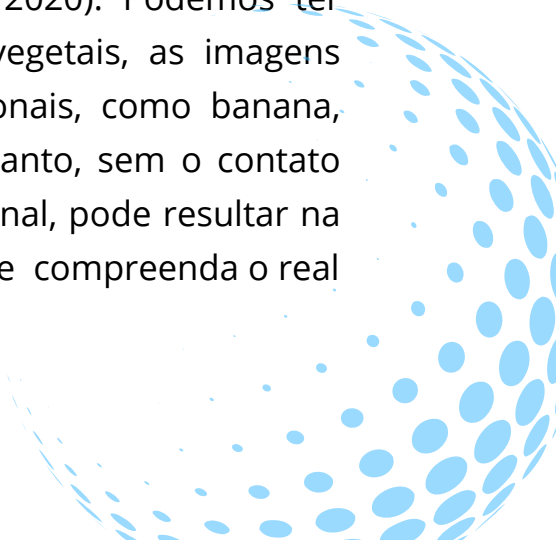


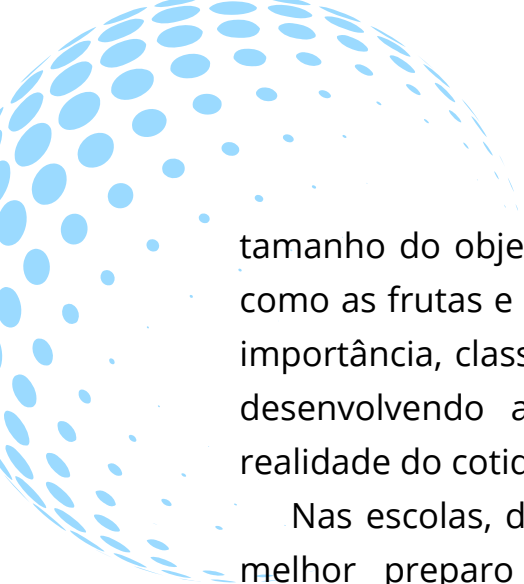
dos alunos. Esse fenômeno é denominado cegueira botânica por Wandersse e Sgussler (2001), como sendo a incapacidade de reconhecer a importância das plantas na biosfera e no nosso cotidiano. Conceito esse relacionado a interpretação errônea de que os organismos vegetais não apresentam importância ao meio ambiente e nem de suporte aos animais, no desempenho de funções importantes dos ciclos vitais e ecológicos.

Embora os estudos de botânica não sejam recentes nos currículos de ciências e biologia, alguns autores chamam a atenção pelos fatos do ensino de botânica poder ser realizado de forma equivocada, e de grande ocorrência quando o professor somente toma como base os livros didáticos, pois podem apresentar conceitos equivocados e ou precisando de complementos, considerando ainda os regionalismos e as particularidades de cada aluno.

Sobre os livros didáticos, materiais estes disponibilizados e seguindo as diretrizes nacionais, apresentam conteúdos e materiais visuais desatualizados e fora do contexto regional (Oliveira e Nobre, 2022). Os professores utilizam o livro didático como recurso, como forma de ministrar conteúdos sendo a metodologia clássica, de repasse de conhecimentos. Os alunos por sua vez, somente fazem a leitura e replicam as questões do fim do capítulo como forma de fixação do conteúdo. Dessa forma, temos a replicação do conteúdo de forma resumida, ficando restrita aos livros didáticos, e sem a demonstração em aulas práticas (Ursi et al., 2021).

Muitos dos materiais visuais utilizados são inseridos sem o devido contexto, o que dificulta ainda mais o entendimento pelo estudante, tornando assim o ensino enfadonho e de difícil compreensão, como é visto por muitos professores (Soares e Silva, 2020). Podemos ter como exemplo, ao estudar os componentes vegetais, as imagens utilizadas são as padronizadas de frutas nacionais, como banana, pinheiros, tomate, frutos da jaboticaba. No entanto, sem o contato com esses exemplares dentro do contexto regional, pode resultar na ausência da construção de uma visão crítica, que compreenda o real





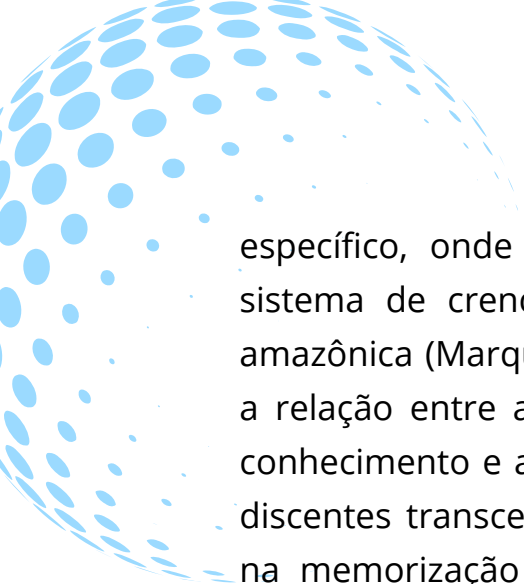
tamanho do objeto estudado, podendo utilizar espécies amazônicas como as frutas e plantas regionais. As imagens iriam demonstrar sua importância, classificação, tamanho e localização, cores entre outras, desenvolvendo assim uma visão mais simples e direcionada a realidade do cotidiano do aluno.

Nas escolas, de modo geral, faltam condições de infraestrutura e melhor preparo dos professores para modificar essa situação. (Towata et al., 2010). Os professor esdevido a sua longa jornada de trabalho, muitas vezes não possuem tempo para se programarem, e de buscar alternativas para favorecer o ensino aprendizagem. Assim, alguns professores aplicam em suas aulas e didática aquilo que aprenderam durante a sua formação acadêmica, muitas vezes, com desatualizações de conteúdo. Diante disso, torna-se necessário a busca por atualizações pedagógicas para criar metodologias alternativas para tratar assuntos do cotidiano nas disciplinas de botânica, a fim de melhorar a relação entre professor e alunos.

Como aspecto a relacionar na formação de cidadãos que desenvolvam a sua visão de mundo, os autores como Oliveira e Nobre (2022), a botânica torna-se um conteúdo importante para a compreensão do mundo, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências de identificar as inter-relações com os seres vivos, e buscando solucionar problemas, respeitando acima de tudo o meio ambiente. Com o intuito de alcançar os objetivos do ensino de botânica, de ampliar o repertório conceitual e cultural dos educandos, auxiliando na análise crítica de situações reais e nas tomadas de decisões conscientes, formando cidadãos reflexivos, capazes de modificar a realidade (Ursi et al., 2018).

2 O ENSINO DE PLANTAS MEDICINAIS

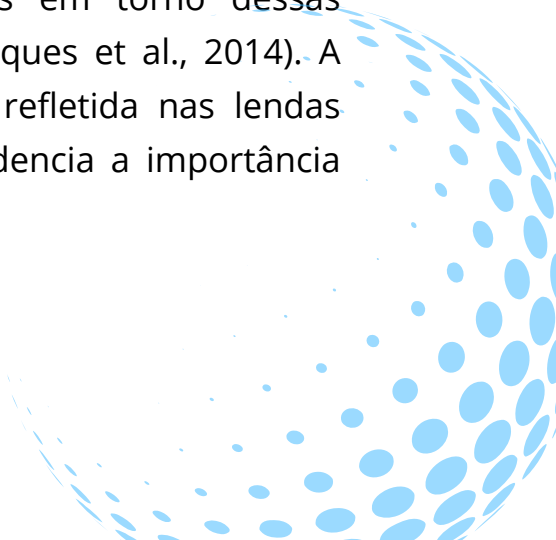
O uso de plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas da Amazônia está profundamente enraizado em um contexto cultural

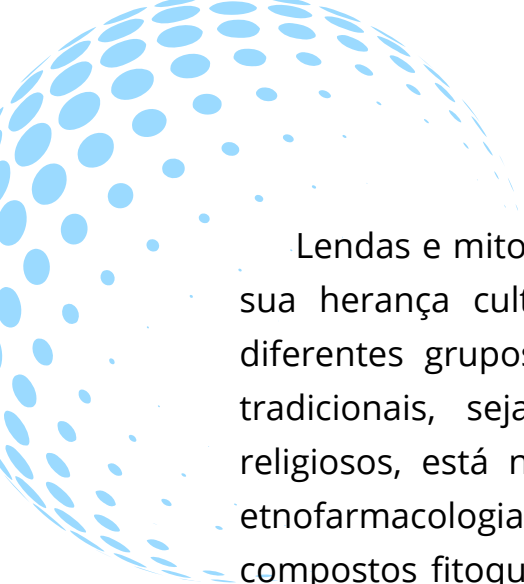


específico, onde as ideias sobre doenças são moldadas por um sistema de crenças e símbolos característicos da cultura cabocla amazônica (Marques et al., 2015; Prestes et al., 2023). Nesse cenário, a relação entre as funções das estruturas das células vegetais e o conhecimento e a aplicação das plantas medicinais pelos docentes e discentes transcende os paradigmas tradicionais que focam apenas na memorização e repetição da morfologia celular. É essencial ir além, buscando uma compreensão científica dos princípios ativos presentes nessas plantas, o que contribui para a validação e aprimoramento dos conhecimentos tradicionais.

Apesar da relevância do tema, o interesse pelo conhecimento tradicional associado às plantas medicinais tem diminuído ao longo dos anos. Fatores como a globalização, que traz mudanças culturais, a urbanização, que altera o ambiente natural, o desinteresse dos jovens pelas tradições e a menor interação com as gerações mais velhas têm contribuído para esse declínio. O consumo de fitoterápicos, muitas vezes, é resultado da tradição familiar e cultural vivenciada (Xavier et al., 2019; Arjona-García et al., 2021).

Esse contexto ganha uma nova dimensão após a pandemia de 2019, período em que se intensificou o uso de plantas medicinais na busca por tratamentos eficazes contra a Covid-19, tanto para minimizar as sequelas de medicamentos quanto para prevenir doenças, aliviar sintomas e até mesmo buscar cura (Guimarães et al., 2021; Silva et al., 2022). A complexidade dos métodos de diagnóstico e tratamento, as representações de saúde e doença, e a noção de eficácia terapêutica reforçam que a riqueza da farmacopeia vegetal de um povo não está apenas na quantidade de plantas que utilizam, mas nas representações culturais construídas em torno dessas plantas medicinais (Mendonça et al., 2014; Vásques et al., 2014). A relação dos povos indígenas com as plantas, refletida nas lendas sobre a origem de várias espécies nativas, evidencia a importância cultural dessas espécies.





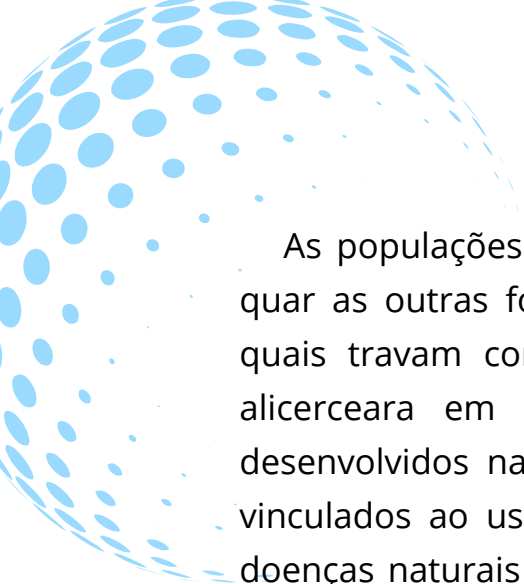
Lendas e mitos são temas que fascinam e conectam as pessoas à sua herança cultural (Salatino; Buckeridge, 2016). Explorar como diferentes grupos étnicos e culturas utilizam plantas em práticas tradicionais, seja para fins medicinais, alimentares, rituais ou religiosos, está no cerne da etnobotânica (Kovalski et al., 2013). A etnofarmacologia, por sua vez, foca na descoberta de novos compostos fitoquímicos com propriedades farmacológicas e fornece dados cruciais sobre a segurança na utilização de medicamentos derivados da flora.

Ambos os campos, etnobotânica e etnofarmacologia, são fundamentais para reforçar e preservar o conhecimento tradicional. No ambiente escolar, essas disciplinas podem ser incorporadas através de abordagens ativas, como a condução de estudos etnobotânicos e etnofarmacológicos. O contexto escolar, devido à sua proximidade com a comunidade local, tem um potencial significativo para impactar a preservação e valorização do conhecimento tradicional (Rebello; Meirelles, 2022).

Essa conexão entre o conhecimento botânico, incluindo as plantas medicinais, a biologia celular vegetal e o uso de recursos digitais pode ser fortalecida no ambiente escolar. Ao integrar esses elementos com o conhecimento científico, a escola pode valorizar a cultura local, engajar os estudantes na construção do conhecimento e fomentar a domesticação e o cultivo de espécies nativas da Amazônia.

3 O ESTUDO DE PLANTAS MEDICINAIS E OS INDÍGENAS

Desde início, dos nossos antepassados, pelas nossas histórias, que devemos lembrar, ao se baseamos nas afinidades culturais e linguísticas. Mas, que os portugueses identificaram-se de uma forma impressionada e que muitas “nações” indígenas; seria difícil analisar que a sociedade e os costumes indígenas, vem lidar com os povos de cultura muito diferente da nossa e sobre a qual existiu e ainda existem fortes preconceito (Fausto, 2006).

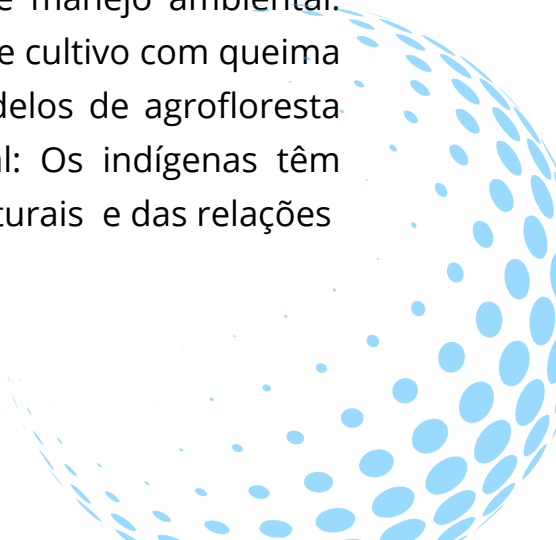


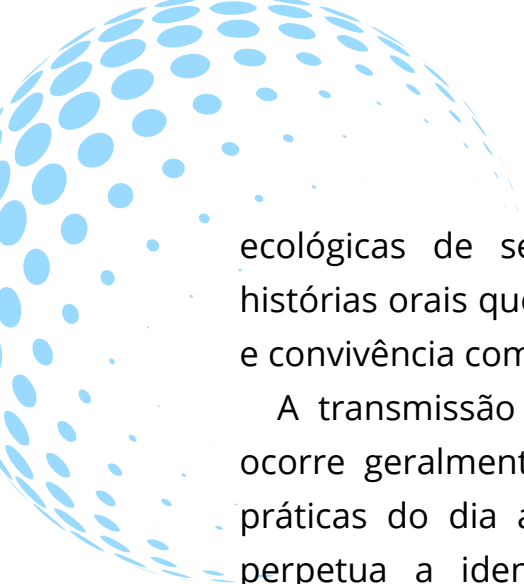
As populações inventavam ou reinventam tradições para se adequar as outras formas culturais que lhes são impostas ou com as quais travam contato. Assim, o conceito de “tradição inventada”, alicerceara em uma reflexão sobre as práticas e os saberes desenvolvidos na Amazônia, e a práticas e os saberes que estão vinculados ao uso das plantas e com o intuito de curar tantas as doenças naturais do ambiente e como aquelas que introduzidas em processo civilizatório. A Cultura popular, então, engajada à realidade sociocultural brasileira, que apresentando, contudo, nas mudanças e nas singularidades determinadas pelas histórias locais, pelas maneiras e como as pessoas se interagem ao modelo econômico vigente e às variações de ambientes.

O conhecimento popular está profundamente entrelaçado com a cultura indígena, especialmente no contexto brasileiro, onde a ancestralidade e os saberes tradicionais indígenas desempenham um papel fundamental na formação da identidade cultural do país.

O conhecimento popular é um conjunto de saberes acumulados ao longo do tempo por comunidades locais, muitas vezes transmitido de forma oral, com base na observação da natureza, no convívio social e na prática cotidiana. Ele engloba práticas de cura, técnicas agrícolas, manejo ambiental, culinária, narrativas orais, entre outros aspectos.

Nas comunidades indígenas, o conhecimento popular é mais do que apenas prática: é parte essencial da cosmovisão, ou seja, da maneira como os povos veem e interagem com o mundo. Entre as contribuições indígenas mais notáveis estão: Medicina tradicional: Uso de ervas e plantas medicinais. Por exemplo, muitas das propriedades medicinais da flora brasileira foram documentadas graças à sabedoria indígena; Sustentabilidade e manejo ambiental: Práticas como a agricultura de coivara (rotação de cultivo com queima controlada) e o policultivo, que inspiraram modelos de agrofloresta modernos; Conhecimento climático e territorial: Os indígenas têm uma compreensão profunda de fenômenos naturais e das relações





ecológicas de seus territórios; Linguagem e mitologia: Mitos e histórias orais que carregam ensinamentos sobre respeito à natureza e convivência comunitária.

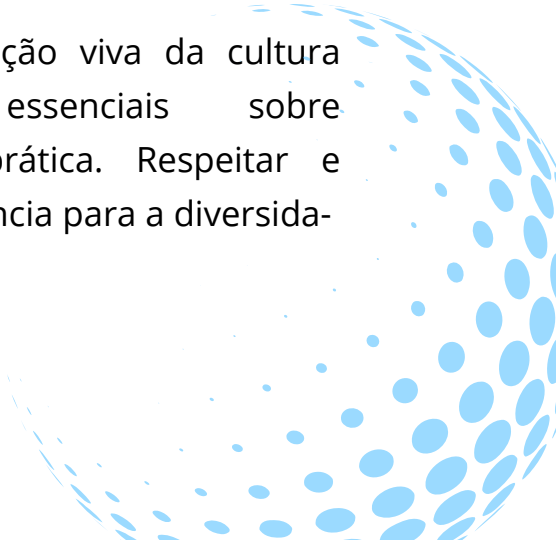
A transmissão do conhecimento popular nas culturas indígenas ocorre geralmente de forma oral, por meio de rituais, histórias e práticas do dia a dia. Isso reforça a ligação com os ancestrais e perpetua a identidade do grupo, mesmo frente às influências externas e aos desafios impostos pela modernidade.


A herança indígena no Brasil está presente em diversos aspectos do cotidiano, desde alimentos, como mandioca e açaí, até palavras da língua portuguesa que têm origem indígena (tupi-guarani, por exemplo). Além disso, práticas espirituais e a relação respeitosa com o meio ambiente têm suas raízes nos ensinamentos desses povos.

Apesar da riqueza do conhecimento indígena, há desafios em sua preservação devido à marginalização dessas comunidades, ao desmatamento e à urbanização. Iniciativas de valorização e reconhecimento, como a inclusão desses saberes nas políticas públicas e no ensino formal, são cruciais para garantir sua continuidade.

Nascimento (2008), considera que para os povos indígenas a aquisição de conhecimentos “saberes ancestrais” é uma questão de preservação da sua existência, como preservação da sua cultura, e sobrevivência da etnia. Pinto (2008), considera os saberes indígenas como um conhecimento importante no contexto natural e etnocultural, pois é uma contribuição fundamental quanto ao olhar diferenciado da classificação de espécies da flora e fauna, além dos conhecimentos agregados aos sentimentos mágicos, medicinais, alimentares e econômicos.

O conhecimento popular é uma manifestação viva da cultura indígena, oferecendo ensinamentos essenciais sobre sustentabilidade, convivência e sabedoria prática. Respeitar e preservar esse saber é reconhecer sua importância para a diversida-





de cultural e para a construção de sociedades mais equilibradas e conscientes.

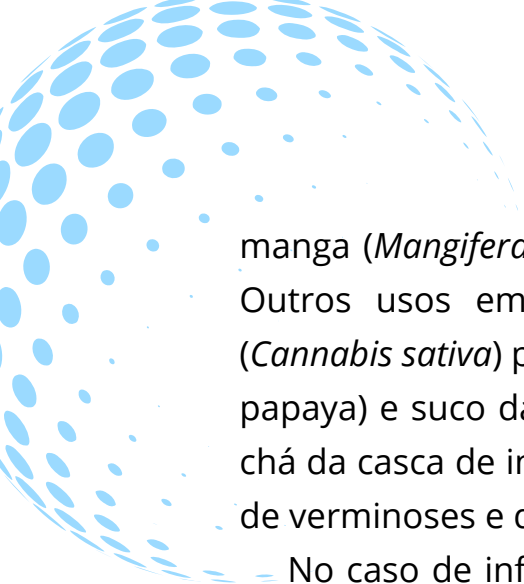
A etnobotânica é uma ciência que estuda a relação entre as comunidades humanas e as plantas, considerando aspectos culturais, sociais e ecológicos (Albuquerque et al., 2010). No contexto das culturas indígenas, a etnobotânica assume um papel essencial para entender como esses povos utilizam, classificam e preservam os recursos vegetais em seus territórios. Entender as relações ser humano - planta abre caminho para novos conhecimentos, assim como novas demandas culturais, sociais, filosóficas, éticas, epistemológicas e institucionais.

Acreditamos, portanto, que um ensino pautado no diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes científicos, seria uma forma de valorizar as contribuições etnocientíficas de diferentes povos do mundo em uma relação “homem-natureza”.

Ives-Felix et al., (2019), ao realizarem um estudo da comunidade indígenas Tentehar, localizada no estado do Maranhão, povos esses que fazem parte da Amazônia Brasileira. Destacam-se pela presença de oito povos, classificados nos troncos linguísticos: Tupi e Macro jê. No Tupi estão os Tentehar (Guajajara), os Awá (Guajá) e os Kaapor (Urubu); já no Macro jê, os Krikati, os Pukobyê (Gavião), os Ramkokamekrá, os Apãnyekrá (Canela) e os Krepu'mkateyê (Zannoni, 1999).

Assim ao desenvolverem seus trabalhos elaboram uma listagem de plantas utilizadas com fins medicinais e outros fins (pintura, cosméticos), como descritos a seguir: o jatobá (*Hymenaea courbaril*), utilizado para manter a saúde dos cabelos das mulheres, utilizado assim, o sumo da casca e antecasca do caule nos cabelos; e esfregam a “geleia” da folha da babosa (*Aloe vera*) para deixá-los hidratados e brilhantes (Ives-Felix et al., 2019).

As plantas quanto ao uso medicinal temos os usos de várias plantas para a cura, confirmados por médicos especialista: olho da goiaba (*Psidium guajava*), folha de caju (*Anacardium occidentale*) e folha de



manga (*Mangifera indica*) que devem ser tomados em forma de chá. Outros usos em forma de infusão (chá de folha) da maconha (*Cannabis sativa*) para dor de barriga; chá das raízes de mamão (*Carica papaya*) e suco da casca do caule da mangaba (*Hancornia speciosa*) e chá da casca de inharé (*Brosimum gaudichaudii*) de uso no tratamento de verminoses e de processos inflamatórios (Feliz et al., 2019).

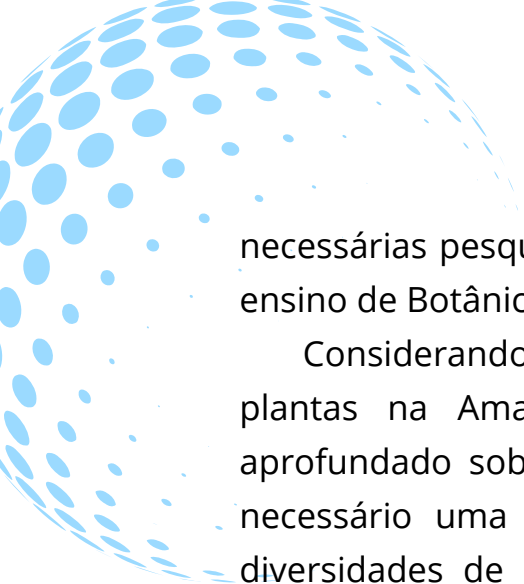
– No caso de inflamação, é usado o angico (*Anadenanthera sp.*) com aroeira (*Myracrodruon urundeuva*): os caules de ambos são colocados de molho em água e deixados no sereno da noite, para fazer asseio feminino.

Para cicatrização de ferimentos e queimaduras, utilizam o óleo de buriti ou miriti (*Mauritia flexuosa*) ou óleo de copaíba (*Copaifera langsdorfii*); no caso do buriti o óleo é extraído por aquecimento da polpa e da copaíba, do caule, até “apurar”. Além desses, outras infusões também foram relatadas, como os chás chá de boldo, chá de quebra-pedra, chá de mastruz, dentre outros, que são bastante utilizadas por esses indígenas (Ives-Felix et al., 2019).

Dessa forma podemos considerar que para o ensino de ciências biológicas, temos de considerar a interdisciplinaridade e a etnobotânica, considerando os saberes ancestrais indígenas sobre as plantas medicinais amazônicas. Neste contexto, a educação que considera os conhecimentos ancestrais indígenas, podem contribuir de forma eficaz para a garantia de direitos dos povos indígenas e para valorização do conhecimento, desde a conservação até a utilização de forma consciente dos recursos naturais da comunidade indígena Tentehar-Ipú (Felix et al., 2019).

4 REFLEXÕES

O ensino de botânica pode contribuir significativamente para a preservação e divulgação do conhecimento sobre as plantas medicinais na região Norte do Brasil. No entanto, ainda se fazem



necessárias pesquisas, sobre a relação das plantas medicinais com o ensino de Botânica, e os saberes tradicionais indígenas.

Considerando que mesmo tendo uma grande diversidade de plantas na Amazônia, pouco é dado ênfase ao estudo mais aprofundado sobre seu potencial medicinal. Dessa forma, torna-se necessário uma maior valorização da nossa cultura, aplicado as diversidades de ensino, desde que contextualizada e levando em consideração os saberes ancestrais, ensinando desde a forma do seu cultivo, identificando suas potencialidades para favorecer seu uso no cotidiano.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. de; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: NUPEEA, 2010.

ARJONA-GARCÍA, C.; BLANCAS, J.; BELTRÁN-RODRIGUEZ, L., Binnqüist, C., Bahena, H., Moreno-Calles, A., Sierra-Huelsz, J., & López-Medellín, X. How does urbanization affect perceptions and traditional knowledge of medicinal plants?. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, 17, 2021. <https://DOI.org/10.1186/s13002-021-00473-w>.

BARBOSA, A.S.; MAXIMO, L.M.; OLIVEIRA, T.A.C.; BASTOS, A.P.C.; LUCAS, F.C. A. **Valorização dos conhecimentos sobre plantas medicinais: uma abordagem para o ensino de ciências**. Research, Society and Development, 9 (11), 2020. e4719119993. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9993>

BEAUJEU, J. Ciências físicas e biológicas. In: Taton, R. **História geral das ciências**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, v. 2, p. 163-172, 1959.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil/ Bóris Fausto** . 12. ed. 1 reimpr. São Paulo. editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, A. B de H. **Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GUIMARÃES, B. G., SANTOS, N. N. D.; FERREIRA, M. A.; BRAZIL, S. D. S.; CUNHA, M. S. D. Importância da utilização de plantas medicinais no enfrentamento do SARS-COV2. **Revista multidisciplinar em saúde**, 2(4), 76, 2021. DOI: <https://DOI.org/10.51161/rem/2220>.

IVES-FELIX, N.O.; BARROS, F.B.; NAKAYAMA, L. O ensino de ciências naturais como possibilidade de interculturalidade de saberes indígenas sobre plantas Amazônicas. **Revista Cocar**, 13(27), p.265-286, 2019.

MARQUES, G. P.; ROSA, R.T. D. **Análise das atividades práticas propostas em manuais didáticos de Biologia**. Córdoba, Argentina. Revista de Educacion en Biologia, 18(2), p. 20-30, 2015.

MENDES, R. M. S. **Sistemática vegetal**: noções básicas com enfoque em algumas famílias de angiospermas representativas no Brasil. 2. ed. – Fortaleza: EdUECE, 2015.

MENDONÇA, M. S.; SOUZA, M. A. D.; CASSINO, M. F.; OLIVEIRA, A. B.; SOUZA, M. C.; Prata-Alonso, R. R.; Paes, L. S. Plantas medicinais usadas por comunidades ribeirinhas do médio Rio Solimões, Amazonas: identificação, etnofarmacologia e caracterização estrutural. Manaus: EDUA, 2014.

NASCIMENTO, M. R. A. de. **Educação intercultural e ensino de Ciências**: construção de conceitos em Ciências Naturais na escola indígena Baniwa e Coripaco - Pamáali, no Alto Rio Negro. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus-AM.

OLIVEIRA, D. L.; Silva, N.; Silva, F.S.; Guimarães, A.S. **Integrando conhecimentos**: uma abordagem etnobotânica para o ensino de ciências. Brazilian Journal of Development, 6(9), p. 64202-64219, 2020.

OLIVEIRA, B.K.; Nobre, S.B. **O ensino em Botânica na ótica de biólogos licenciados**: Possibilidades e Desafios. **Revista Prâxis**, 2,p.112-134, 2020. DOI: <https://DOI.org/10.25112/rpr.v2.2266>.

Pharaoh's Harvest: Plants from Ancient and Modern Egypt. University of Tennessee. Knoxville, Tennessee, set. (2016). Disponível em: <https://mcclungmuseum.utk.edu/exhibitions/pharaohs-harvest-plants-from-ancient-and-modernegypt/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

PINTO, R. F. **Viagem das ideias**. 2. ed. Manaus: Valer, 2008.

PRESTES, C.F.; Braga, M.N.S.; Brito, D.S.; Batista, F.A.; Souza, F.G.; Silva, G.A.; Cruz, P.B.; Lima, R.A. Plantas Medicinais utilizadas pelos povos ribeirinhos em comunidades no município de Manicoré-Amazonas, Brasil. **Revista Valores**, 8., p. e-8056, 2023.

RAVEN, P. H.; Eichorn, S. E.; Evert, R. F. **Biologia vegetal**. 8. ed. Editora Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2014.

REBELLO, T.J.J.; Meirelles, R.M.S. **Etonobotânica nas pesquisas em ensino e seu potencial pedagógico**: Saber o que? Saber de quem? Saber por que? Saber como? *Investigações em Ensino de Ciências*, 27 (1), 52-84, 2022. DOI: <https://DOI.org/10.22600/1518-8795.ienci2022v27n1p52>

SSANTOS, F. S. A botânica no ensino médio: será que é preciso apenas memorizar nomes de plantas? In: Silva, S. C. (org.). **Estudos de história e filosofia da ciência**, São Paulo: Livraria da Física, p. 223-243, 2006.

KOVALSKI, M. L.; Obara, A. T. O estudo da etnobotânica das plantas medicinais na escola. **Ciência Educacional**, 19(04), p. 911-927, 2013. DOI: <https://DOI.org/10.1590/S1516-73132013000400009>

SALATINO, A.; Buckeridge, M. Mas de que te serve saber botânica?. **Estudos avançados**, 30 (87), p. 177-196, 2016. DOI: <https://DOI.org/10.1590/S0103-40142016.30870011>

SILVA, C. K. M. .; Duarte, M. M. .; Oliveira, S. B. de .; Santos, M. R. dos .; Silva, C. S. .; Moreira, L. F. A. Proposta de ensino de biologia por investigação. **Diversitas Journal**, 7(2), 2022c. DOI: <https://DOI.org/10.48017/dj.v7i2.2149>.

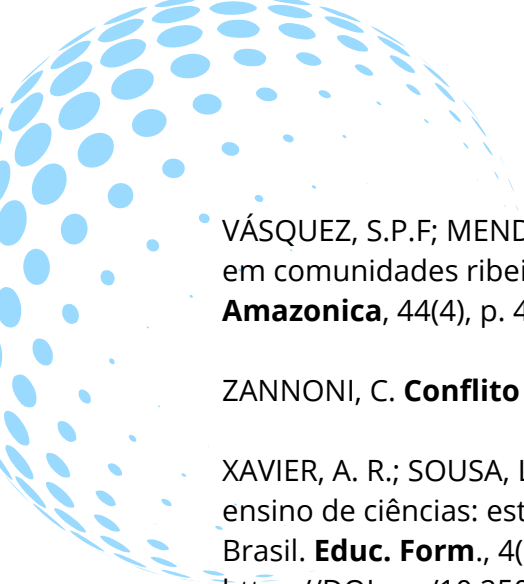
STRESSER-PÉAN, G.; Arnaldez, R.; Massignon, L.; Filliozat, J.; Haudricourt, A.; Needham, J.; Théodoridés, J.; Simon, I.; Beaujouan, G. A ciência antiga e medieval. In: TATON, R. **História geral das ciências**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, v. 3, 199 p. 1959.

SOARES, J.P.R; SILVA, J.R.S. A prática no ensino de botânica: o que dizem os principais congressos? **Revista de Ensino de Ciências e Matemática (REnCiMa)**, 11(6), p. 73-93, 2020. DOI: 10.26843/rencima.v11i6.2360.

TOWATA, N.; URSI, S.; SANTOS, D. Y. A. C. Análise da percepção de licenciados sobre o ensino de botânica na educação básica. **Revista da SBEnBio**, 03, p.1603 - 1612, 2010.

URSI, S.; FREITAS, K. C; VASQUES, D. T. **Cegueira Botânica e sua mitigação**: um objetivo central para o processo de ensino aprendizagem de Biologia. Aprendizado ativo no ensino de Botânica. São Paulo: Instituto de Biotecnologia, Universidade de São Paulo, p. 12-30, 2021.

URSI, S.; BARBOSA, P.P.; Sano, P.T.; BERCHEZ, F.A.S. Ensino de Botânica: conhecimento e encantamento na educação científica. **Ensino de Ciências**, 32(94), p. 1-20, 2018. DOI: <https://DOI.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0002>.



VÁSQUEZ, S.P.F; MENDONÇA, M.S.; NODA, S.N. Etnobotânica de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do Município de Manacapuru, Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, 44(4), p. 457-472, 2014. DOI: 10.1590/1809-4392201400423

ZANNONI, C. **Conflito e coesão**: o dinamismo Tenetehara. Brasília: CIMI, 1999.

XAVIER, A. R.; SOUSA, L. M. de; MELO, J. L. M. Saberes tradicionais, etnobotânica e o ensino de ciências: estudo em escolas públicas do Maciço de Baturité, Ceará, Brasil. **Educ. Form.**, 4(11), p. 215-233, 2019. DOI: <https://DOI.org/10.25053/redufor.v4i11mai/ago.3355>

WANDERSEE, J. H; SCHUSSLER, E. E. Toward a theory of plant blindness. **Plant Science Bulletin, Columbus**, 47(1), p. 2-9, 2001.

YOUNGKEN, H. Botânica e Medicina. **Jornal Americano de Botânica**, 43, p.862-869, 1956. DOI:<https://DOI.org/10.1002/J.1537-2197.1956.TB11179.X>.

REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL

CAPÍTULO 6

Jardim sensorial: perspectivas para o ensino contextualizado na Amazônia

ANA GRAZIELA GOMES TRAVASSOS

Licenciada em Ciências Biológicas, Mestra em Ensino Tecnológico, bolsista AT-PROEPT/FAPEAM/CETAM.
Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro

IARIMA NAAMA FERREIRA LOPES

Licenciada em Ciências Biológicas, Mestra em Ensino Tecnológico, Fundação Amazônia Sustentável (FAS).

JULIANA MESQUITA VIDAL MARTÍNEZ DE LUCENA

Docente titular da área de Ciências Biológicas,
Doutora em Odontologia, bolsista de coordenação de projeto PROEPT/FAPEAM/CETAM,
Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro

ANA GRAZIELA GOMES TRAVASSOS
<http://lattes.cnpq.br/4587516077935142>

IARIMA NAAMA FERREIRA LOPES
<http://lattes.cnpq.br/5535787963110897>

JULIANA MESQUITA V. M. DE LUCENA
<http://lattes.cnpq.br/5056348459580471>

Jardim sensorial: perspectivas para o ensino contextualizado na Amazônia

RESUMO

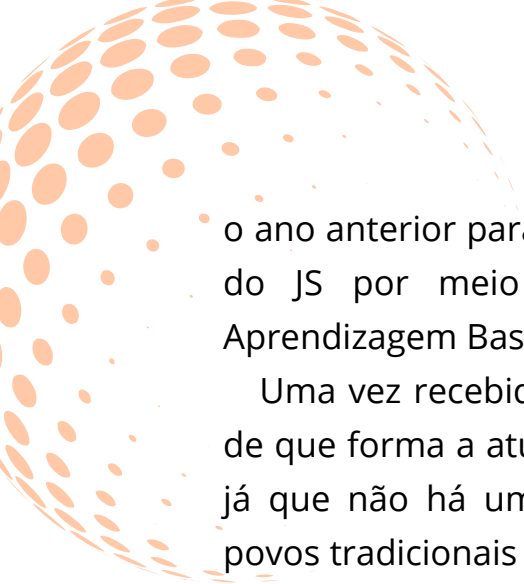
Idealizados originalmente para estimular pessoas com deficiências, os Jardins Sensoriais (JS) podem se constituir em um poderoso recurso de ensino. A partir de uma pesquisa de mestrado realizada no IFAM Campus Manaus Centro, o JS foi implantado com alunos do ensino médio integrado, por meio de oficinas estruturadas utilizando a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP). Os conteúdos transversais e o uso da ABP permitiram visualizar o potencial transformador do uso de recursos naturais, embasado nos princípios da sustentabilidade e da construção coletiva, com perspectivas de aplicação para todas as áreas e contextos de ensino, inclusive em áreas remotas da Amazônia.

Palavras-chave: jardim sensorial; ABP; educação para o desenvolvimento sustentável.

1 INTRODUÇÃO

A participação da equipe do Jardim Sensorial na Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças, ocorreu em forma de palestra, a convite da coordenadora do NEABI, profa. Ma. Vilma Serra. A palestra foi intitulada da mesma forma que o presente capítulo.

Para historicizar, o jardim sensorial do IFAM, instalado no Campus Manaus Centro, é resultante de uma pesquisa de mestrado realizada no período de 2019 a 2021, coincidindo em grande parte com o ensino remoto emergencial instaurado devido à pandemia de Covid-19. Devido a isso, o produto educacional Educação e Saúde por meio de ABP (Lopes; Lucena; Paes, 2021) que dá orientações para a implantação de jardins sensoriais para a educação ambiental, só pôde ser aplicado na prática a partir de abril/2022 com o retorno do ensino presencial no CMC. Naquele momento, já se vinha trabalhando desde



o ano anterior para organizar as ações que culminariam na construção do JS por meio da aplicação de oficinas estruturadas com a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP).

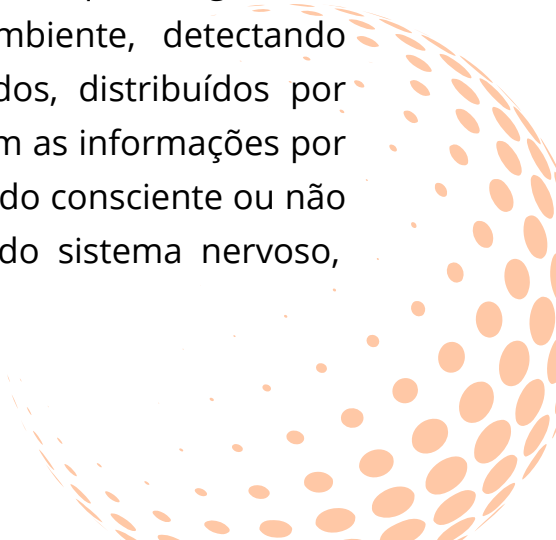
Uma vez recebido o convite para a palestra, coube a reflexão sobre de que forma a atuação com o JS estaria vinculada ao tema do evento, já que não há uma abordagem direta sobre os conhecimentos dos povos tradicionais e nem tampouco interação com grupos de visitantes de quaisquer etnias indígenas até o momento. Porém, a partir de um aprofundamento sobre as características da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e o potencial de aplicação das oficinas estruturadas de modo a flexibilizá-las e adaptá-las aos diferentes contextos de ensino, foi possível construir este material que reflete o conteúdo apresentado para o público heterogêneo que esteve presente no evento.

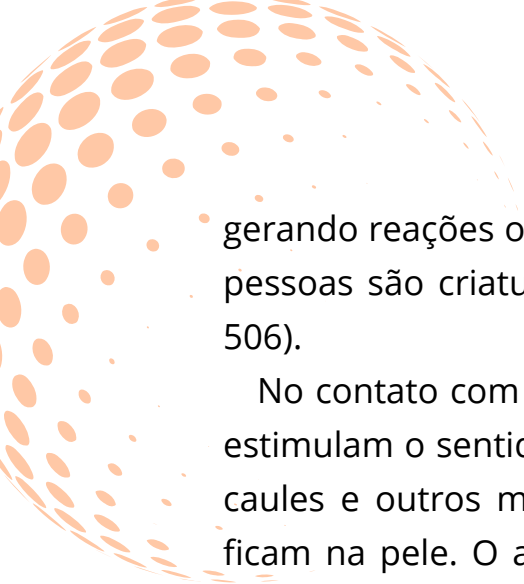
A palestra ministrada incluiu as bases que conceituam os jardins sensoriais, sua adaptação para o uso didático, e as experiências vividas ao longo de dois anos da implantação do carinhosamente chamado Nosso Jardim Sensorial (NJS) que permitem afirmar que suas aplicações são inúmeras e transversais a todas as áreas.

2 ORIGEM DOS JARDINS SENSORIAIS E A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

Os jardins sensoriais, diferentemente daqueles do tipo ornamental ou com finalidades paisagísticas, são áreas verdes projetadas para estimular os sentidos humanos utilizando uma diversidade de espécies vegetais que resultem em variedade de cores, texturas, cheiros e sabores.

O termo sensorial é utilizado por se referir ao modo que o organismo humano utiliza para se relacionar com o ambiente, detectando informações por meio de sensores especializados, distribuídos por todo o corpo. Esses sensores captam e comunicam as informações por sinais eletroquímicos que são processados de modo consciente ou não através dos diferentes níveis de organização do sistema nervoso,





gerando reações orgânicas internas e ações externas. Dessa forma, “As pessoas são criaturas responsivas.” (Marieb; Wilhelm; Mallat, 2014, p. 506).

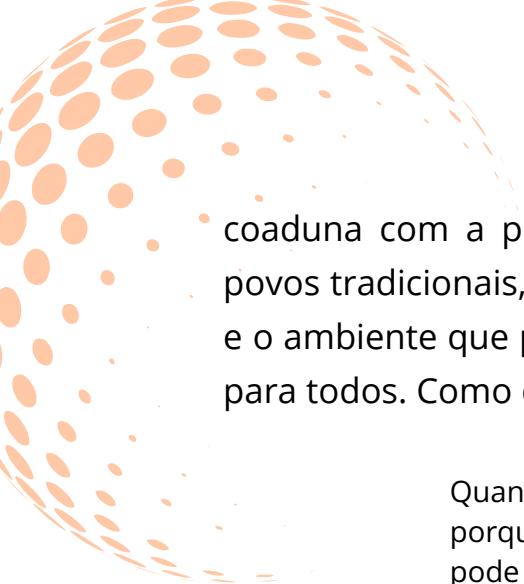
No contato com a natureza em meio aos jardins sensoriais, as cores estimulam o sentido da visão. O toque das diversas texturas de folhas, caules e outros materiais são percebidos pelo tato, cujos receptores ficam na pele. O aroma das plantas instiga o olfato, podendo induzir também sabores, pois está ligado ao sentido do paladar. No caso da audição, a diversidade vegetal atrai insetos, borboletas, e pássaros, que contribuem para a produção de sons que se somam às folhas agitadas pelo vento.

Esses jardins foram projetados para auxiliar na adaptação de pacientes que perderam a visão na idade adulta e, ao longo do tempo, também para facilitar as habilidades sociais e desenvolvimento cognitivo de pessoas com outras deficiências e déficits cognitivos de diferentes etiologias (Carvalho, 2011, p. 37).

Atualmente, em ambientes urbanos, os jardins sensoriais são locais para acalmar a mente, diminuir o ritmo e tornar o dia a dia mais agradável durante a jornada de trabalho. No entanto, a percepção holística da natureza e a sua influência na vida diária e nas atitudes conscientes não são totalmente compreendidas. Para que isso pudesse ser demonstrado, seria necessário agir de forma coerente tomando decisões que indicassem uma preocupação real que levasse em conta seu impacto sobre o indivíduo e sobre a coletividade (Zylstra et al. 2014).

O papel da educação ambiental (EA) se entrelaça com a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), abraçando a proposta dos jardins sensoriais como ferramentas de ensino, pesquisa e extensão, indicando um caminho que contribui para a formação do cidadão consciente de suas responsabilidades com a coletividade. Esta última se refere não só aos seres humanos, mas a todos os seres vivos que habitam o planeta.

Nesse sentido, esta palestra sobre o Nosso Jardim Sensorial (NJS) se



coaduna com a percepção de si e da natureza compartilhada pelos povos tradicionais, pois não há dicotomia possível entre a humanidade e o ambiente que possa trazer um futuro verdadeiramente sustentável para todos. Como disse Naiara Tukano,

Quando a gente rompe os fluxos da Terra, a gente a prejudica, porque ela é um todo, tem uma consciência própria e a gente não pode recortá-la como um mosaico, como estamos fazendo. Há centenas de anos nossos pajés alertam para cuidar da natureza, nós somos natureza. (Tukano, 2020).

As estratégias de EA e EDS devem protagonizar o resgate, a semeadura, e a propagação dessa percepção ancestral e ao mesmo tempo atual, uma vez que nos centros urbanos onde as principais decisões de impacto global são tomadas, as pessoas se esqueceram que também são natureza.

2.1 Nosso Jardim Sensorial (NJS)

O projeto Uso de um jardim sensorial na Educação em Saúde (apoiado pelo edital do Programa Amazônicas: Mulheres e Meninas na Ciência/FAPEAM) foi iniciado em dezembro de 2021. Durante o período do ensino remoto emergencial, foram realizadas as ações necessárias ao planejamento da abordagem prática com o público-alvo, alunos do ensino médio integrado, tão logo fossem retomadas as aulas presenciais.

Visando contribuir para a Agenda 2030, os projetos vinculados ao NJS, desenvolvem ações voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente os de números 3 – Vida Saudável, 4 – Educação de Qualidade, 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e, 15 – Ecossistemas Terrestres e Biodiversidade (figura 1).

A proposta principal era desenvolver aplicações e recursos didáticos para a educação ambiental aliada à promoção da qualidade de vida, utilizando a ABP como método de ensino. A abordagem de pesquisa foi

qualitativa do tipo participante (Silva, Menezes, 2005 apud Matias-Pereira, 2007, p. 70; Gil apud Matias-Pereira, 2007, p. 72), com coleta de dados que utilizaram 2 tipos de instrumentos: questionários semiestruturados e rubricas analíticas.

Os questionários semiestruturados serviram para colher informações mais abrangentes sobre a percepção dos sujeitos da pesquisa acerca dos conceitos tratados e das abordagens de ensino, visando compreender melhor como os alunos se sentiram ao longo do projeto.

As rubricas analíticas, elaboradas com base em Mendonça e Coelho (2018), serviram para avaliar momentos diferentes das oficinas. Primeiro, o processo ensino-aprendizagem, de forma que cada oficina oferecia dados sobre como os alunos estavam desenvolvendo as atividades e, possivelmente, aprendendo com elas. O segundo momento, foi a avaliação do produto do projeto ABP que é chamado de artefato. A cada oficina, os artefatos apresentados eram avaliados pela rubrica específica e, ao final do projeto, o NJS já implantado foi apresentado à comunidade escolar, sendo também avaliado como o artefato final do projeto.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável articulados ao Nosso Jardim Sensorial no IFAM/CMC



Fonte: Adaptado de ONU-Brasil (2024).

Com base nos elementos da ABP escolhidos a partir de Bender (2014, p. 16-17) e adotados por Lopes, Lucena e Paes (2021, p. 14), as oficinas foram estruturadas contendo, ao menos, uma âncora, uma questão motriz, e um artefato. Todas as questões motrizes escolhidas buscaram primar pela autenticidade. Este elemento deve ser, aos olhos da equipe de pesquisadores do NJS, o principal foco de quem pretende

utilizar a ABP, pois é a conexão necessária entre a propositura e o contexto de vida, as situações reais, que podem gerar nos alunos uma identificação pessoal com aquilo que será estudado.

Nesse sentido, a autenticidade do projeto ABP guarda estreita relação com a Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS), segundo a qual, é imprescindível considerar a experiência de vida dos alunos, para que se possa gerar uma aprendizagem verdadeira construindo novos conhecimentos ancorados àqueles trazidos por eles. A aprendizagem só é significativa quando o aprendente se torna capaz de transformar a realidade pela aplicação dos conhecimentos em novas situações e problemas (Masini; Moreira, 2008, p. 48-49).

Outro fator importante para que as oficinas em ABP tivessem êxito foi primar pelo respeito e incentivo à autonomia dos alunos, e pela indução à aprendizagem colaborativa (figura 2). Como metodologia ativa, a ABP busca favorecer a busca por respostas, induz a afloração da criatividade e da percepção do outro como ator que instiga a criticidade, a autoavaliação e a autocrítica. Cabe ao professor, a mediação de possíveis conflitos que possam surgir nesse contexto.

Figura 2 - Principais elementos da ABP utilizados nas oficinas do Nosso Jardim Sensorial, IFAM-CMC



Fonte: As autoras (2023).

As oficinas do NJS articularam conteúdos de diferentes áreas para além das matrizes curriculares, possibilitando aos alunos a integração entre os conhecimentos prévios e as novas informações, de forma a

articular e desenvolver habilidades para aplicação em novos desafios apresentados ao longo do percurso (quadro 1).

Quadro 1 - Mobilização de conhecimentos e habilidades nas oficinas ofertadas pelo Nosso Jardim Sensorial

Oficinas	Conhecimentos	Habilidades	Série/Disciplinas do Ensino Médio em que são abordados no IFAM
Arte e Educação Ambiental	Biodiversidade, Princípios estéticos e uso das cores	- Diferenciação de formas geométricas, simetria e uso das cores; - Desenvolvimento de habilidades finas (uso de pincel de pelo. Caneta posca, etc) para pintura dos vasos; - Aprendizagem colaborativa; - Respeito e cuidado com a natureza.	1ª – Biologia, Matemática, Artes (optativa)
Construindo nosso jardim sensorial	Solos, Diversidade vegetal e microbiana, interações ecológicas, fisiologia vegetal	- Relação entre composição do solo, flora vegetal e microbiana; - Uso de vidrarias de laboratório para montagem de perfil de solo; - Uso de microscópio e lupa para observação de organismos do solo. - Aprendizagem colaborativa; - Respeito e cuidado com a natureza.	1ª – Geografia, Física, Biologia 2ª – Biologia
Desvendando a química das plantas medicinais	Anatomia e fisiologia vegetal, química orgânica, cultura tradicional x conhecimentos científicos	- Uso de vidrarias e reagentes para identificação de compostos orgânicos vegetais; - Confeção de lâminas de histologia vegetal; - Uso de microscópio para observação e diferenciação de tecidos vegetais; - Busca de informações e discussão sobre o uso de plantas medicinais pelos povos tradicionais; - Aprendizagem colaborativa; - Respeito e cuidado com a natureza e a cultura tradicional.	1ª e 2ª – Biologia, Geografia, História 2ª – Biologia, Química Orgânica
Plantando conhecimento no mundo 4.0 – Parte I	Inglês básico, uso de notebooks e tablets	- Aprendizagem de software de produção de conteúdos (Canva) a nível de usuário; - Acessar bibliotecas digitais gratuitas com informações e imagens para produção de conteúdos sobre educação ambiental, plantas medicinais, interação solo-planta, etc.; - Aprendizagem colaborativa.	Não faz parte da matriz curricular
Conhecendo a microbiota do meu jardim	Diversidade microbiana de solos e água, ecologia, educação ambiental	- Coleta e cultivo de microorganismos do solo e da água; - Uso correto de equipamentos em laboratório de microbiologia; - Compreensão das relações ecológicas; - Conhecimento da biodiversidade; - Aprendizagem colaborativa; - Respeito e cuidado com a natureza.	2ª – Biologia, Química Ambiental
Plantando conhecimento no mundo 4.0 – Parte II	Inglês básico, uso de notebooks e tablets	- Aprendizagem de software de modelagem 3D a nível de usuário; - Acessar bibliotecas digitais gratuitas com modelos e adaptá-los para aplicações no jardim sensorial; - Aprendizagem de manejo de impressoras 3D – básico; - Aprendizagem colaborativa.	Não faz parte da matriz curricular
Procurando o Desenvolvimento Sustentável	Conceito de Desenvolvimento Sustentável, agenda 2030 e ODS.	- Compreender conceitos e inter-relações entre os ODS para alcançar o Desenvolvimento Sustentável para todos; - Associar as ações realizadas na construção do jardim sensorial com os ODS; - Aprendizagem colaborativa; - Criatividade e expressão oral.	1ª – Geografia, 2ª - Biologia

Fonte: Lucena (2022).

Como principais resultados do projeto, de uma forma mais sucinta, foi visível o engajamento dos alunos em todas as etapas (figura 3).

Figura 3 - Atividades “mão na terra” durante a construção do Nosso Jardim Sensorial, IFAM-CMC.

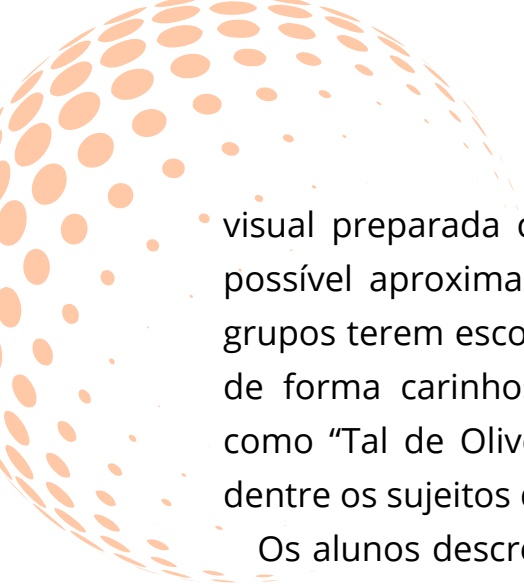


Foto: As autoras (2022).

O trabalho em grupo destacou as individualidades na divisão de tarefas, a integração interna nos grupos para o aprendizado coletivo, e no desenvolvimento de ideias e habilidades que foram surgindo à medida em que as questões motrizes de cada oficina eram apresentadas.

Entre as oficinas 4 e 5, ficou evidente o acúmulo de uma quantidade considerável de conceitos e ações desenvolvidas e que seria necessária uma parada estratégica. Organizou-se então uma oficina intitulada Pit Stop do Conhecimento. Nela, os grupos sistematizaram suas aprendizagens utilizando a plataforma on line gratuita Canva®. O artefato do dia foi a partilha com apresentação oral de todos os grupos.

Nas apresentações, foram observadas mudanças comportamentais na desenvoltura, melhora da autoconfiança, habilidades de expressão oral com formulações mais elaboradas e uso de termos técnico-científicos, além da criatividade demonstrada na estrutura da representação



visual preparada com o uso do Canva®. Do ponto de vista de uma possível aproximação com a natureza, destacou-se o fato de alguns grupos terem escolhido plantas cultivadas no NJS e as terem nomeado de forma carinhosa, com significados particulares ao seu universo, como “Tal de Oliver” e “Boldo Davi”. Digno de nota é que não havia dentre os sujeitos de pesquisa, ninguém com esses nomes.

Os alunos descreveram em suas apresentações a sensação de bem-estar que sentiam ao participar do projeto. Segundo eles, isso ocorria devido ao contato direto com a natureza, que promovia relaxamento e tranquilidade, reduzindo o estresse do dia a dia. Alguns enfatizaram a relação das oficinas com a saúde. Embora esse aspecto não tivesse sido abordado diretamente em nenhuma das oficinas, para eles ficou claro o motivo de utilizarmos equipamentos de proteção (luvas, avental, óculos, etc.) durante as atividades. Esse entendimento se aprofundou durante a prática de ubiquidade microbiana na oficina 5, que ocorreu após o Pit Stop do Conhecimento.

Durante as atividades realizadas, muitos alunos refletiam sobre o método utilizado e comentavam com os pesquisadores, por exemplo, “Como é possível que esse assunto pareça tão complicado em sala de aula, mas aqui nós aprendemos com tanta facilidade?”. Infere-se que a abordagem prática e interativa das oficinas, aliada ao ambiente acolhedor do NJS, facilitava a compreensão e assimilação de conceitos que antes pareciam difíceis e abstratos. A autonomia e a autoconfiança se destacaram ainda no engajamento dos sujeitos para participar de atividades públicas, como a Semana Acadêmica de Biologia, organizando uma exposição do projeto com distribuição de mudas e interação direta com os visitantes.

Resultados não previstos inicialmente foram relacionados à inclusão em dois aspectos:

1) o projeto possibilitou a inclusão digital dos sujeitos da pesquisa, dando-lhes oportunidade de manusear os notebooks do laboratório IFMaker/CMC, aprender a realizar buscas de informações científicas em sites confiáveis, editar textos e apresentações, assim como acessar conhecimentos relacionados à impressão 3D.

2) A percepção da necessidade de incluir o outro, uma abordagem que não havia sido feita diretamente nos materiais didáticos produzidos pelo projeto, surgiu naturalmente. Nas oficinas relacionadas à impressão 3D, duas situações manifestaram a preocupação dos sujeitos com a inclusão. A primeira, foi a disposição de produzir um roteiro e um vídeo para explicar as diferenças entre células animais e vegetais, cuja justificativa foi ajudar os colegas da turma que tinham dificuldade para entender esse conteúdo de Biologia. A segunda, foi a ideia de incluir a sinalização em Braille nas plaquetas de identificação dos canteiros (figura 4).

As situações acima indicam um momento importante da ABP que deve integrar as etapas do projeto, o *brainstorming*. Isto se refere à discussão interna nos grupos de trabalho que deve ocorrer para a tomada de decisão sobre como responder à questão motriz, qual o melhor caminho para a elaboração do artefato. Durante essa discussão, o papel docente é orientar, formular novas perguntas para as dúvidas dos alunos ao invés de respondê-las. É importante valorizar todas as ideias que surgem e levá-los a refletir sobre os prós e os contras de cada uma. É uma etapa crucial no desenvolvimento da autonomia, criticidade, partilha e respeito à coletividade.

Figura 4 - Artefatos da impressão 3D e o despertar inclusivo com a produção espontânea de um vídeo sobre as células e a sinalização em Braille nas plaquetas dos canteiros.

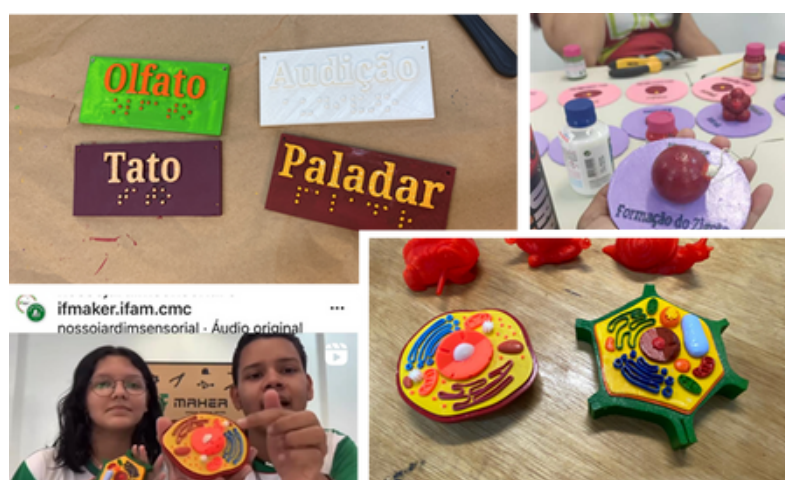
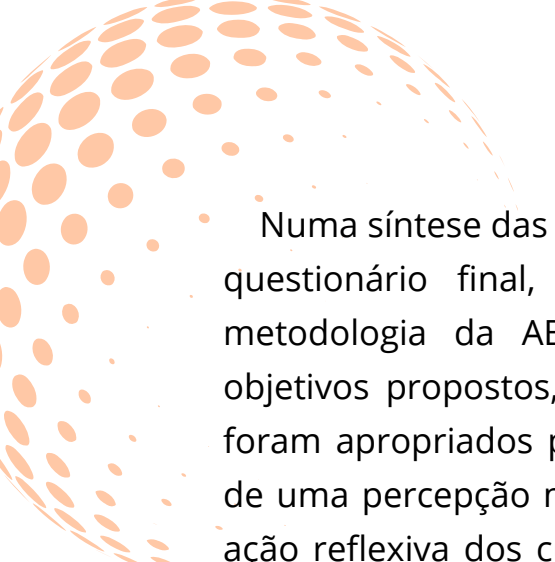


Foto: As autoras (2022).



Numa síntese das percepções dos sujeitos da pesquisa, colhidas pelo questionário final, destacaram-se alguns trechos que apoiam a metodologia da ABP como estratégia adequada para atingir os objetivos propostos, assim como indicam que os recursos utilizados foram apropriados para destacar a perspectiva da sustentabilidade e de uma percepção mais abrangente do cuidado com o planeta, como ação reflexiva dos cuidados consigo mesmos. Abaixo, seguem quatro destaques de suas respostas:

Sujeito 1 - "...as aulas do jardim sensorial... me fizeram entender os conteúdos em apenas uma aula, aprendemos de uma forma simples e com exemplos que nós mesmos fizemos."

Sujeito 2 - "...quando se trabalha de forma prática, é mais fácil de entender o conteúdo justamente porque você está fazendo aquilo, praticando uma ação."

Sujeito 3 - "...como melhor entender a relação entre a planta e o sensorial do que pondo a mão na massa?!"

Sujeito 4 - "...as práticas realizadas foram muito importantes para mim, para poder conhecer um pouco mais sobre a interação do solo com as plantas em um meio e perceber que no solo, há vários microrganismos que ajudam direta e indiretamente outros seres, sendo importantes para todo o planeta."

A análise das respostas às questões abertas indicou categorias facilmente perceptíveis: facilitação/aceleração da aprendizagem, importância da prática para a compreensão, ampliação da percepção da natureza e das interações dos seres vivos. Esses resultados se alinham a outros trabalhos que se utilizaram de metodologias ativas para a EA e EDS (Rosa, 2017; Balduino Júnior et al., 2024).

2.1 Desdobramentos do NJS

Após a implantação do NJS e com a divulgação constante das oficinas e resultados do projeto pela conta do instagram @nossojardimsensorial e pelo sítio eletrônico ppget@ifam.edu.br

surgiram demandas de outros docentes para uso de matéria prima vegetal dos canteiros em aulas práticas, para visitas com alunos da pós-graduação, e pedidos externos de visitas guiadas com turmas de escolas da rede municipal e estadual.

O NJS desenvolveu o projeto de extensão Clube do Jardim Sensorial (PIBEX 2022-2023) com atendimento a 5 escolas públicas. Após contato inicial, foi pedido o perfil dos alunos visitantes (série, número de alunos, se existem alunos inclusivos e o tipo de necessidade especial, outros) e a finalidade da visita. A partir daí, formularam-se roteiros dedicados a cada situação específica, escolhendo desde o tipo de atividades que seriam realizadas, até a duração e a organização de um lanche para estimular o sentido do paladar, utilizando algumas espécies de plantas alimentícias não-convencionais (PANC), sucos e chás da flora regional.

Na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2023, o NJS organizou a exposição Micromundo do Jardim Sensorial, com amostras de bactérias e fungos isolados de plantas e solos dos canteiros cultivados. O objetivo era mostrar a diversidade de seres vivos invisíveis do jardim como um pequeno exemplo de sua importância para os biomas da Terra. Foram usadas diversas tecnologias, desde as convencionais da área de microbiologia, até as ferramentas digitais de comunicação e informação (áudio, vídeo, uso de QR codes, etc). A exposição funcionou das 9h às 11h durante 4 dias, e recebeu mais de 200 visitantes (figura 5).

Figura 5 - Exposição Micromundo do Jardim Sensorial

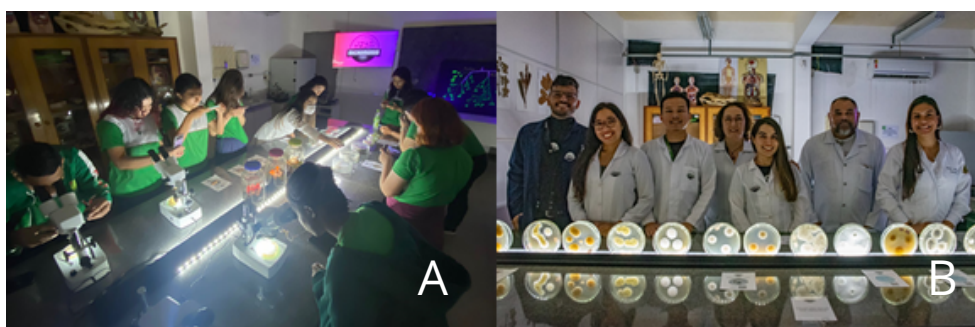
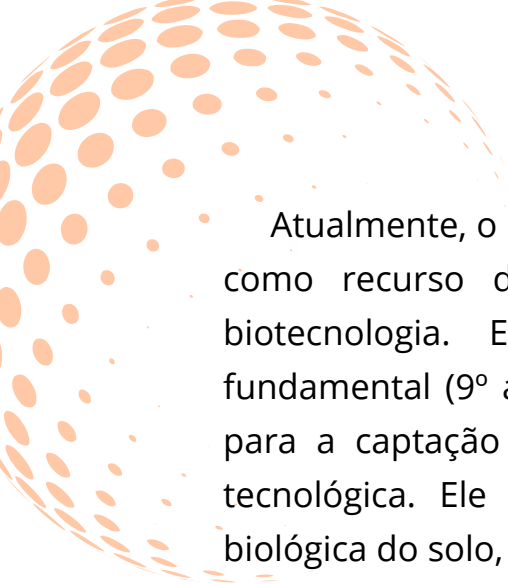


Foto A: Autoria própria (2023)

Foto B: Mateus Pantoja (2023).



Atualmente, o NJS desenvolve um projeto que expande o uso do NJS como recurso de pesquisa aplicada tanto ao ensino quanto à biotecnologia. Estão sendo testados roteiros para o ensino fundamental (9º ano) utilizando conhecimentos químicos e biológicos para a captação de futuros alunos para a educação profissional e tecnológica. Ele prossegue ainda com a caracterização química e biológica do solo, das plantas e dos microorganismos do NJS.

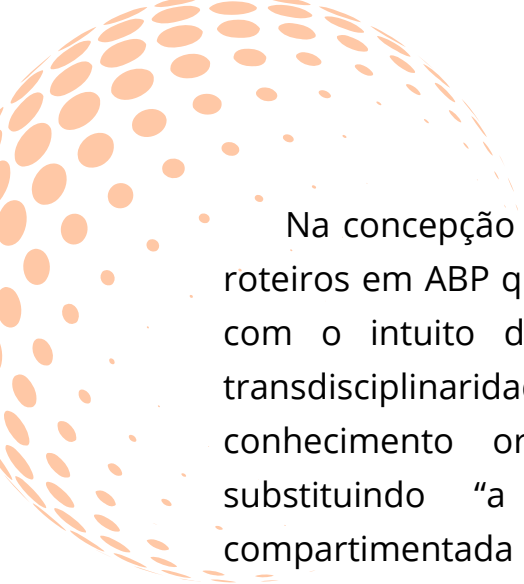
A relevância do projeto atual reside em sua contribuição para a formação de uma consciência sustentável, utilizando as plantas medicinais do NJS para a EA e a EDS, e introduzindo a percepção de que o desenvolvimento tecnológico deve respeitar o planeta, pelo bem dessa geração e das gerações futuras.

Outros docentes do CMC têm orientado alunos utilizando o NJS como recurso em projetos de iniciação científica, de extensão, trabalhos de conclusão de curso das Licenciaturas, assim como projetos de conclusão de curso técnico (PCCT). Essa diversidade de usos do jardim sensorial reforça a transversalidade de suas aplicações. É uma pequena amostra da relevância que um espaço para a natureza dentro de uma escola pode fazer pela aprendizagem e desenvolvimento de múltiplas habilidades.

3 REFLEXÕES

Com base no breve relato sobre a implantação do NJS e no material apresentado no quadro 1, pode-se observar algumas perspectivas para a adoção de práticas sustentáveis na escola que partem da adaptação dos roteiros em ABP para cada contexto específico de ensino.

Muito se fala sobre interdisciplinaridade, mas, na prática, observam-se desafios difíceis de serem suplantados devido a um conjunto de fatores que vão desde a formação docente até a infraestrutura do ensino e a gestão escolar, com salas de aula lotadas e jornadas exaustivas de trabalho docente que impossibilitam momentos de integração entre professores de diferentes disciplinas para planejar as mudanças e as intervenções necessárias (Shaw; Rocha, 2019).

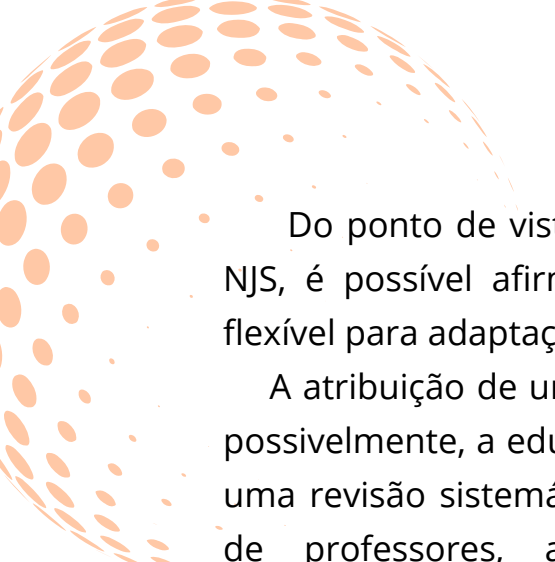


Na concepção dos projetos vinculados ao NJS, buscou-se formular roteiros em ABP que integrassem conteúdos de várias áreas do saber, com o intuito de favorecer uma abordagem transdisciplinar. A transdisciplinaridade supera os limites e modelos da estrutura do conhecimento organizado em "disciplinas" e "especializações", substituindo "a visão hierárquica, homogênea da ciência, compartimentada em domínios fechados, por uma reconfiguração sintética e uma contextualização dos conhecimentos que são não lineares, complexos, heterogêneos" (Jodelet, 2016). Na transdisciplinaridade importam tanto os saberes de especialistas, como também dos atores sociais e se valoriza, portanto, cada comunidade local onde a escola está inserida.

Uma situação típica de escolas rurais da Amazônia, são as turmas multisseriadas onde alunos de diferentes faixas etárias e séries convivem em uma única sala e com um único professor para todas as disciplinas. Silva (2021) destaca a precariedade de infraestrutura escolar, a necessidade de formação continuada, e da adoção de metodologias e técnicas de ensino que auxiliem os docentes a alcançarem maior êxito no ensino e aprendizagem com seus alunos.

Seria uma oportunidade e um desafio ao mesmo tempo, a implantação de um modelo de ensino que considerasse a transdisciplinaridade com a construção coletiva de um jardim sensorial. Oportunidade de desenvolver habilidades nos mais jovens aproveitando os saberes dos alunos mais velhos, é desafiador para o professor que precisa ter um domínio mais amplo de diversos campos do conhecimento. A estratégia teria que ser planejada e construída a partir das experiências dos próprios professores, em um esforço coletivo.

O estímulo à adoção de metodologias ativas de ensino, segue uma tendência global retratada em documentos da educação brasileira (Brasil, 2017) e nos referenciais estadual e municipal que replicam seus fundamentos, e tentam incluir adaptações ao contexto loco-regional. Entretanto, quais metodologias ativas podem ser eficazes no contexto amazônico de educação? E em quais contextos específicos?



Do ponto de vista da ABP, aplicada no projeto de implantação do NJS, é possível afirmar que se trata de uma metodologia bastante flexível para adaptação a diferentes realidades.

A atribuição de um caráter transdisciplinar aos roteiros favoreceria, possivelmente, a educação indígena. Segundo Suanno et al. (2021), em uma revisão sistemática sobre educação escolar indígena e formação de professores, a transdisciplinaridade caracteriza o ensino, contextualizando e integrando saberes tradicionais e científicos. A transmissão do conhecimento adquire uma perspectiva não segmentada, completa e abrangente, o que pode ser observado claramente no convívio com a natureza.

O projeto do Nosso Jardim Sensorial, em todos os seus desdobramentos para o ensino, a pesquisa e a extensão, deixa como palavras finais as potencialidades de sua aplicação nas escolas amazônicas, com a flexibilização e adaptações necessárias aos roteiros já aplicados e aos que ainda estão em fase de desenvolvimento. Ressalta que não se trata de um jardim com finalidade paisagística, mas que altera sim, a paisagem das relações humanas com a natureza. A palavra de ordem é a colaboração, o fazer coletivo como estratégia sustentável de sobrevivência e valorização de todos os seres vivos do planeta, possibilitando um futuro viável para todas as espécies.

REFERÊNCIAS

BALDUÍNO JUNIOR, A. L.; DUARTE, R. N.; RODRIGUES, M. B. C.; BALDUÍNO, T. Y.; MIQUELLUTI, D. J.; CAMPOS, C. G. C.; CAMPOS, M. L. Educação ambiental e para sustentabilidade no ensino médio: uma revisão sistemática. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. e4628, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n6-165. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/4628>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BENDER, William N. **Aprendizagem Baseada em Projetos**: Educação Diferenciada para o Século XXI. Tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: Penso, 2014.

CARVALHO, Carla Suzana Pinheiro de. **O jardim sensorial**: um recurso para a estimulação sensorial de surdocegos. Dissertação (Mestrado em Educação

Especial). Instituto Politécnico de Lisboa. Escola Superior de Educação de Lisboa. Lisboa, Portugal. 2011. 180p. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/817> Acesso em: 15 jan. 2024.

JODELET, Denise. A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo (SP), v. 46, n. 162, p. 1258-1271, out/dez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SSz3qFrS7XhwzstT867s9NQ/?lang=pt> Acesso em: 30 mai. 2024.

LOPES, Larima Naama Ferreira; LUCENA, Juliana Mesquita Vidal Martínez de; PAES, Lucilene da Silva. **Educação ambiental e saúde baseada em ABP**. Produto educacional (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2021. 66p. Disponível em <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/763>. Acesso em: 30 maio 2024.

LUCENA, Juliana Mesquita Vidal Martínez de. **Relatório Técnico Final do Projeto de Pesquisa Uso de um jardim sensorial na educação em saúde**. Aprovado em 27/10/2023 pela Decisão N. 683/2023 do Conselho Diretor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Manaus, 2022. 25p. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/17340/#/p:63/e:17340>. Acesso em: 30 maio 2024.

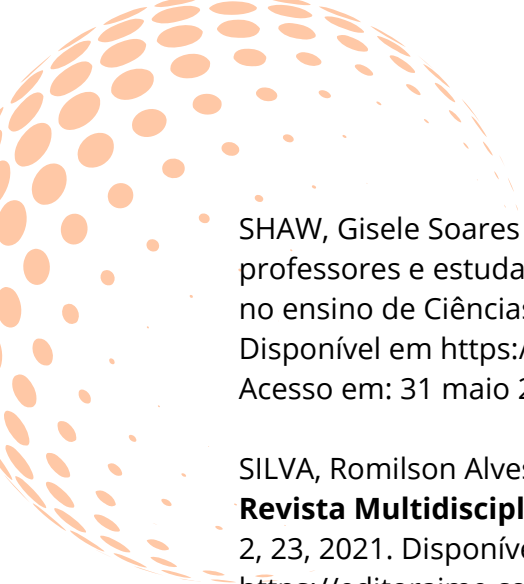
MARIEB, Elaine N.; WILHELM, Patricia Brady; MALLAT, Jon. Anatomia Humana. Tradução: Lívia Cais, Maria Silene de Oliveira e Luiz Cláudio Queiroz. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. 914 p.

MASINI, Elcie F. Salzano; MOREIRA, Marco Antonio. **Aprendizagem significativa: condições para ocorrência e lacunas que levam a comprometimentos**. 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2008. 296p.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007. 151p.

MENDONÇA, Andréa P.; COELHO, Iandra Maria W. da S. Rubricas e suas contribuições para a avaliação de desempenho de estudantes. *In*: SOUZA, A. C. R. de et al. **Formação de professores e estratégias de ensino: perspectivas teórico-práticas**. Curitiba: Appris, p.109-125. 2018.

ROSA, Sandra Helena da Silva. **Educação Ambiental baseada em Projetos: Uma aplicação no Ensino Médio e Fundamental**. 2017. Dissertação (Mestrado em Projetos Educacionais de Ciências) - Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena, 2017. doi:10.11606/D.97.2018.tde-03122018-173247. Acesso em: 28 jun, 2024.



SHAW, Gisele Soares Lemos; ROCHA, João Batista Teixeira da. Visões de professores e estudantes de licenciatura e os desafios da interdisciplinaridade no ensino de Ciências. **Vidya**, Santa Maria (RS), v. 39, n. 1, p. 73-89, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/2627>. Acesso em: 31 maio 2024.

SILVA, Romilson Alves da. Classes multisseriadas nas escolas da Amazônia. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, Fortaleza (CE), v. 2, n. 2, 23, 2021. Disponível em: <https://editoraime.com.br/revistas/index.php/rema/article/view/867>. Acesso em: 31 mai. 2024.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; OLIVEIRA, Fabiane Lopes de; KARAJÁ, Vanessa Hatxu de Moura; OLIVEIRA, Sheila Santos. Transdisciplinaridade na educação escolar indígena bilingue e intercultural: escola como espaço de ciência com consciência e saberes ancestrais. **Humanidades & Inovação**, Palmas (TO), v. 8, n. 42, p. 9-20, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5872>. Acesso em: 31 mai. 2024.

TUKANO, Naiara. **Mesa de abertura do VI Seminário Internacional ARTE!Brasileiros**. Transcrição disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/seminario/ailton-krenak-naiara-tukano-antonio-nobre-falam-natureza-e-cultura-seminario-artebrasileiros/>. Acesso em: 30 maio 2024.

ZYLSTRA, Matthew J., Andrew T. KNIGHT, Karen J. ESLER, Lesley L. L. LE GRANGE. Connectedness as a core conservation concern: an interdisciplinary review of theory and a call for practice. **Springer Science Reviews**, 2, 119–143, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40362-014-0021-3>. Acesso em: 14 jan. 2024.



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL



CAPÍTULO 7

Experiência como ouvinte da mesa-redonda: Educação e inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena

LUCY LANY RIBEIRO GUSMÃO

Graduada em Licenciatura Plena em História,
Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira,
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT),
bolsista FAPEAM, Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro



LUCY LANY RIBEIRO GUSMÃO
<http://lattes.cnpq.br/6668762192922859>

Experiência como ouvinte da mesa-redonda: Educação e inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena

RESUMO

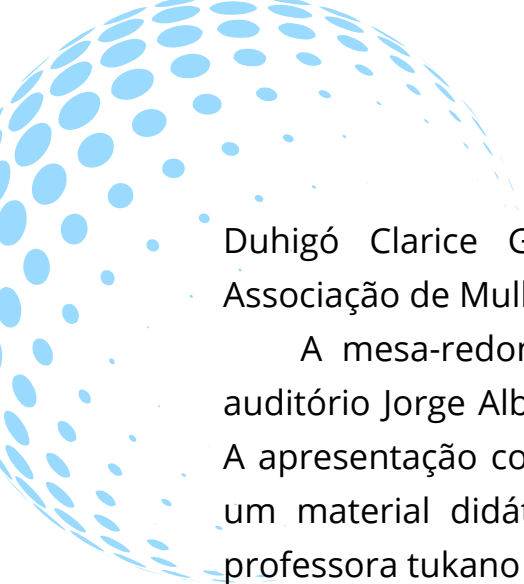
O relato de experiência buscou refletir a respeito da temática da mesa-redonda intitulada “Educação e inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena”, que contou com exímias contribuições pelos convidados. A atividade desenvolvida foi parte do evento da “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças”, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (NEABI-CMC). Tendo como base a escuta da mesa-redonda e a literatura existente em relação a abordagem das temáticas indígenas foi repensado especificamente os impactos da Lei n. 11.645/2008 e do evento realizado pelo NEABI.

Palavras-chave: Lei n. 11.645/2008; história e cultura afro-brasileira e indígena; currículo.

1 INTRODUÇÃO

O evento da “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças” foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Campus Manaus Centro e promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (NEABI-CMC), ocorreu nos dias 09 e 10 de novembro de 2023 e contou com diversas atividades, como a exposição de pinturas em tela, palestras, mesa redonda, mostras de artesanato e atividades culturais envolvendo danças, canto e declamação de poesias.

Dentre as atividades desenvolvidas, irei me deter nas reflexões formadas a partir da mesa redonda Lei n. 11.645/2008 - Educação: inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena, que foi composta por Estélio Lopes Cardoso – Munduruku, membro do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM), Maryluce Pereira de Almeida – guia do Museu do Índio,



Duhigó Clarice Gama da Silva Arbella – Tukano, diretora da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN).

A mesa-redonda foi realizada no segundo dia do evento, no auditório Jorge Alberto Furtado no Campus Manaus Centro do IFAM. A apresentação contou com o uso de slides em alguns momentos e um material didático elaborada em língua indígena utilizado pela professora tukano Clarice.

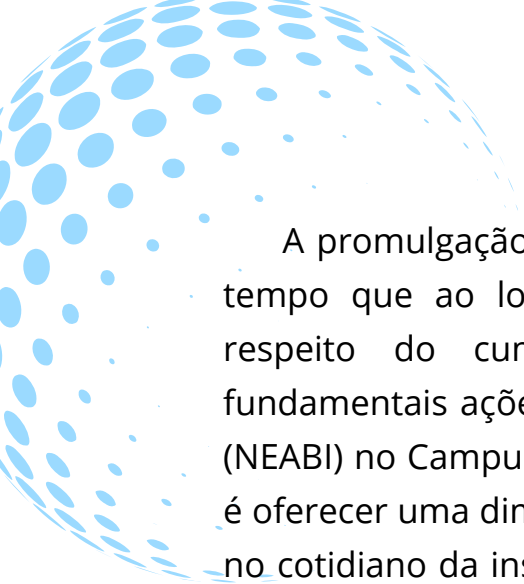
O objetivo do relato é articular o debate da mesa redonda com a Lei n. 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura dos povos indígenas brasileiros em todo o currículo da educação básica.

A Lei n. 11.645/2008 é um dos instrumentos que fazem parte de uma ação mais ampla das políticas de ações afirmativas para o fortalecimento de uma educação das relações étnico-raciais. Evidentemente esse instrumento legal fornece inúmeras possibilidades para promoção de uma educação que dialogue com a produção dos saberes indígenas.

Portanto, o relato de experiência se justifica pela necessidade de ampliar mais as perspectivas do alcance dessas leis, sobretudo quando ocupamos um espaço que busca trabalhar as relações étnicas-raciais dentro das possibilidades ofertadas pela legislação.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI N. 11.645/2008 E NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA (NEABI)

Passaram-se 16 anos desde a aprovação da Lei n. 11.645/2008, que entrou em vigor no dia 10 de março do ano de 2008 ampliando a lei 10.639/2003 que regulamenta a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira, a primeira institui especificamente as temáticas indígenas nos currículos escolares, conquista que foi reflexo das mobilizações sociais que buscavam reconhecimento e valorização das histórias e culturas indígenas nos currículos escolares não indígenas.



A promulgação, sem dúvidas, é um passo importante, ao mesmo tempo que ao longo dos anos surgem inúmeras inquietações a respeito do cumprimento dessas leis. Neste contexto, são fundamentais ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) no Campus Manaus Centro, pois um dos objetivos do Núcleo é oferecer uma dimensão concreta das ações das políticas afirmativas no cotidiano da instituição, além de contribuir para a prática de uma educação antirracista, que atravessa a sala de aula e envolve a instituição como um todo.

Nesse sentido, ao descrever o processo de implementação do NEABI-CMC, Serra et al. (2020) aponta que a interdisciplinaridade orienta as práticas de trabalho e estudo do Núcleo.

A abordagem perpassa a composição do currículo integrado enquanto proposta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) na forma integrada, ou seja, é a proposta de currículo que orienta os cursos técnicos do ensino médio na forma integrada.

Desta maneira, a articulação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro com uma proposta institucional curricular que busca uma formação humana mais integrada pode possibilitar frutíferas experiências de práticas de ensino que podem ser pensadas a partir dos propósitos que a Lei n. 11.645/2008 coloca, pois, o texto legislativo traz que a história e cultura afro-brasileira e indígena deve ser trabalhada em todo o currículo (Brasil, 2008).

Tendo em vista contribuir com a formação humana e integral dos alunos do Campus Manaus Centro, como uma de suas ações, o NEABI-CMC realizou o evento “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças”. O evento foi marcado por uma série de atividades, dentre essas a mesa-redonda na qual foi discutida a inclusão da história e cultura dos povos indígenas no currículo, tendo como público-alvo toda a comunidade acadêmico-escolar do Campus e palestrantes personalidades indígenas esidentes na nossa cidade de Manaus.

2.1 Mesa-redonda: Educação e inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena

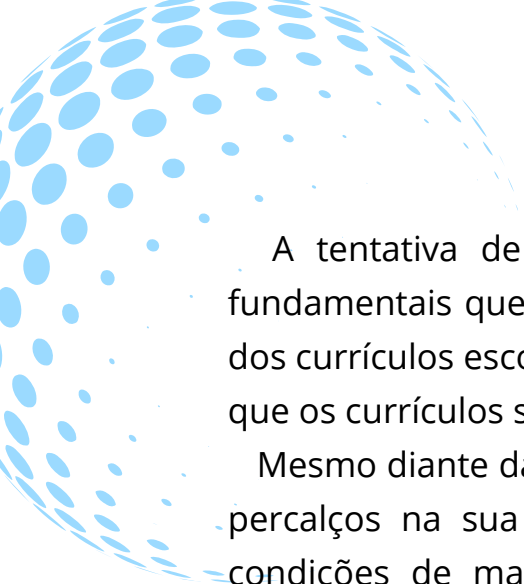
As contribuições da mesa-redonda de forma geral nos convocam para a importância de pensar epistemologias no currículo que fogem da perspectiva predominantemente eurocêntrica, carregada de uma série de representações estereotipadas dos povos indígenas. Se torna cada vez mais urgente uma postura crítica perante o ensino da história e da cultura dos povos indígenas. Ao falar desses povos, Baniwa (2019, p. 88) coloca

São povos falantes de suas línguas próprias, gozam de autonomia etnopolítica no interior de seus territórios e decidiram dar continuidade aos seus modos próprios de vida, por meio de suas culturas, tradições, sistemas educativos, econômicos, políticos e religiosos.

Pensar nas abordagens dessas histórias no contexto escolar se faz imprescindível tendo em vista o contexto da nossa localidade, enquanto diversidade amazônica.

Uma outra fala que reverberou na atividade da mesa redonda foi a relação de descaso do Estado para com as populações indígenas, o Estado através da Constituição de 1988, atualmente, em vigor trata em um de seus artigos que somos iguais perante a legislação, além de reconhecer em outros artigos a sociodiversidade brasileira. Perante o histórico do genocídio das populações indígenas, reconhecer é um passo importante, mas não garante plenamente os direitos desses povos.

Ainda são fortes os discursos e as práticas, predominantemente, baseados na perspectiva de universalização dos direitos, uma parte das vezes não dando importância às especificidades dos direitos indígenas ou os colocando como se fossem direitos complementares aos direitos humanos (Baniwa, 2019).



A tentativa de homogeneização desses povos ou dos direitos fundamentais que lhe são próprios acaba perpassando a construção dos currículos escolares, uma vez que é a partir das relações de poder que os currículos são engendrados (Silva, 2016).

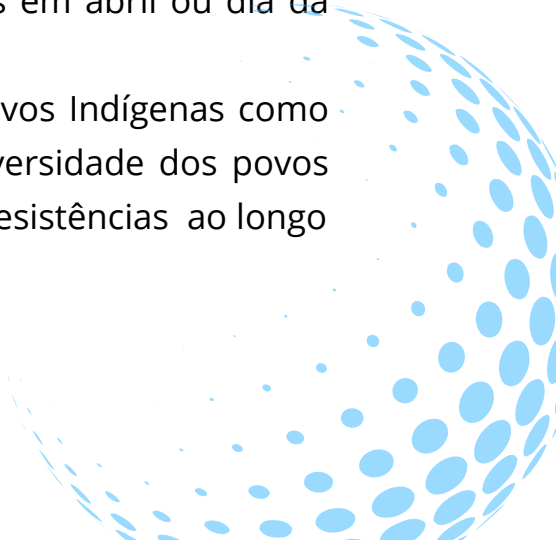
Mesmo diante da obrigatoriedade das referidas leis, existem muitos percalços na sua efetivação, desde questões estruturais como as condições de materiais do trabalho docente, quanto a formação inicial e continuada, a disponibilidade de tempo para a leitura e pesquisa dessas temáticas para um planejamento mais adequado.

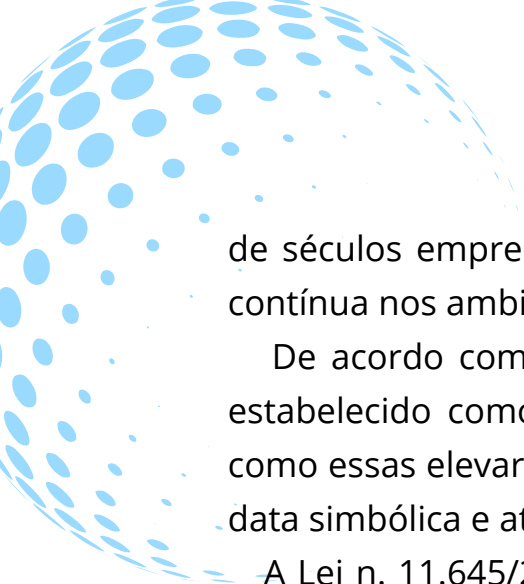
É importante também que se reconheça a necessidade do compromisso social e político para que se veja o sentido nas problematizações em torno do currículo e no planejamento, o desconhecimento das questões é uma das maiores questões a serem enfrentadas (Nascimento, 2019). Esse desconhecimento não deixa de ser um dos impactos de se ter ênfase em uma perspectiva histórica única, que geralmente é de base eurocêntrica.

A falta de conhecimento também sobre as leis, seja de instituições de ensino ou dos educadores é um dos reflexos de como o cumprimento vem ocorrendo de maneira lenta ao longo do tempo. Conforme Brighenti (2015) isso revela a necessidade de fiscalização do cumprimento da lei para uma maior efetividade.

Dialogando com contexto mais local, Junior e Silva (2023) apresentaram estudos sobre a aplicação da Lei n. 11.645/2008 em um dos *campi* do IFAM envolvendo pesquisas com discentes, docentes e pedagogos, a fim de tratar a questão do preconceito étnico. Os resultados mostram a necessidade de um maior tratamento referente aos desdobramentos da lei para além de datas comemorativas, como o dia dos povos indígenas em abril ou dia da consciência negra em novembro.

Pensar no dia 19 de abril, que é o Dia dos Povos Indígenas como uma data apenas para celebrar e valorizar a diversidade dos povos originários é não considerar as diversas lutas e resistências ao longo





de séculos empreendidas por esses povos. Deve ser uma discussão contínua nos ambientes formais e não-formais de ensino.

De acordo com Cardoso Munduruku (2024), o dia 19 deveria ser estabelecido como um feriado nacional. A importância de medidas como essas elevaria o grau de importância que iria para além de uma data simbólica e até tratada ainda através do folclórico.

A Lei n. 11.645/2008 é considerada um marco, que pode trabalhar pontualmente o estigma da inferioridade e do exótico na educação étnico-racial. Existem outros documentos oficiais que contribuem para as orientações desse ensino, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas e Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica.

No geral, para a fiscalização da efetividade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 é necessária a mobilização de diversas instâncias competentes no acompanhamento dessa implementação e seus principais efeitos.

3 REFLEXÕES

A mesa redonda e as demais atividades foram vitais para refletirmos ainda mais sobre a sociodiversidade dos povos indígenas presentes na realidade amazônica. A escuta dos relatos de experiências de reconhecimento de identidade indígena, as palestras que destacaram pesquisas e os projetos com temáticas da educação indígena na pós-graduação. As intervenções culturais, como a apresentação de dança da etnia Tukano e entre outras atividades, que propiciaram uma tarde cheia de riqueza e emoção para quem prestigiou.

A figura 1 representa esse belíssimo momento de uma das danças apresentadas.

Figura 1 - Dança da etnia Tukano

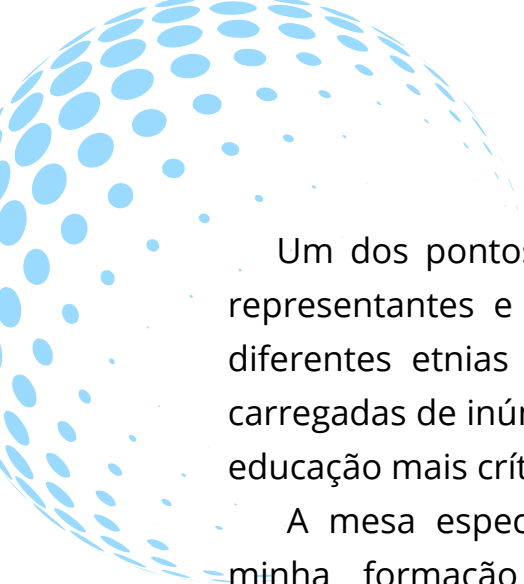


Foto: Autoria própria (2023)

Figura 2 - Esta autora e a presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro em Manaus (AMARN)



Foto: Autoria própria (2023)



Um dos pontos altos de ter participado do evento foi conhecer representantes e ativistas dos movimentos indígenas a partir das diferentes etnias presentes na nossa região, que trouxeram falas carregadas de inúmeras potencialidades para a compreensão de uma educação mais crítica das relações étnico-raciais.

A mesa especificamente analisada contribuiu significativa para minha formação enquanto educadora, me instigou a buscar referências, como a professora Duhigó Clarice Gama da Silva Arbella, pude conhecer um pouco mais da atuação das mulheres indígenas no Alto Rio Negro e conhecer seus trabalhos em outros âmbitos. Assim como os demais participantes da mesa, destacaram a abordagem das pautas da história e cultura indígena em outros espaços de educação.


O evento contribuiu para ampliar as reflexões acerca das lacunas na minha formação acadêmica, ao longo dos anos, da minha graduação em História e reiterar a importância de construir conhecimentos que estejam alinhados a uma perspectiva antirracista.

O NEABI-CMC através desse evento conseguiu dar visibilidade a relevância das políticas afirmativas no âmbito da nossa sociedade e chamar atenção para as possibilidades de trabalho das relações étnico-raciais. Logo, o evento foi uma experiência que gerou diversos impactos positivos.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. Direitos humanos e direitos Indígenas na Perspectiva da Lei n. 11.645/2008. *In: Educação em rede: culturas indígenas, diversidade e educação*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. v. 7. p. 82-105. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/multimidia/publicacoes/pdf-educacao-em-rede-vol-7/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília,



2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 maio. 2024.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Decolonialidade, Ensino e Povos Indígenas: Uma reflexão sobre a Lei n. 11.645. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Lugares dos historiadores: velhos e novos historiadores, 28., 2015, Florianópolis. Anais...* Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1461007755_ARQUIVO_Artigo_XXVIII_SNH.pdf . Acesso em: 25 maio. 2024.

CARDOSO MUNDURUKU, Estélio. 19 de abril deveria ser um feriado nacional. **Norte em foco**. 2024. Disponível em: <https://nortemefoco.com.br/colunas/estelio-munduruku/19-de-abril-deveria-ser-um-feriado-nacional/>. Acesso em: 20 abril. 2024.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. A Lei n. 11.645/08 e o ensino da temática indígena: fundamentos e desafios de um currículo intercultural para uma sociedade pluriétnica. *In: Educação em rede: culturas indígenas, diversidade e educação*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. v. 7. p. 82-105. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/multimedia/publicacoes/pdf-educacao-em-rede-vol-7/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos; SILVA, Zenaide Batista da. O IFAM na obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira. *In: SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; AMAZONAS-PASSOS, Mirlândia Regina (org.). Negritude em pauta: relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola*. 1. ed. Manaus: NEABI-CMC ; EDIFAM, 2023. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1379>. Acesso em: 20 maio.2024.

SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; VALE, Damião Vasconcelos do; CARVALHO, Talita Pedrosa Vieira de; SANTOS, Ana Lúcia Mendes dos. Implementação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena no Campus Manaus Centro. *Nexus - Revista de Extensão do IFAM*, v. 6, n. 10, p. 81-89, 2022. Disponível em: <https://nexus.ifam.edu.br/index.php/revista-nexus/article/view/121>. Acesso em: 20 maio. 2024.



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL



CAPÍTULO 8

Vivências com povos indígenas em Manaus

FABRÍCIO FILIZOLA SOUZA


Mestre em Ensino Tecnológico, Professor EBTT,
Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro

JEAN NEGREIROS FERREIRA

Mestrando em Ensino Tecnológico, Professor EBTT,
Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro

JUVENAL SEVERINO BOTELHO

Mestre em Ensino Tecnológico, Professor EBTT,
Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro



FABRÍCIO FILIZOLA SOUZA

<http://lattes.cnpq.br/9552195362058392>

JEAN NEGREIROS FERREIRA

<http://lattes.cnpq.br/3972867569608516>

JUVENAL SEVERINO BOTELHO

<http://lattes.cnpq.br/9603963602108410>

Vivências com povos indígenas em Manaus

RESUMO

A propositura do relato tem como objetivo mostrar a experiência dos autores a partir da vivência com os povos indígenas na cidade de Manaus-AM, vivenciando especialmente, como eles se organizam no espaço urbano para fins de valorização de suas tradições culturais e a importância dessas experiências para nossa prática docente.

Palavras-chave: indígenas urbanos; comunidade Nações Indígenas; AMARN; cultura e cidadania.

1 INTRODUÇÃO

Este relato de experiência consiste numa abordagem abrangendo a Associação das Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN) e a comunidade Nações Indígenas, localizadas respectivamente, no bairro Villar Câmara, Zona Leste da cidade de Manaus e bairro Tarumã, Zona Oeste da cidade de Manaus, com o objetivo de relatar nossas vivências com esses povos, a partir de informações relacionadas as suas características e defesa de suas culturas no espaço urbano de Manaus. Nesta perspectiva, os autores deste relato, a partir do conhecimento adquirido nas vivências com estes indígenas, houve o fortalecimento das atividades docentes no Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro, no que tange a questão indígena.

É possível afirmar que a luta desses indígenas não se edifica sobre a lógica do acúmulo patrimonialista de capital, mas fundamentalmente na busca do direito à sobrevivência e qualidade de vida, afirmação étnica e social.

O relato abrangem a forma como essas comunidades se organizam no espaço urbano para fins de valorização de suas tradições culturais e a importância dessas experiências para nossa prática docente.

2 VIVÊNCIAS COM POVOS INDÍGENAS EM MANAUS

Na nossa participação em movimentos sociais organizados, reivindicando do poder público nas esferas municipal, estadual e federal melhorias nos setores de educação, saúde, moradia, etc. mostra que nas lutas de forma organizada é perceptível a participação indígena nesses movimentos, demonstrando elevado grau de consciência.

A Constituição de 1988 reconhece os índios e sua organização social, no Art. 231 a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos índios, indicando a existência de minorias nacionais e institui normas de proteção de sua dignidade ética.

Para contextualizar este relato, referenciamos a Associação das Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN), fundada no ano de 1987, com sede própria na Rua VI, casa 156, Conjunto Villar Câmara, Aleixo, Manaus-AM, que congrega mulheres da etnia tukano e também a comunidade Nações Indígenas, localizada no bairro Tarumã, Zona Oeste da cidade de Manaus, Amazonas.

A figura 1 apresenta a sede da AMARN.

Figura 1 - Sede da AMARN

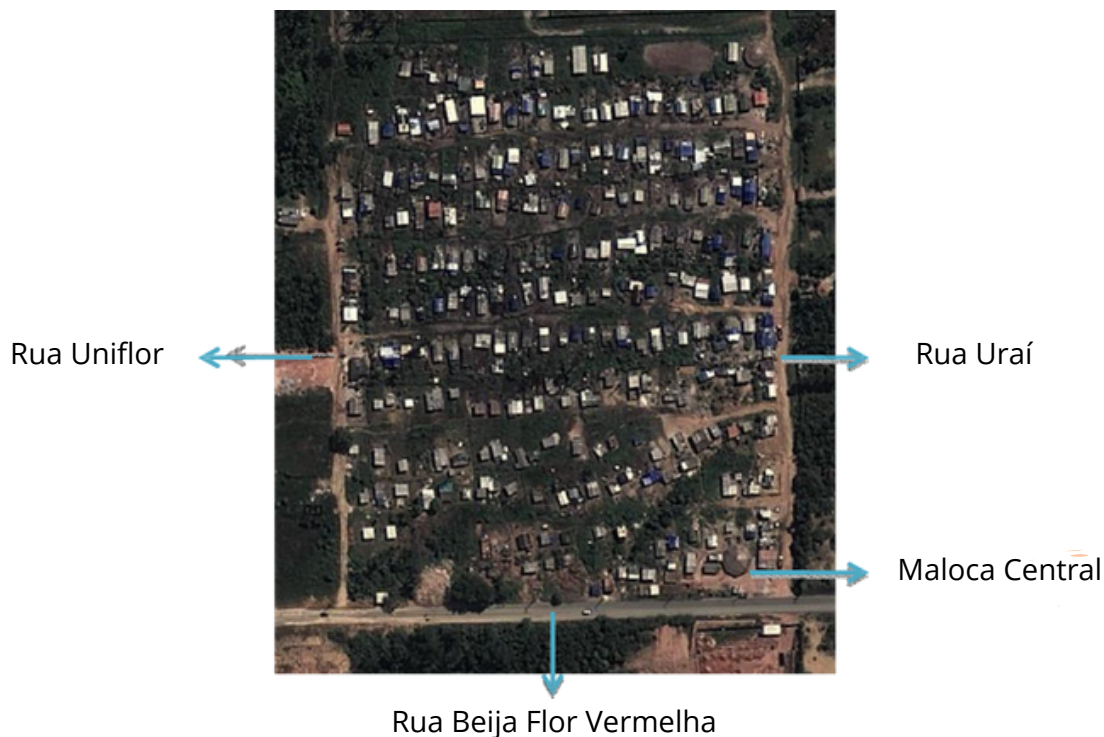


Foto: Arquivo dos autores (2023)

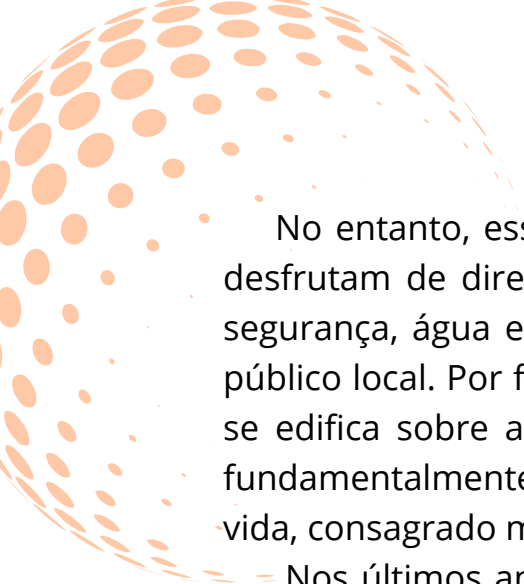
Neste sentido, compartilhamos a experiência com a Comunidade Nações Indígenas, assim como muitas comunidades indígenas urbanas em Manaus, esta reivindica seus direitos na cidade de Manaus. Acreditamos ser necessário compartilhar as configurações dessa comunidade étnica para fortalecer o compromisso com as demandas dos estudos que envolvem as questões étnico-raciais no espaço urbano.

É importante registrar que a comunidade Nações Indígenas foi originada no dia 19 de abril de 2011, data comemorativa do Dia do Índio. Sua principal característica é a existência de uma diversidade étnica de famílias indígenas oriundas de localidades variadas do Amazonas e de outros estados brasileiros. Muitas destas famílias já moravam em áreas urbanas de Manaus, no entanto em imóvel alugado e/ou em locais de riscos, sendo a migração para a comunidade Nações Indígenas uma oportunidade para fixação permanente e consagração da luta pela terra e qualidade de vida, a figura 2 define através do mapa sua localidade.

Figura 2 - Localização da comunidade Nações Indígenas na cidade de Manaus-AM



Fonte: *Google Earth* (2024)



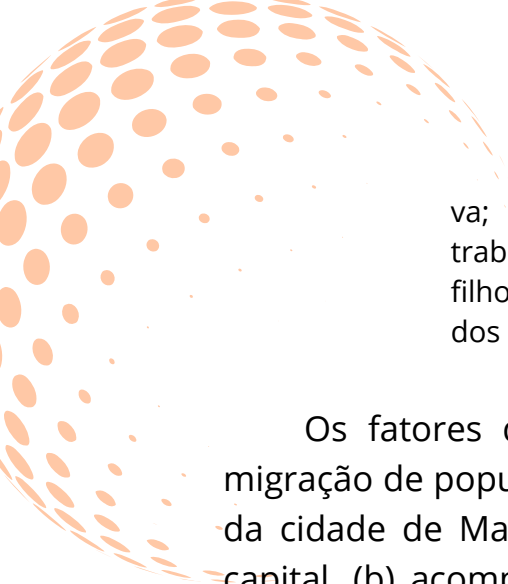
No entanto, essas famílias, mesmo residindo na cidade, ainda não desfrutam de direitos básicos como a infraestrutura de saneamento, segurança, água e energia elétrica, demonstrando ausência do poder público local. Por fim, é possível afirmar que a luta dessas famílias não se edifica sobre a lógica do acúmulo patrimonialista de capital, mas fundamentalmente na busca do direito à sobrevivência e qualidade de vida, consagrado mediante a posse da terra, afirmação étnica e social.

Nos últimos anos, o Amazonas vem presenciando a ocorrência de um fenômeno étnico-social um tanto peculiar e pouco caracterizado pela academia. Por sua importância, sobretudo no que diz respeito ao direito à terra e ao exercício da cidadania, tal fenômeno merece ser analisado mediante os preceitos científicos, livres da ótica do preconceito, muitas vezes reproduzido pela sociedade e enfatizada por parte da mídia local.

Na história do Amazonas, a figura indígena sempre esteve presente, desde a colonização até os dias atuais. Assim, é comum encontrarmos populações indígenas distribuídas por todo o Estado, sobretudo nos municípios interioranos. No entanto, a urbanização de populações indígenas em áreas tipicamente metropolitanas é um fenômeno relativamente recente e incomum. Para parte da sociedade estes grupos indígenas ainda são vistos como seres da floresta, cuja rotina e hábitos não se coadunam a vida nos grandes centros urbanos, permeada por lógicas e rotinas diferentes da realidade do índio.

São diversos os motivos que concorrem para a migração indígena para áreas urbanas. Segundo Cardoso de Oliveira (1993 apud Silva [s.d.], p.29), a atração pela cidade inicia com a assimilação do modo de vida que ela oferece. E a penetração da cidade na aldeia acontece pela adoção de costumes e valores, inerentes a cidade, ao modo de vida dos índios aldeados, que vão sucessivamente, porém significativamente alterando aspectos da vida na aldeia, assim dão origem a alguns componentes urbanos dentro de sua etnia em que:

[...] acredita melhorar de vida efetivamente de vida; e, quando é um chefe de família com muitos filhos em idade escolar, crê encontrar na cidade as escolas que não encontrou junto ao Posto Indígena, bastante desmoralizadas na consciência tribal; acredita, ainda, obter na cidade a assistência médica que inexiste na reser-

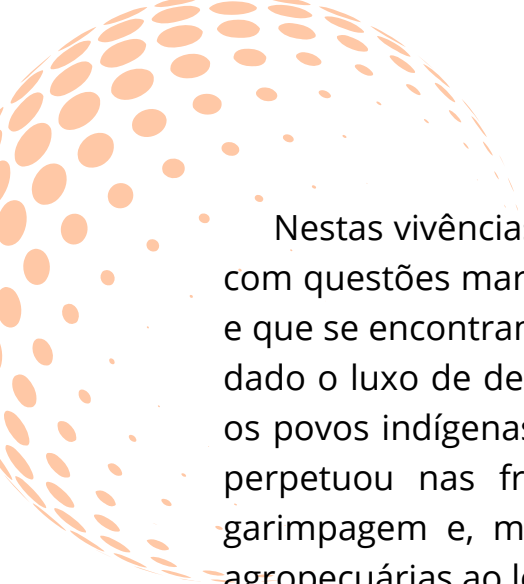


va; e está certo de encontrar, nas condições de vida urbana, trabalho mais bem remunerado para si e empregos para seus filhos que não estraguem o corpo, e que os mantenham afastados dos serviços braçais. (Cardoso de Oliveira, 1993, p.126).

Os fatores que, até certo ponto, podem estar relacionados à migração de populações indígenas em direção às áreas metropolitanas da cidade de Manaus, são: (a) elevada concentração de recursos na capital, (b) acompanhada da árdua e limitada qualidade de vida nos municípios do interior, (c) as devastações ambientais decorrentes das mudanças climáticas e ambientais na região e, mais recentemente, (d) as expectativas geradas pela realização da Copa do Mundo de Futebol na capital. Destaca-se o ideal de empregabilidade do Polo Industrial de Manaus como o principal atrativo do processo migratório em direção à cidade de Manaus, não só dos grupos indígenas, mas também de populações não indígenas residentes no interior do Estado. Todos esses fatores podem ser apreendidos como a busca por uma qualidade de vida melhor àquela das aldeias, considerando que:

[...] a maioria dos indígenas residentes hoje em Manaus migrou dos anos 60 pra cá, período da instalação e implementação da Zona Franca de Manaus. Como motivos dessa migração, os indígenas apontaram a busca de trabalho como o principal fator que os levou a saírem de suas aldeias para Manaus. Outras questões como invasões e perda das terras, a falta de saúde, de educação... São apontadas também como responsáveis pela migração aldeia/cidade. Ou seja, a migração indígena para a cidade, tem como origem a implementação ou ausência, de determinadas políticas públicas na região. (Pastoral Indígena, 2000, p. 8).

Segundo Mainbourg et al. (2002), vários estudos já foram realizados sobre as populações indígenas de Manaus sob vários aspectos e com enfoques diversos: proletarização dos Sateré-Mawé em Manaus, processo migratório de etnias do alto Rio Negro, contexto migratório e inserção dos indígenas em Manaus, identidade étnica na cidade, entre outros. Contudo, há poucas informações sobre a caracterização dos assentamentos indígenas existentes na cidade de Manaus, o que sugere a necessidade da realização de pesquisas voltadas para a compreensão sobre as condições de vida, cidadania e perspectivas futuras das populações lá residentes.

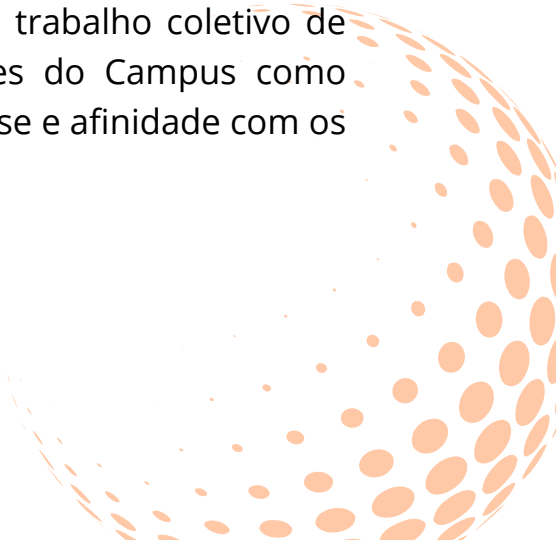


Nestas vivências, há de se considerar que os autores se depararam com questões marcantes da história dos povos indígenas da Amazônia e que se encontram latentes ainda nos dias atuais. A ninguém pode ser dado o luxo de desconhecer que, no processo de ocupação da região, os povos indígenas tiveram suas terras invadidas. A mesma prática se perpetuou nas frentes extrativistas, com a coleta da seringa, da garimpagem e, mais recentemente, com a expansão das fronteiras agropecuárias ao longo do território amazônico.

Também é possível afirmar que esses indígenas ao migrarem para cidade não perdem sua essência cultural de origem, no novo ambiente eles buscam coagir e unir sua tradição para mantê-la viva na cidade, não esquecem suas origens, mas sim a valorizam, tendo na base – reserva – força para manter sua identidade. Acordamos com o entendimento de que o indígena não deixa de ser indígena porque passa a vestir roupas, cursar uma faculdade e adquirir alguns costumes da cidade, pois ele não perde seus vínculos, a sua identidade (Gomes, 2006).

Com relação à luta dos indígenas em defesa do direito a terra em áreas urbanas, verifica-se que, a exemplo das Nações Indígenas, essa luta não se edifica sobre a lógica do acúmulo patrimonialista de capital, mas fundamentalmente na consagração da sobrevivência e qualidade de vida através da posse da terra, possibilitando-lhes afirmação étnica e social. Assim os conflitos que abrangem questões relativas à ocupação da terra, privados ou devolutos, não terão trégua enquanto existirem populações indígenas vivendo em áreas urbanas abaixo da linha de pobreza.

No campo das reflexões é pertinente ressaltar que no Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Centro, temos o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena-NEABI, tendo como propósito realizar estudos envolvendo pesquisas investigativas e ações diversas sobre as temáticas étnico-raciais, a partir de um trabalho coletivo de professores, técnico-administrativos e estudantes do Campus como também, colaboradores externos que têm interesse e afinidade com os estudos do NEABI.



Neste contexto, nos dias 09 e 10 de novembro de 2023, no IFAM-CMC ocorreu o evento intitulado Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: Encontro das Diferenças, que teve uma importante relevância social, cultural e educacional por incentivar e sensibilizar a comunidades acadêmica do IFAM-CMC e os alunos da EETT Djalma Batista, do município de Manaus-AM, sobre a importância das políticas afirmativas raciais na educação.

Figura 3 - Pronunciamento de Izabel Munduruku da (MEIAM)



Fonte: NEABI-CMC (2023).

Dentre as inúmeras atividades relacionadas com os propósitos do NEABI-CMC, nos dois dias de evento iniciou com o pronunciamento de abertura com Izabel Cristine Silva dos Santos, da etnia Munduruku, membro do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM) e também a participação da poetisa Maria Aldair de Almeida Serra, que declamou os poemas intitulados "A lenda do guaraná" e "A antiga Mudurucânia" (figura 4), que ensejou em importante contribuição para os participantes no evento da Semana dos Povos Indígenas do Amazonas. Verifica-se que esta ação está alinhada com a Carta Magna Brasileira.

Figura 4 - Participantes do evento no auditório Jorge Alberto Furtado, do Campus Manaus Centro. Ao centro a poetisa Aldair Serra



Fonte: NEABI-CMC (2023).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 231, preconiza que: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

MAIS

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

MAIS

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

MAIS

MAIS

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

MAIS

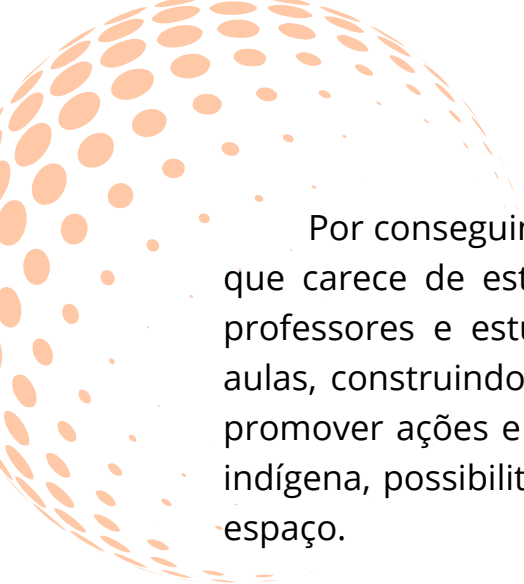
§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

3 REFLEXÕES

Com o intuito de fortalecer uma consciência crítica a respeito da questão indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, no IFAM-CMC, os autores, nas disciplinas de Geografia – I, Geografia – II, Sociologia e Filosofia, nas aulas ministradas para estudantes dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada, Diálogos Integradores de EJA, para os alunos dos Cursos Técnicos da Educação de Jovens Adultos, e ainda, a Educação na Região Amazônica, ministrada aos discentes das diversas Licenciaturas (Química, Física, Matemática e Biologia), puderam fortalecer a concepção da importância dos Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

A partir das aulas expositivas dialogadas, os professores autores deste relato, na realização de suas aulas constataram as mudanças de percepção dos alunos, que passaram a dar um novo sentido aos povos indígenas urbanos, valorando a sua cultura e suas lutas por cidadania e dignidade humana.



Por conseguinte, é perceptível, que a questão indígena é um tema que carece de estudos e problematizações, sendo relevante que os professores e estudantes se envolvam com essa temática em suas aulas, construindo novos saberes e olhares sobre esse povo, e assim promover ações e projetos que fortaleçam a tão necessária cidadania indígena, possibilitando novos olhares e configurações no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 ago. 2024.

GOOGLE. Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2024.

GOMES, Melissa Carvalho. **Outros olhares sobre a questão indígena na Amazônia**: cultura e identidade na realidade dos índios na cidade. Rev. do Depto. de Serviço Social, PUC- Rio, 2006.

NEABI-CMC. **Semana dos Povos Indígenas do Amazonas**. Manaus, 2023. Instagram: @neabi.cmc.

MAINBOURG, Evelyne Marie Therese; ARAÚJO, Maria Ivanilde; ALMEIDA, Iolene Cavalcante de. **Populações indígenas da cidade de Manaus**: inserção na cidade e ligação com a cultura. Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

PASTORAL INDIGENISTA DE MANAUS. **Entre a Aldeia e a Cidade**. Manaus: Arquidiocese de Manaus. 2000.



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL




CAPÍTULO 9

Práticas formativas sobre a temática étnico-racial no IFAM-CMC

ANNE YOUSEBECCA LOUIS

Aluna do 2º ano do curso Técnico em Edificações na
forma integrada, Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro





ANNE YOUSEBECCA LOUIS

Aluna do curso Técnico em Edificações,
bolsista do PIBEX-2024

Práticas formativas sobre a temática étnico-racial no IFAM-CMC

RESUMO

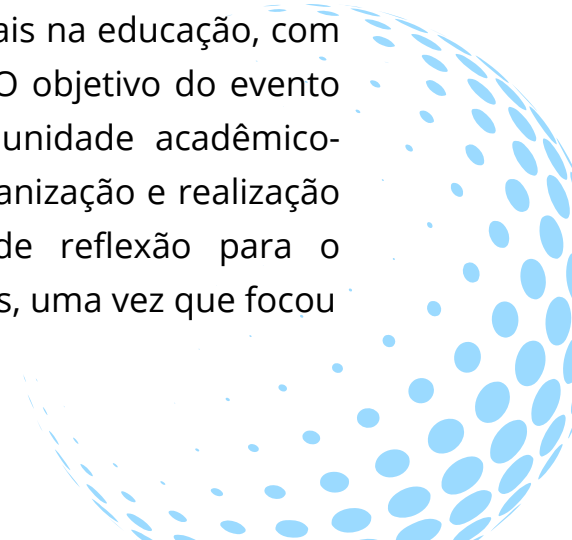
O presente relato detalha minha experiência como organizadora do Sarau Literário do NEABI-CMC, que ocorreu no evento “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: Encontro das Diferenças” e no evento “Mês da Consciência Negra” que contou com o desenvolvimento do projeto “Sou Negro no Brasil”. O objetivo divulgar de forma lúdica e interativa os talentos artísticos dos alunos do IFAM Campus Manaus Centro, através da produção e declamação de poemas autorais, além de interpretação musical de canções regionais do Amazonas.

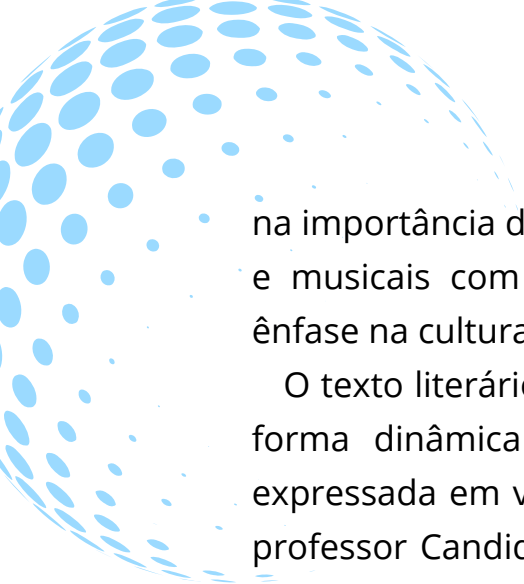
Palavras-chave: sarau literário; povos indígenas; consciência negra.

1 INTRODUÇÃO

Minha experiência no Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI-CMC) iniciou a partir do compromisso que assumi com a organização do evento “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: Encontro das Diferenças”, como culminância do PIBEX-2023 “Políticas Afirmativas Raciais no Contexto do IFAM Campus Manaus Centro”, partindo das seguintes etapas metodológicas: planejamento do Sarau de Literatura e organização do mês da Consciência Negra, com a atividade “Sou Negro no Brasil”.

A semana dos povos indígenas teve como foco a ampliação do conhecimento sobre as políticas afirmativas raciais na educação, com a temática “os povos indígenas do Amazonas”. O objetivo do evento foi desenvolver o pensamento crítico da comunidade acadêmico-escolar do Campus Manaus Centro, tendo a organização e realização do Sarau Literário servindo como ponte de reflexão para o desenvolvimento artístico e cultural dos discentes, uma vez que focou





na importância da produção escrita literária, nas habilidades artísticas e musicais com o olhar voltado para a diversidade cultural, com ênfase na cultura indígena.

O texto literário recria a realidade a partir da visão do autor. É uma forma dinâmica de ver o mundo e traduzir na forma ficcional expressada em vários gêneros literários. Segundo o crítico literário e professor Candido (2002, p. 174) a literatura seria “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.” (Candido, 2002, p. 174).

O evento “Mês da Consciência Negra” contou com o desenvolvimento do projeto “Sou Negro no Brasil”, tendo como objetivo a valorização e o reconhecimento da identidade Negra do Amazonas, apresentando histórias ocultadas com o decorrer dos séculos. Essas atividades receberam o apoio da Instituição e servidores, que se dispuseram a estar presentes na ação e no acontecimento das atividades. Vale ressaltar a existência da Lei n. 7.437/1985 que criminaliza atos resultantes de preconceito racial, o Estatuto da Igualdade Racial promulgado em 2010 e a Lei n. 12.519/2011 que institui o Dia Nacional da Consciência Negra, também chamado de dia do orgulho negro.

2 POVOS INDÍGENAS DO AMAZONAS

A semana dos povos indígenas foi um evento reflexivo e dinâmico em que discentes, servidores e comunidade externa encontram um espaço dinâmico com várias práticas que giram em torno das questões étnico-raciais. O evento contou com a presença de exposição de artesanatos indígenas, comidas típicas e exposições de pinturas em tela produzidas com tintas do Projeto Tons da Terra de autoria dos alunos da Escola Estadual Djalma da Cunha Batista, escola parceira do PIBEX-2023, projeto que teve o apoio da PROEX-IFAM.

As exposições tornaram-se atrativas para os que transitavam no espaço de convivência do Campus Manaus Centro, além do lançamento de três livros, palestras, mesa-redonda com temas voltados para a ancestralidade indígena e políticas públicas na educação.

A figura 1 mostra a presença da arte indígena no evento.

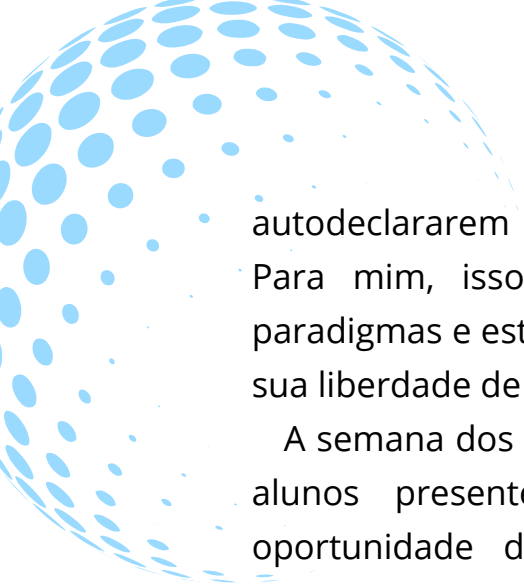
Figura 1 - Artesanato indígena



Foto: Vilma Serra (2023).

As reflexões expostas são cruciais dentro de uma escola, tendo em vista que existe perceptível falta de conhecimento sobre os povos indígenas no ambiente acadêmico que sempre são referenciados através estereótipos. Eu, como imigrante haitiana - estrangeira de cultura e idioma diferentes da língua nacional -, também percebo que os indígenas se ocultam na sua identidade e reconhecimento de sua língua materna, nas relações com colegas e professores e em sala de aula, aqui no IFAM-CMC.

Também percebi que durante as atividades do NEABI-CMC muitos alunos de descendência indígena se sentiram encorajados em se

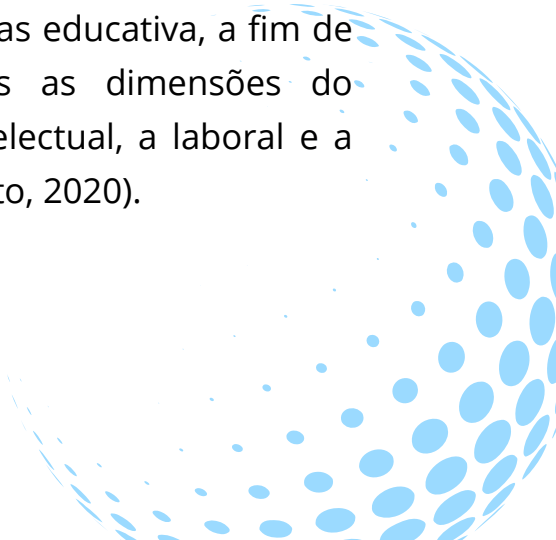


autodeclararem e até explicarem as práticas culturais de sua etnia. Para mim, isso é muito importante, pois aos poucos, muitos paradigmas e estereótipos são quebrados, trazendo para esses povos sua liberdade de expressão e identidade.

A semana dos povos indígenas não só ampliou a compreensão dos alunos presentes, mas também para todos que tiveram a oportunidade de participar das discussões sobre as histórias, vivências, as narrativas orais e diálogos autobiográficos dos palestrantes indígenas. Eu percebo que é muito importante um professor e pesquisador indígena expor com sabedoria e prática como ocorre a educação de crianças e jovens em suas comunidades. É uma realidade diversa das práticas escolares dos centros urbanos.

A exposição com propriedade e experiência, citando a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, deixou professores e alunos do IFAM-CMC antenados, quando a professora indígena, pesquisadora, empreendedora e presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), Clarice Gama da Silva Arbella, fez sua exposição sobre a igualdade, diversidade e equidade na educação escolar indígena, sobre as competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares. Isso tudo foi contextualizado com exemplos de sua docência na etnia Tukano no Alto Rio Negro.

Então, participar desse evento foi fundamental para reflexão de nossos colegas adolescentes, considerando que um dos principais objetivos da educação profissional e tecnológica é promover a formação humana integral orientada nas práticas educativa, a fim de promover um ensino que contemple todas as dimensões do educando, tais como, a dimensão social, a intelectual, a laboral e a dimensão cultural. (Chagas; Salazar; Queiroz Neto, 2020).



2. 1 Sarau literário: uma tradição do NEABI-CMC

A definição de sarau nos dicionários significa reunião e experiências culturais e o convívio social. Derivada do latim *seranus / serum*, a palavra faz referência ao “entardecer” ou ao “pôr do sol”, cumprindo a convenção de realizar os saraus durante o fim da tarde ou à noite.

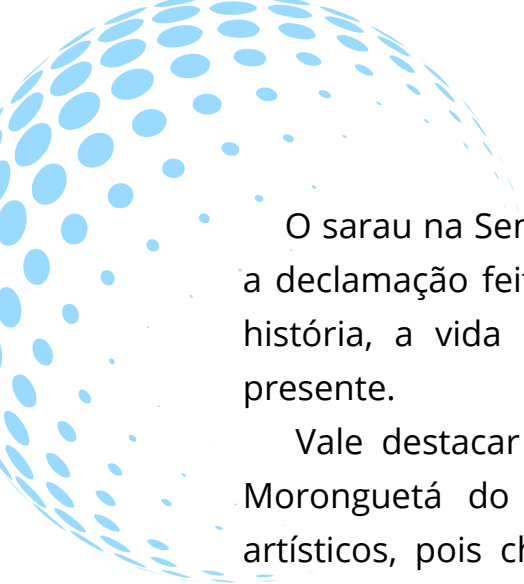
O Sarau de Literatura do NEABI-CMC amplia esse conceito, pois ocorre, preferencialmente, nos intervalos de almoço, debaixo da mangueira, no espaço de convivência do CMC, onde alunos apreciam esse momento cultural e artístico durante o intervalo. O Sarau teve início durante as aulas de Literatura, como prática de ensino interativo e formativo da Professora EBTT em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do IFAM-CMC, Vilma de Jesus de Almeida Serra, juntamente com os alunos do 1º ano do ensino Técnico integrado em Edificações do Campus Manaus Centro, com início no ano 2022. Depois foi ampliado para o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI- CMC).

Figura1 - Primeiro Sarau Literário com alunos do curso Edificações



Foto: Vilma Serra (2023).

Esse sarau se ampliou pela grande repercussão no ambiente escolar e pelos bons relatos dos alunos mediante a participação na atividade cultural, que também contou com apresentações musicais feitas pelos próprios alunos.



O sarau na Semana dos Povos Indígenas teve como apresentações a declamação feita pelos alunos de poemas autorais, tematizando a história, a vida e a cultura dos povos indígenas do passado ao presente.

Vale destacar que o Palco da Mangueira, em frente ao espaço Moronguetá do CMC, é o local ideal para eventos literários e artísticos, pois chama a atenção dos que circulam pelo local e se tornam expectadores pelas diversas atrações poéticas e musicais ali apresentadas.

2.2 Mês da Consciência Negra: Projeto Sou Negro no Brasil

O projeto “Sou Negro no Brasil” foi submetido por esta autora à gestão que prestou todo apoio, considerando a relevância da temática. O objetivo central foi resgatar a ancestralidade do povo negro, a fim de romper com o profundo apagamento, considerando a visão histórica da escravatura que é lembrada pela sociedade.

O ensino sobre os negros no ensino fundamental e o ensino médio nas escolas, com práticas pontuais no mês da consciência negra, fragmenta a aprendizagem dos alunos, ficando nas entrelinhas que a sociedade brasileira com sua visão eurocêntrica faz apenas uma memória pontual ao povo negro, ou seja, “o homem branco fala de brancos e o preto dos pretos”. Percebe-se um claro corte sobre esse assunto, onde o Brasil foi escolhido para que as histórias fossem fragmentadas; logo num país onde a escravidão durou 300 anos, a partir da mão escrava, e hoje tudo é lembrado em único dia, ocultando os detalhes e realidade do povo afro-brasileiro.

Por conta de imprevistos, o evento ocorreu sem minha presença e sem grandes fatores de repercussão e desenvolvimento no ano de 2023. No entanto, segui, no ano de 2024, com grande objetivo de promover, novamente, esse projeto e desenvolvê-lo da melhor forma possível, com parceria do NEABI-CMC e do Grêmio Estudantil do IFAM-CMC que faço parte, tendo como cargo, Diretora de Assuntos Estudantis.



2 REFLEXÕES

Estudar dialogando com a reflexão étnico-racial no IFAM-CMC ampliou meu conhecimento sobre a importância de combater o racismo estrutural. Isso também trouxe para minha vida um olhar crítico sobre o povo brasileiro que, muitas vezes, desconhece sua origem, sua cultura e dos seus ancestrais, criando uma lacuna de conhecimento sobre a grandeza da história negra e indígena e suas contribuições na formação da sociedade brasileira. Organizar os dois eventos foi uma prática ímpar na minha vida estudantil, principalmente, sobre o viés do fortalecimento de uma educação de respeito à diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 2. ed. revista publicada. São Paulo, 1995.

CHAGAS, E. L. T. ; SALAZAR, D. M. ; Queiroz Neto, J. P. de. A formação humana integral nas diretrizes para a internacionalização no IFAM. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, 4 (Especial), 190-214. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/640>. Acesso em 10 abr. 2024.

SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; AMAZONAS-PASSOS, Mirlândia Regina (org.). **Negritude em pauta**: relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola. 1. ed. Manaus: NEABI-CMC ; EDIFAM, 2023. *E-book*. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1379>. Acesso em: 10 abr. 2024.

UNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL



CAPÍTULO 10

Povos indígenas: uma construção do conhecimento literário

STHEFANY PEIXOTO DE LIMA

Aluna do 1º ano do curso Técnico em Edificações na
forma integrada, Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro

LETÍCIA GABRIELLA CASTRO DA SILVA

Aluna do 1º ano do curso Técnico em Edificações na
forma integrada, Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro

MARCOS TADEU OLIVEIRA DA COSTA

Aluno do 1º ano do curso Técnico em Edificações na
forma integrada, Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro



STHEFANY PEIXOTO DE LIMA

<http://lattes.cnpq.br/5620051077784785>

LETÍCIA GABRIELLA CASTRO DA SILVA

<http://lattes.cnpq.br/5736210856544020>

MARCOS TADEU OLIVEIRA DA COSTA

Aluno do curso Técnico em Edificações

Povos indígenas: uma construção do conhecimento literário

RESUMO

O presente relato detalha nossa aprendizagem sobre o texto literário dialogando com a temática indígena, além da participação no Sarau Literário que foi uma forma de divulgar nossa produção poética fora de sala de aula. Este trabalho tem por objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento sobre os povos originários para a comunidade em geral. Através deste relato, nota-se a essencial necessidade da compreensão da pluralidade cultural da sociedade para uma formação cidadã baseada no respeito às diferenças.

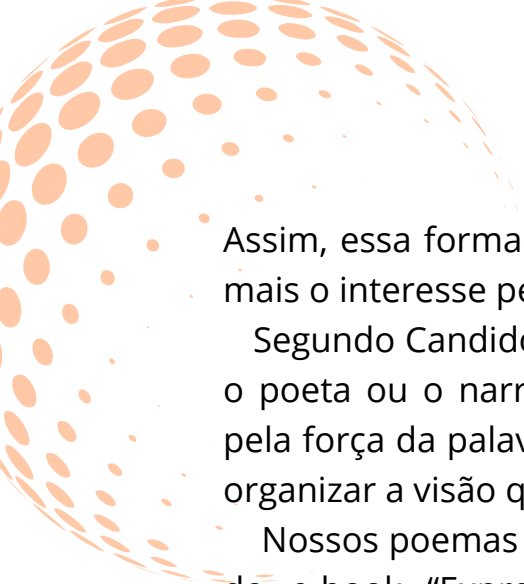
Palavras-chave: povos indígenas; texto literário; sarau; pluralidade cultural.

1 INTRODUÇÃO

Uma de nossas primeiras aulas sobre a temática dos “Povos Indígenas do Amazonas” aconteceu no dia 18 de março de 2024, com uma atividade em grupo proposta pela professora Vilma Serra. Nós, alunos do primeiro ano de edificações, fomos direcionados a fazer uma pesquisa bibliográfica sobre a formação do povo brasileiro que possui origens indígenas, europeias e africanas. Nas leituras entendemos sobre a negligência centenária sofrida por esses povos e a tomar consciência da forma como isso se perpetua até a atualidade.

Com o estudo de literatura e o conhecimento adquirido sobre gêneros textuais, a linguagem e as funções da literatura, ficou claro para nós que a literatura crítica e engajada seria a forma expressiva de nosso poema. Então, foi proposto a nós que retratássemos nossa aprendizagem de forma artística através da criação de poemas.

Sendo assim, buscamos as palavras certas que correspondessem ao uso de uma linguagem que conseguisse expressar a ideia de forma subjetiva e expressiva, e que também fosse cativante a ponto de tocar o leitor sobre o que estava sendo dito em cada um dos versos.



Assim, essa forma de estudo foi essencial para desenvolvermos ainda mais o interesse pela criação de poemas.

Segundo Candido (1995), os poetas quando elaboram uma estrutura, o poeta ou o narrador nos propõe um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada; e em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo.

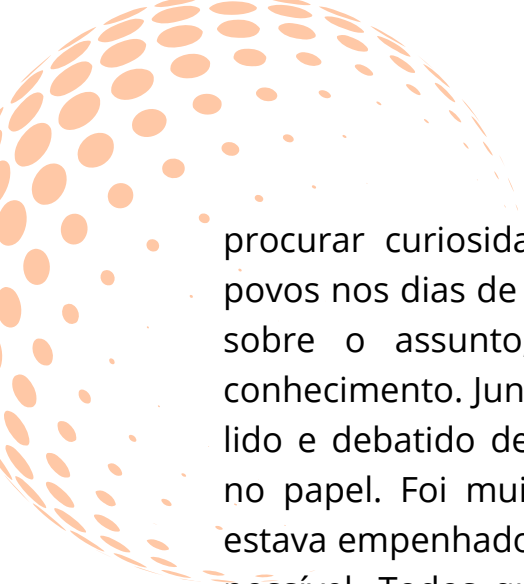
Nossos poemas foram compilados para fazerem parte da publicação do e-book “Expressões artísticas do aluno autor: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial”, com lançamento no dia 22 de novembro de 2024, durante o ENCEPE 2024: Encontro do NEABI-CMC em Ensino, Pesquisa e Extensão, organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC).

Durante a construção do poema, a turma como um todo, teve um grande apoio da professora Vilma Serra no que diz respeito às aulas sobre pautas étnico-raciais e a importância da valorização dos povos originários da Amazônia, assim como sua história com base nas lutas e desafios até aqui enfrentados. Buscar conhecer os povos que nos antecederam e compreender a sua relevância em nossas trajetórias ao longo do tempo foram pontos essenciais para que pudéssemos discorrer sobre este trabalho. Alinhando nossas experiências e aprendizados, mostraremos a nossa perspectiva como alunos do primeiro ano sobre a pauta levantada, colocando nossos estudos teóricos na prática.

2 O INTERESSE PELA PAUTA

Eu, Sthefany Lima, pude notar o quanto foi essencial o incentivo da nossa professora para que além de produzir um trabalho, nós pudéssemos também aprender de forma aprofundada sobre nossos povos originários e desenvolvermos ainda mais o senso crítico sobre nossa história. Recordo-me que, inicialmente, a proposta da atividade da produção de um poema sobre os povos indígenas deixou tanto eu quanto meus colegas de classe receosos e sem muitas ideias de como prossegui-la, afinal, como juntar “rima, sonoridade e um conteúdo histórico tão amplo quanto este de uma forma coesa?”.

Logo em seguida fomos instruídos a buscar mais informações,



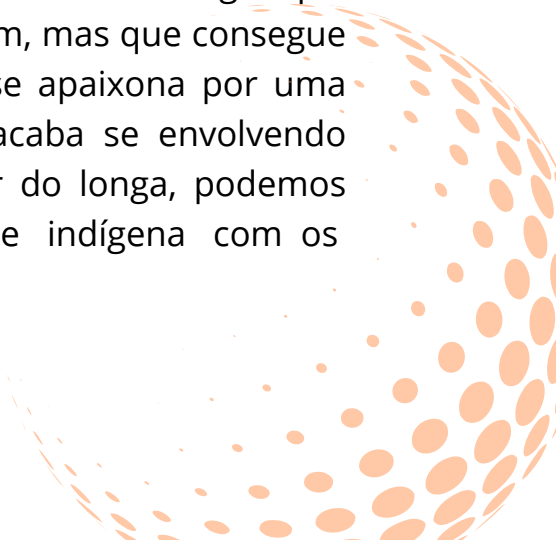
procurar curiosidades e ler sobre os problemas que afetam esses povos nos dias de hoje. O mais interessante é que quanto mais líamos sobre o assunto, mais ficávamos entretidos e com sede pelo conhecimento. Juntando um pouco de criatividade e o que já havíamos lido e debatido demos origem aos primeiros versos que apareceram no papel. Foi muito satisfatório notar o quanto cada um do grupo estava empenhado em participar daquilo e contribuir da melhor forma possível. Todos queriam expressar suas opiniões, ideias, reflexões e descobertas sobre o assunto.

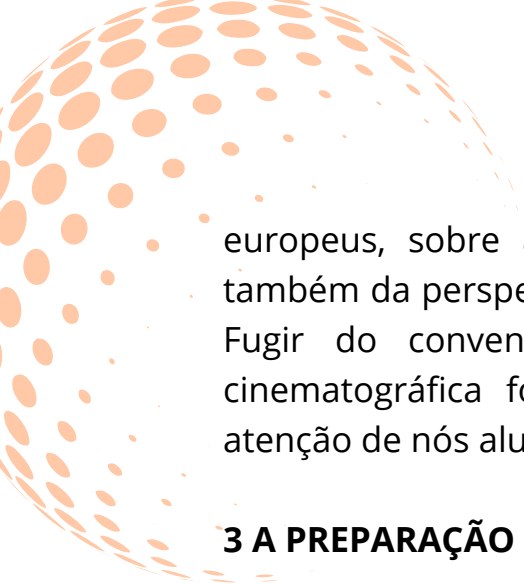
Algumas semanas após este dia, fomos informados quanto à produção de um sarau literário promovido pelo NEABI acerca desta temática. Como representante de turma, fiquei responsável por registrar como cada um gostaria de colaborar. Alguns, prontamente, já se direcionaram para a música; outros estavam muito empolgados para declamar os poemas escritos por seus respectivos grupos, e o restante de alguma forma gostaria de ajudar na organização.

Acredito que esse primeiro direcionamento para nos aprofundarmos na pauta antes de então participarmos do sarau foi crucial para que a turma sentisse realmente vontade de fazer parte de tudo aquilo.

Infelizmente, por conta da greve das federais de 2024, a turma toda não pode participar diretamente na produção, mas alguns alunos contribuíram recitando poemas e cantando no dia do evento. Mesmo assim, a professora Vilma constantemente compartilhava conosco cada passo da organização para o sarau através de mensagens de texto ou de publicações no perfil em redes sociais do NEABI.

Para além da produção de poemas, no retorno pós greve, ainda tivemos a oportunidade de assistir a obra brasileira “Caramuru: a invenção do Brasil” (2001). O filme é uma sátira à visão dos portugueses na sua chegada ao Brasil em 1500. A história é protagonizada por Diogo Álvares, um pintor vindo de Portugal que acaba enfrentando um naufrágio durante a viagem, mas que consegue se salvar e chegar à costa brasileira. Aqui, ele se apaixona por uma jovem moça, a Paraguaçu, porém mais tarde acaba se envolvendo também com a irmã dela, Moema. Ao decorrer do longa, podemos entender um pouco mais sobre a hospitalidade indígena com os





européus, sobre a visão dos estrangeiros nesse “Novo Mundo” e também da perspectiva dos povos que já viviam aqui sobre a situação. Fugir do convencional e trazer para sala de aula uma obra cinematográfica foi uma excelente forma de fisgar ainda mais a atenção de nós alunos para o tema.

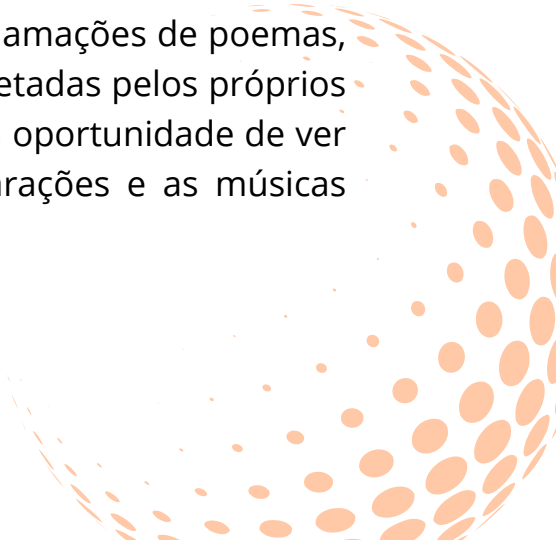
3 A PREPARAÇÃO PARA O SARAU

A professora Vilma selecionou um líder de cada grupo para apresentar o poema escrito em sala no Sarau que ela própria organizou com a ajuda de todos os alunos de cada turma que estiveram envolvidos na elaboração dos poemas.

O Sarau é um momento cultural e social onde existe uma troca de conhecimentos através de músicas, peças de teatro, declamações e até mesmo danças. Esse tipo de momento cultural é de extrema importância, pois de maneira intelectual e artística nos apresenta com conhecimentos sobre sociedades que têm sua própria cultura, vivência, experiências, histórias, língua e até mesmo local de vivência. O Sarau ainda nos traz um sentimento de identidade e através da literatura e outras manifestações artísticas uma nova visão sobre os problemas e necessidades sociais.

Nos ensaios para o projeto do Sarau, contamos com aulas de intensificação em declamações poéticas, tivemos aulas de como nos portar ao declamar o poema, como entonar o sentimento proposto pelo poema e até mesmo técnicas de como memorizá-lo e senti-lo. A maior alegria foi a professora Vilma nos ter dado a oportunidade de ter uma aula com a escritora e poetisa Aldair de Almeida Serra, que nos ajudou nos ensaios e preparação para uma declamação tocante e relevante, recebemos suas próprias dicas, técnicas e até mesmo demonstrações de declamações da própria poetisa.

No projeto do Sarau não tínhamos apenas declamações de poemas, contávamos também com música ao vivo, interpretadas pelos próprios alunos do coral do IFAM-CMC. Dessa forma, tive a oportunidade de ver e sentir de perto os ensaios do coral, as preparações e as músicas escolhidas para o grande dia do evento.



4 O GRANDE DIA

No dia 14 de julho de 2024 ocorreu o tão esperado sarau sobre os povos indígenas, no qual eu, Marcos Tadeu Oliveira de Castro, participei indiretamente como telespectador.

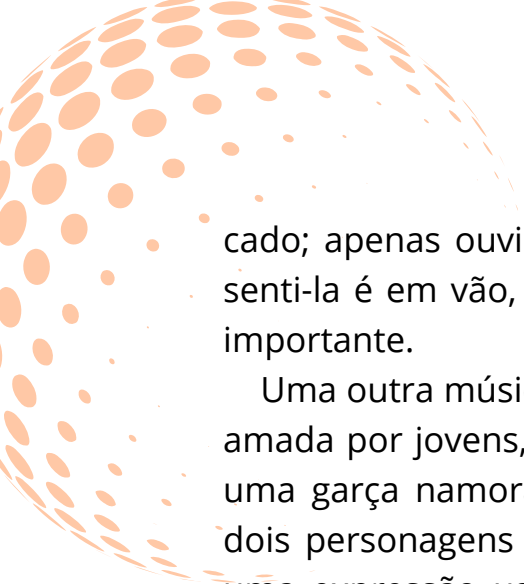
4.1 Perspectiva de um telespectador

Algumas semanas antes do evento, organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC) eu e meu grupo fizemos um poema relatando a possível visão de um indígena sobre a chegada dos portugueses no Brasil, chamado **loroque cari**, que traduzindo significa “demônio branco”, representando os portugueses.

Era possível notar a felicidade contagiante dos declamadores e dos cantores, causando interesse aos telespectadores. No dia também ocorreu a feirinha, tendo livros, doces, acessórios, o que ajudou a incentivar para que mais alunos viessem participar desse grande evento, que com toda certeza mudou cada um de nós, pois foi possível notar toda a dedicação dada àquele dia, que foi importantíssimo!

Também gostaria de citar uma música belíssima cantada no dia, chamada de “Amazonas Moreno”, que retrata sobre as maravilhas que poderiam e podem ser encontradas no Amazonas, como os rios Amazonas e Solimões, dito nos versos “São lindas estradas, São contos de fadas, Ó meu doce rio”, cujos sentidos estão presentes no encontro das águas, que é um dos pontos turísticos mais encantadores desse estado.

A música também expressa que o caboclo (miscigenação entre um branco e um indígena) sonha com os prazeres (lugares, paisagens) presentes na região, através da sua diversidade de cultura e história, podendo-se dizer que qualquer um nascido aqui tem o orgulho de falar “Eu sou Amazonense”. A canção é muito profunda e poderia ser extremamente significativa para qualquer pessoa que a ouvisse, pois escutá-la é como ouvir a sua própria história, a sua própria vida, por isso a importância do cuidado que o autor dessa letra maravilhosa teve com os versos, as sílabas, os instrumentos, a própria letra e seu signifi-



cado; apenas ouvir a música sem nenhum interesse em entendê-la e senti-la é em vão, pois não seria possível tirar proveito da parte mais importante.

Uma outra música também cantada no evento foi “No meio do Pitiú”, amada por jovens, adultos e idosos, conta a história do namoro entre uma garça namoradeira e um urubu malandro, o encontro entre os dois personagens acontece na doca do Mercado Ver-o-Peso. “Pitiú” é uma expressão usada para representar um cheiro forte, geralmente associado ao de peixe.

Através dos poemas e das músicas eu consegui me reconectar comigo mesmo, lembrar quem eu sou e de onde eu vim, sendo uma experiência única, eu não poderia deixar de estar presente nesse grande evento, que atendeu a todas as minhas expectativas, e foi uma grande honra participar, mesmo que indiretamente desse projeto maravilhoso, que foi perfeitamente realizado. Cada um dos que estavam presentes poderia compreender tudo de um forma diferente, as músicas, os poemas, seus diversos significados, o objetivo do evento, essa é a riqueza da diversidade dos povos originários, de nós mesmos, e por isso foi possível abranger isso em todos os aspectos.

4.2 Perspectiva de um colaborador

Eu, Leticia Gabriella Castro, e os demais colaboradores diretos do Sarau Literário, tivemos muito apoio de nossa professora e toda a equipe do NEABI-CMC no tão esperado momento, e ainda pudemos ensaiar antes da apresentação.

No evento recebemos familiares, professores e até mesmo colegas de turma que foram nos prestigiar. O Sarau foi muito bem organizado e teve presença da escritora Aldair Serra, que também foi muito especial, principalmente pela sua declamação do poema “A Lenda do Guaraná”, de autoria própria. Tal declamação deixou todos impactados com sua beleza, sentimento e entonação a partir de um genuíno afeto que a autora tem pela cidade de Maués. A história por trás desse lindo poema, a lenda local sobre o guaraná com a indígena Cereçaporanga, nos foi revelada durante os ensaios como forma e demonstração de fonte de inspiração.

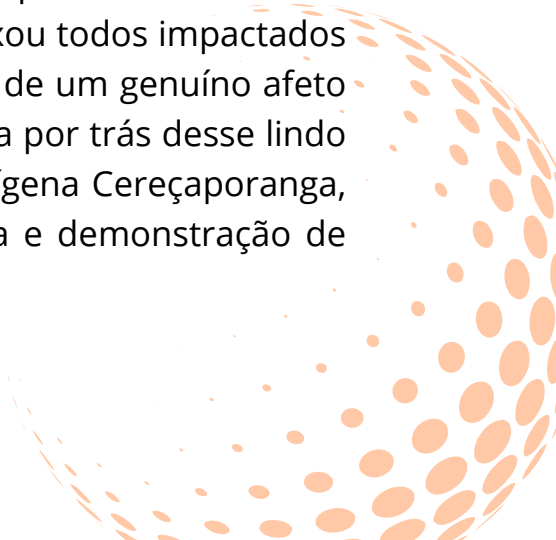


Figura 1 – Pessoas envolvidas no Sarau Literário de 2024



Fonte: NEABI-CMC (2024).

5 UM CONVITE ESPECIAL

Um dia após o Sarau recebi um convite de uma das professoras responsáveis pelo projeto, professora Mirlândia Amazonas, para que eu e mais uma colega de apresentação, que por caso também é colega de turma, Eduarda Rabelo, e que teve também performance de destaque no evento, apresentasse o projeto declamando o mesmo poema do Sarau no auditório da Escola Estadual Farias de Brito.

No dia marcado tive a oportunidade de aprender e ensinar. Assisti palestras da vice-coordenadora do NEABI Sistêmico do IFAM, Luene Almeida, que nos apresentou uma história rica em detalhes da vida, cultura, passado e lutas do povo afro-brasileiro, desconstruindo mitos, falas que usamos no dia a dia e pensamentos ou visões deturpadas que possamos ter.

Com a professora Joana Montanha, vice-presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), aprendi sobre a importância de manter a cultura dos indígenas viva no dia a dia, através de um projeto que ela própria desenvolve com os filhos dessas indígenas ou até mesmo os indígenas que vieram para a cidade grande, onde é ensinado a língua falada, rituais e músicas cantadas, ensina-se até mesmo sobre a cultura e histórias desse povo que por vezes se perde nas vivências com pessoas da cidade grande. Além

deste projeto essencial, a Professora Joana nos falou um pouco de sua história, como ela veio e o porquê veio para Manaus, experiência na cidade, experiências em sua comunidade, costumes e até mesmo como são feitos os utensílios e artesanatos indígenas. Professora Joana trouxe vários exemplos de artesanatos para mostrar e falou da importância deles para sua comunidade.

Figura 2 – Dia da apresentação na Escola Estadual Farias de Brito



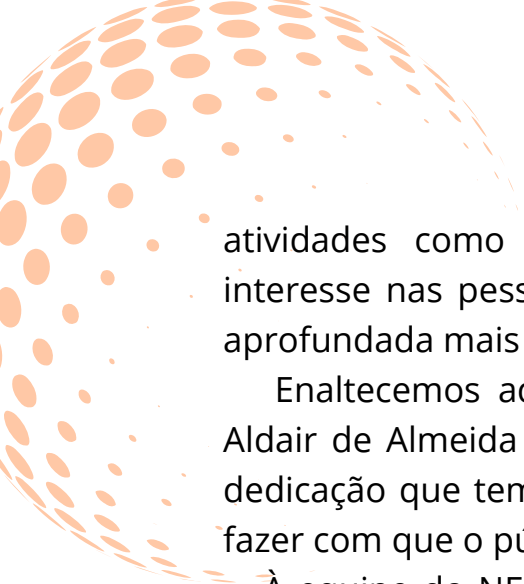
Fonte: NEABI-CMC (2024).

6 REFLEXÃO FINAL

Agradecemos primeiramente à professora Vilma Serra pela confiança e oportunidade de apresentar este projeto que carrega enorme esforço, dedicação e muito empenho de todas as partes.

O incentivo à conscientização de nossas origens indígenas nas escolas é crucial para o desenvolvimento de um indivíduo com senso crítico e capaz de valorizar a cultura de seus ancestrais. Muito além do livro e do lápis, um projeto como este nos apresenta de forma didática o porquê devemos cada vez mais enaltecer nossas raízes. Gostaríamos, então, de registrar nossa extensa admiração a excelente forma como esta temática foi promovida e apresentada pelo NEABI e todos os seus colaboradores.

Podemos notar que poucos são aqueles que compreendem a relevância desse assunto, justamente pela maneira metódica que ele é abordado desde muito cedo em suas vidas, daí a necessidade de



atividades como o Sarau Literário que tivemos, para promover interesse nas pessoas e dá a elas a chance de conhecer de maneira aprofundada mais sobre seus povos originários.

Enaltecemos aqui também nossa estima pela escritora e poetisa Aldair de Almeida Serra, que durante todo o processo demonstrou a dedicação que tem em expressar e passar o sentimento do poema, e fazer com que o público não apenas ouça, mas sinta a mensagem.

À equipe do NEABI-CMC, deixamos nosso muito obrigado por todo suporte e dedicação que fazem para entregar um trabalho de altíssima qualidade e repleto de conhecimentos de extrema importância para toda a comunidade do IFAM-CMC e sociedade num geral.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Leonardo. Caramuru: A invenção do Brasil. **A Crítica**. Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-caramuru-a-invencao-do-brasil/>. Acesso em: 11 agosto 2024.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 2. ed. revista e publicada. São Paulo, 1995.

GLOBO FILMES. **Caramuru: A Invenção do Brasil**. Disponível em: <https://globofilmes.globo.com/filmografia/comedia/filme/caramuruainvencaodobrasil.ghhtml>. Acesso em: 11 agosto 2024.

NEABI-CMC. **Semana dos Povos Indígenas do Amazonas**. Manaus, 2024.
Instagram: @neabi.cmc.

SARAU: entenda o que é e como funciona. **Revista Quero**. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/sarau-como-funciona>. Acesso em: 12 agosto 2024.



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL



CAPÍTULO 11

Aprendizagem baseada na temática indígena do Amazonas

MARCELA OLIVEIRA DOS SANTOS

Graduanda em Licenciatura em Física,
membro do NEABI-CMC, Instituto Federal do
Amazonas, Campus Manaus Centro



MARCELA OLIVEIRA DOS SANTOS
<http://lattes.cnpq.br/3718655477596117>

Aprendizagem baseada na temática indígena do Amazonas

RESUMO

Este relato de experiência tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas no evento "Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças", realizada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC). O evento contou com palestras, mesa-redonda, relatos de experiências, atividades culturais, exposição e lançamentos de e-books que registram e contextualizam as ações afirmativas raciais no IFAM-CMC.

Palavras-chave: ações afirmativas; povos indígenas; história e cultura indígena; currículo escolar.

1 INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC) realizou o evento "A Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças" nos dias 9 e 10 de novembro. O evento teve como objetivo principal ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre a importância das políticas afirmativas raciais na educação, com foco nos povos indígenas do Amazonas. Além disso, os e-books sobre afirmação racial no IFAM-CMC foram lançados com o objetivo de divulgar os resultados dos projetos de extensão, apoiados pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) de 2022 e 2023 e aumentar a visibilidade das ações do NEABI-CMC.

A programação foi diversificada e variada, incluindo palestras, mesas-redondas, apresentações culturais, exposições de artesanato indígena, pratos típicos e o tão aguardado lançamento de publicações sobre educação antirracista.

A mesa-redonda sobre a Lei n. 10.639, de 2003, foi um dos momentos mais relevantes, porque provocou uma discussão profunda sobre como a história e a cultura indígena devem ser incluídas no currículo escolar.

Com a presença de líderes indígenas como Estélio Lopes Cardoso (Munduruku) e Duhigó Clarice Gama da Silva Arbella (Tukano), o evento se configurou como um espaço enriquecedor para troca de experiências e para dar visibilidade às lutas e resistências dos povos indígenas.

Participar desse evento me proporcionou uma experiência única de aprendizado sobre a diversidade cultural dos povos indígenas do Amazonas. Também me ensinou o valor da preservação de suas tradições e da luta por políticas afirmativas eficazes no campo da educação.

A figura 1 mostra a mesa de cerimônia de abertura do evento.

Figura 1 - Cerimônia de abertura



Foto: Autoria própria (2023).

2 A PRIMEIRA PUBLICAÇÃO

A Semana dos Povos Indígenas do Amazonas de 2023: encontro das diferenças foi um marco na minha carreira acadêmica. Foi mais do que um evento; foi um momento de forte conexão com as histórias e lutas dos povos afro-brasileiros e indígenas e foi um local

onde pude ver meu trabalho sendo publicado pela primeira vez. A Pró-reitora de Extensão do IFAM, Professora Francisca Morais, fez a abertura oficial, destacando a importância dessas publicações para a luta contra o racismo e a promoção da diversidade.

A figura 2 mostra a professora Francisca Morais juntamente com a professora Vilma de Jesus de Almeida Serra fazendo o lançamento oficial dos e-books, e a aluna Beatriz Monteiro Picanço que fez elaborou a pintura que foi utilizada para a capa de um dos e-books.

Figura 2 - Lançamento dos e-books



Foto: Autoria própria (2023).

O lançamento dos e-books com temas antirracistas, organizado pelo NEABI-CMC, que tem como coordenadora a Professora Vilma Serra e subcoordenadora Mirlândia Amazonas, provocou sentimentos de orgulho, emoção e gratidão.

Ao apreciar o meu capítulo, intitulado "Prática acadêmica no Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena" impresso, senti como se todos os meus esforços, conversas e momentos dedicados ao NEABI-CMC tivessem finalmente seu lugar, registrados nesse e-book. Era mais do que apenas um capítulo; era uma parte de mim compartilhada com o mundo.

Figura 3 - Autoras do e-book Relatos de experiência...



Foto: Autoria própria (2023).

Compartilhar aquele palco com indivíduos tão importantes, como as professoras Vilma Serra, Mirlândia Amazonas, Francisca Moraes, as acadêmicas Carla Monique Santos Santana, Andreza de Souza Assis e as alunas da modalidade integrado Emanuelle dos Santos Gouvêa e Beatriz Monteiro Picanço tornaram o momento ainda mais real. Elas estavam lá, cada uma com sua própria história, mas todas estavam unidas pela luta por uma educação mais inclusiva, justa e antirracista.

O evento foi uma celebração das conquistas de muitos, mas, para mim, foi um dia de emoção intensa. Tive a honra de apresentar aos colegas que trilharam esse caminho ao meu lado minha publicação acadêmica inicial. Todos nós ficamos felizes quando nosso trabalho é reconhecido e, acima de tudo, sabemos que estávamos contribuindo para uma mudança maior, e necessária, na forma como a educação produz o aceite à diversidade e combate o preconceito.

Figura 4 - A autora com a equipe gestora do NEABI-CMC



Foto: Autoria própria (2023).

O momento do lançamento dos e-books foi um marco histórico para o NEABI-CMC, pois registrou a publicação de seus primeiros livros que trazem relatos das ações de alunos e servidores do IFAM. Ver meu trabalho publicado com colegas dedicados reforçou a importância de nossas atividades no NEABI-CMC e o efeito que estamos produzindo na luta contra o racismo e na promoção da educação antirracista. A emoção indescritível que senti ao ver nossas vozes escritas nas páginas desses e-books foi extraordinária, compartilhei essa alegria com aqueles que, como eu, acreditam na capacidade da palavra de transformar as coisas. Cada pessoa que esteve presente e cada discurso feito naquele evento enfatizou a importância de nos unirmos para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Figuras 5 e 6 - Momento fotográfico das autoras



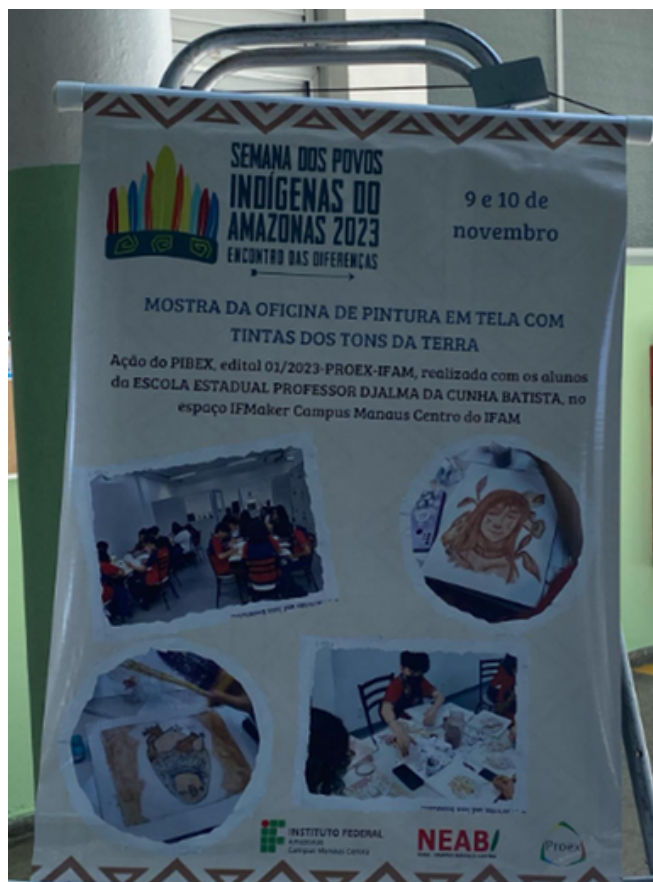
Foto: Autoria própria (2023).

Assim, ao mergulharmos na experiência vivida na Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023, compartilho aqui o caminho que me levou a esse dia inesquecível e como minha atuação como monitora e colaboradora da preparação para o evento foram fundamentais para o sucesso da programação.

3 EXPOSIÇÃO DE QUADROS E DESENHOS: ARTE E EXPRESSÃO CULTURAL

Uma das minhas responsabilidades como monitora foi organizar a exposição de pinturas e desenhos criados pelos alunos como parte das atividades da Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023. Todos os preparativos foram feitos para tornar o local da exposição acolhedor, ao mesmo tempo em que destacava as manifestações artísticas e culturais dos participantes.

Figura 7 - Banner de divulgação das oficinas com a escola parceira



Fonte: NEABI-CMC (2023).

Montamos uma estrutura simples, mas eficaz sob a sombra da grande mangueira e o espaço de convivência Moroguetá. Para garantir que todas as obras fossem visíveis ao público, colocamos tripés para apoiar os quadros e colocamos um painel grande para exibir os desenhos. Essa configuração permitiu que a arte fosse apreciada ao longo do evento, criando um ambiente para discussão e interação. Além dos quadros e desenhos dos alunos, que já transmitiam uma profunda conexão com suas raízes e identidade, o espaço também acolheu uma belíssima exposição de artesanatos da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) da etnia Tukano.

Sobre a cultura material, segundo Silva (2022), referenciando Catherine Walsh, as práticas da cultura ancestral com os artesanatos

das práticas culturais da sua tradição, para ela cada peça transmiti histórias de herança, conhecimentos e costumes, como se as mãos que as criaram carregassem consigo memória e força de séculos.

Durante esse evento, a culinária indígena trouxe sabores e aromas que levaram todos os convidados a uma imersão completa nas tradições dos povos originários. A experiência sensorial rica fornecida pela simplicidade e autenticidade dos ingredientes, que foram preparados com cuidado e respeitando os ciclos naturais da terra, conectou o público com a sabedoria alimentar das tribos.

Figura 8 - Exposição de artesanato no Palco da Mangueira



Foto: Autoria própria (2023).

A exposição com as pinturas e desenhos despertaram a curiosidade e a admiração dos presentes, que se aproximavam para observar cada detalhe.

A cada momento, era evidente o quanto essas obras refletiam a identidade e o contexto da luta e resistência dos povos retratados. Os próprios alunos ajudaram a construir as obras e montar os painéis, o que contribuiu para o sucesso da exposição.

Foi um prazer organizar essa atividade e experimentar como a arte, em sua forma mais pura, pode ser uma poderosa ferramenta para conversar e refletir sobre questões tão importantes como direitos humanos, diversidade e identidade.

Figuras 8 e 9 - Exposição das pinturas em tela dos alunos da escola parceira



Foto: Autoria própria (2023).

Com toda a diversidade de estilos artísticos e culturais que apresentava, a exposição não era apenas uma mostra de talentos. Ela serviu como um lugar para conversar sobre o passado, o presente e o futuro, um convite para mergulhar em mundos de cores, sabores, histórias e emoções. Isso transformou o Palco da Mangueira em um verdadeiro lugar para celebrar e resistir.

O Sarau Literário foi o toque final de magia, reunindo música, poesia e expressões culturais em uma celebração conjunta da vida, da resistência e da arte.

A combinação dessas atividades criou um ambiente tão distinto que todos que estavam lá puderam experimentar a força transformadora da cultura em suas várias manifestações.

3 REFLEXÕES

Sinto-me profundamente impactada pelo alcance e relevância dos projetos de extensão ao pensar nas ações realizadas.

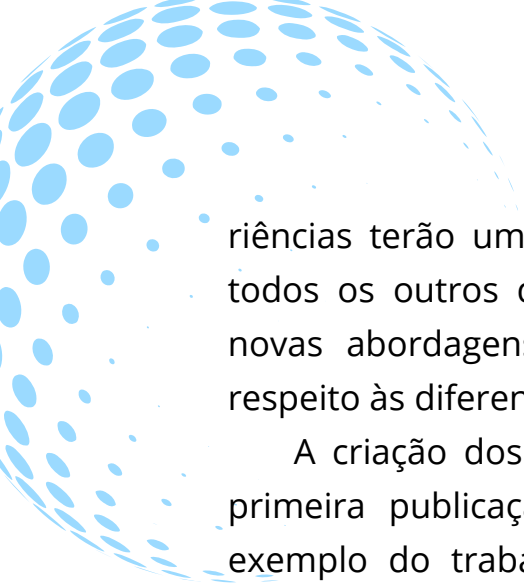
Como aluna de licenciatura em Física e membro ativo do NEABI-CMC, tive a oportunidade de participar e vivenciar atividades que vão além do âmbito acadêmico, abordando os fundamentos das questões étnico-raciais e sociais que são discussões extremamente necessárias no mundo atual.

Eu descobri a importância de dar visibilidade às culturas indígenas e afro-brasileiras depois de participar desse projeto. Na "Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças", pude ver na prática como as atividades extensionistas ajudam a promover a valorização da diversidade cultural e a formação cidadã dos participantes. As exposições das ações realizadas nas oficinas, mesa-redonda, palestras e debates que instigavam reflexões profundas sobre resistência, pertencimento e identidade cativaram o público e a comunidade acadêmica.

De uma perspectiva acadêmica, essas ações foram muito significativas. Elas demonstram o poder da educação em quebrar preconceitos e promover a inclusão, criando espaços onde a ciência, a arte e a cultura se misturam para promover uma formação mais completa e humanizada.

Além disso, a experiência de trabalhar com outras pessoas que organizam e produzem e-books foi particularmente significativa para mim, principalmente devido à honra de ser identificada como uma das autoras. Isso reforça a importância do trabalho que realizamos no NEABI/CMC e nos lembra da responsabilidade que temos como educadores no futuro.

As vantagens são imensuráveis quando essas ações são tomadas. Além de trazer benefícios acadêmicos e pessoais, o projeto ajudou a aumentar a conscientização sobre a importância de uma educação não discriminatória e culturalmente sensível. Além disso, essas expe-



riências terão um impacto não apenas em mim, mas também em todos os outros que participaram, contribuindo para a criação de novas abordagens educacionais que fomentem a igualdade e o respeito às diferenças.

A criação dos e-books, particularmente como autora da minha primeira publicação, foi um ponto alto nessa trajetória. Foi um exemplo do trabalho em equipe que nos ajuda a realizar nossa missão como educadores e agentes de mudança. Estou convencida de que essas ações deixarão um legado de consciência e respeito para as gerações seguintes, abrindo caminho para uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

SILVA, Renan Mota et al. A possibilidade de diálogo entre as culturas: um estudo segundo Catherine Walsh. **Revista Pedagógica**, v. 24, p. 1-17, 2022.

NEABI-CMC. **Semana dos Povos Indígenas do Amazonas**. Manaus, 2024. Instagram: @neabi.cmc.



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas
Campus Manaus Centro



ENCEPE

Encontro do NEABI-CMC em
Ensino, Pesquisa e Extensão

